



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA



PLANTAR A CIDADE

**A AGRICULTURA URBANA ALIADA À ARQUITETURA
NA REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DO CASAL NOVO, ODIVELAS**

MARIANA MELO GOUVEIA PETRA

(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura

ORIENTADOR CIENTÍFICO:

Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

JÚRI:

Presidente: Professor Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

Vogal: Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Lisboa, Março de 2016

RESUMO

A vivência da cidade tem vindo a sofrer alterações, especialmente desde as décadas de 60 e 70, altura em que os fenómenos migratórios para os grandes centros urbanos provocaram o crescimento explosivo de uma periferia dispersa em torno das cidades. Esta conjuntura revelou-se propícia ao desenvolvimento da cidade informal que, desprezando a estrutura de crescimento da cidade, originou um processo de urbanização marginal nas periferias e o consequente crescimento da construção clandestina. É neste contexto que surgem as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

A par da atual preocupação no sentido de reabilitar estas áreas, o presente trabalho incide sobre o bairro do Casal Novo, em Odivelas, com o objetivo de aferir metodologias que visem a requalificação e revitalização deste núcleo através da criação de uma estrutura urbana capaz de dinamizar relações.

A atual situação do bairro revela a carência de espaços públicos qualificados, bem como de equipamentos públicos potenciadores de coesão social. Nesse sentido, o equipamento coletivo proposto, alia atividades de lazer – agricultura urbana – a uma centralidade identificável dotada de usos e funções necessárias ao bairro – o mercado. Temas como sustentabilidade, educação, economia e coesão social são abordados, criando na cidade novas formas de vida adaptadas à realidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: AUGI; Reabilitação Urbana; Agricultura Urbana; Equipamento Público; Mercado.

ABSTRACT

The experience of the city has been undergoing some changes, especially since the 60's and 70's, when the migratory phenomena for large urban centers caused the explosive growth of scattered suburbs around cities. This situation proved to be conducive to the development of the informal city, which, ignoring the city's growth structure, originated a process of marginal urbanization in the peripheries and the consequent growth of illegal construction. It is in this context that the Urban Areas of Illegal Origin arise.

Alongside the current concern to rehabilitate these areas, this thesis focuses on Bairro do Casal Novo, in Odivelas, with the purpose to assess methodologies that aim the rehabilitation and revitalization of this neighborhood by creating an urban structure capable of facilitating relationships.

The current situation of the neighborhood reveals the lack of qualified public spaces, as well as public equipment enhancing social cohesion. In this sense, the proposed equipment, combines leisure activities - urban agriculture – with an identifiable centrality endowed of uses and functions necessary to the neighborhood - the market. Topics such as sustainability, education, economic and social cohesion are addressed, to provide these equipment with features adapted to the needs of today's society.

KEYWORDS: AUGI; Urban Rehabilitation; Urban Agriculture; Public Equipment; Public Market.

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de momentos, uns maiores outros mais pequenos, que nos moldam e escrevem a nossa história. Este é sem dúvida, para mim, um dos grandes momentos. Contudo, foi com o apoio, dedicação e compreensão das pessoas que me estão próximas que cheguei ao fim deste percurso, e por isso, quero expressar-lhes o meu mais sincero agradecimento.

Ao professor Pedro Rodrigues pela sua orientação, pela sua disponibilidade e pelo apoio prestado.

O meu muito obrigada a todos os professores, colegas e amigos que preencheram e enriqueceram o meu percurso académico. Quero deixar uma palavra especial à Joana e ao João, pela amizade que criámos, pelo companheirismo, apoio e presença.

Não podia deixar de agradecer às pessoas que sempre, e incondicionalmente, me apoiam em todas as fases da minha vida, a minha família.

Aos meus pais, Magui e João, por serem, mais que tudo, a minha inspiração. Obrigada por todo o apoio, incentivo e compreensão e por me fazerem, sempre, sentir capaz de fazer tudo. Sei que estão orgulhosos por ter concluído esta etapa da minha vida.

À minha irmã, Mafalda, por ser metade de mim. A minha força, otimismo, confiança e segurança, a minha maior companheira, a minha melhor amiga.

E ao Marcos, pelo carinho, pela motivação, por me fazer sonhar e me fazer acreditar que a vida é muito mais feliz quando temos alguém com quem partilhar esses sonhos.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	I
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE TABELAS	XI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XII
INTRODUÇÃO	1
- APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
- OBJETIVOS	3
- METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO	4
- CONTRIBUIÇÕES	5
CAPÍTULO I ÁREAS URBANAS DE GÊNESE ILEGAL	7
- GÊNESE E EVOLUÇÃO	8
- ENQUADRAMENTO HISTÓRICO/LEGAL	9
- CONSEQUÊNCIAS	12
- PROCESSO DE RECONVERSÃO	13
- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	14
CAPÍTULO II O EQUIPAMENTO E ESPAÇO PÚBLICOS COMO PLATAFORMAS DA SOCIABILIDADE	17
- ESPAÇO PÚBLICO COMO ESTRUTURA ORGANIZATIVA	18
- O MERCADO COMO PLATAFORMA DA SOCIABILIDADE	21
- A GÊNESE DO MERCADO - A CIDADE ANCESTRAL	22
- PERCURSO TIPOLOGICO DO MERCADO AO LONGO DA HISTÓRIA	23
- ANTIGUIDADE CLÁSSICA	23

- PERÍODO MEDIEVAL.....	25
- BAZAARS ORIENTAIS.....	28
- NORTE DA EUROPA E RENASCENÇA ITALIANA ATÉ AO SÉC XIX.....	30
- O MERCADO DO SÉC. XIX.....	31
- OUTRAS INFLUÊNCIAS – SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS E CENTROS COMERCIAIS.....	35
- O MERCADO COMO AGENTE SOCIAL E ECONÓMICO.....	37
- O PAPEL DO MERCADO NA CIDADE ACTUAL.....	39
- AGRICULTURA URBANA.....	43
- A SUSTENTABILIDADE NA ESTRUTURA URBANA.....	44
- A AGRICULTURA URBANA NOS DIAS DE HOJE.....	46
- BENEFÍCIOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E AMBIENTAIS.....	47
- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	50
CAPÍTULO III PROPOSTA.....	53
- O BAIRRO DO CASAL NOVO – ANÁLISE E DIAGNÓSTICO – O QUÊ?.....	54
- CONTEXTUALIZAÇÃO.....	54
- GÉNESE.....	54
- CARACTERIZAÇÃO URBANA E SOCIAL.....	56
- ESTRUTURA.....	58
- ANÁLISE SWOT.....	59
- OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ACÇÕES – PARA QUÊ?.....	61
- CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA.....	61
- PROCEDIMENTOS – COMO?.....	63
- PLANO URBANO / DEFINIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	63
- IMPLEMENTAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO PÚBLICO.....	68
- PLANO DE AÇÃO.....	68
- LOCAL DE INTERVENÇÃO E INTEGRAÇÃO URBANA.....	69
- EDIFÍCIO DO MERCADO.....	73
- O CENTRO DE AGRICULTURA.....	78
- AS HORTAS URBANAS.....	79
- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	81
CONCLUSÃO.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	87
ANEXOS.....	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Esquema do processo de reconversão	14
Figura 2 O espaço público enquanto fundador da forma urbana.	18
Figura 3 O espaço público enquanto configurador do domínio da socialização.....	18
Figura 4 Stoa e praça do mercado grego da antiguidade clássica.	24
Figura 5 Relação da Stoa com a praça da ágora.	24
Figura 6 Fórum de Trajano, Roma.	24
Figura 7 Reconstituição do Fórum de Trajano, Roma.	25
Figura 8 Macellum no fórum de Pompeia.....	25
Figura 9 Planta de um macellum ideal.....	25
Figura 10 Mercado medieval típico de dois andares.....	27
Figura 11 Ypres Town Hall, Bélgica.	27
Figura 12 Palazzo del Broletto, Como.....	27
Figura 13 Mapa antigo da cidade de Breslau - Mercado Ring.....	28
Figura 14 Mercado Ring atualmente.	28
Figura 15 Medina Bazaar, Marrocos.	29
Figura 16 Grande Bazaar, Istambul.	29
Figura 17 Planta do Grand Bazaar, Istambul, representativa do zoneamento por tipos de produtos vendidos.....	30
Figura 18 Loggia do Mercado Novo, Florença.	30
Figura 19 Piazza del Popolo, Roma.	31
Figura 20 Market Hall, Bridgwater, 1826-30.	32
Figura 21 Fish Market, Hastings, 1870.	32
Figura 22 Market Cross, Dewsbury, 1826.	32
Figura 23 Bazaar Market, Cheltenham, 1823.....	33
Figura 24 Rotunda Market, Torquay, 1820.	33
Figura 25 Fruit and Flower Arcade, Exchange Market, Bristol, 1908.	33

Figura 26 Les Halles Centralles, Paris, 1853, ilustração de vista interior do mercado.	34
Figura 27 Les Halles Centralles, Paris, 1853, fotografia de 1950	34
Figura 28 Covent Garden Market, Londres, 1830, ilustração de 1910.....	35
Figura 29 Covent Garden Market, Londres, 1830, fotografia de 1925.	35
Figura 30 Galleria Vittorio Emanuele II, Milão, 1867.....	35
Figura 31 Galleria Vittorio Emanuele II, Milão, 1867.....	35
Figura 32 Mercado de la Concepción, 2000.....	41
Figura 33 Mercado de la Boqueria, 2002.	41
Figura 34 Mercado de Barceloneta, 2007.....	41
Figura 35 Mercado de Santa Caterina, 2005.	41
Figura 36 Mercado da Ribeira	42
Figura 37 Mercado de Campo de Ourique.....	42
Figura 38 Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.....	43
Figura 39 Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.....	43
Figura 40 Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.....	44
Figura 41 Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.....	44
Figura 42 Diagrama referente à inter-relação entre os três sistemas que constituem o desenvolvimento sustentável.	45
Figura 43 Esquema ilustrativo da complexidade do sistema alimentar urbano.	49
Figura 44 Enquadramento do Município de Odivelas na AML.	54
Figura 45 Enquadramento do Bairro do Casal Novo no Município de Odivelas.	54
Figura 46 Ortofotomapa de 1982.	55
Figura 47 Ortofotomapa de 1977.	55
Figura 48 Ortofotomapa de 1990.	55

Figura 49 Ortofotomapa de 2005.	55
Figura 50 Limites do Bairro do Casal Novo.	56
Figura 51 Ocupação do território - densidade do edificado	56
Figura 52 Vista aérea do bairro, ilustrativa da dispersão da construção.	57
Figura 53 Terreno baldio, bairro do Casal Novo.	57
Figura 54 Conjunto do edificado habitacional.	57
Figura 55 Moradia unifamiliar de dois pisos.	57
Figura 56 Identificação dos eixos estruturantes.	58
Figura 57 Estabelecimento comercial na Rua do Brasil.....	58
Figura 58 Terrenos destinados a intervenção.....	62
Figura 59 Exercício de cruzamento de bases matriciais: Barcelona + Bairro do Casal Novo e Nova Iorque + Bairro do Casal Novo.	63
Figura 60 Dimensão das bandas - formação dos quarteirões.....	64
Figura 61 Marcação das bandas.	64
Figura 62 Sentidos tráfego.	64
Figura 63 Hierarquia viária.....	64
Figura 64 Malha resultante – formação dos quarteirões.....	64
Figura 65 Rua Principal - dois sentidos, arborizada.	65
Figura 66 Rua Secundária - dois sentidos.....	65
Figura 67 Rua Secundária – sentido único, estacionamento paralelo.....	65
Figura 68 Rua Pedonal, com acesso limitado de viaturas - sentido único, estacionamento paralelo.....	65
Figura 69 Rua Pedonal, com acesso limitado de viaturas - dois sentidos.	65
Figura 70 Planta de estratégia.....	67
Figura 71 Ciclo do produto.	69
Figura 72 Implantação da proposta.	70
Figura 73 Mapa de fluxos ao longo do dia e legenda.....	71
Figura 74 Campo de terra lavrada.....	72

Figura 75 Linha desenhada pelas coberturas.	73
Figura 76 Relação com a Rua Brasil.	73
Figura 77 Vista da entrada do mercado.	73
Figura 78 Vista interior do mercado.	74
Figura 79 Vista interior do mercado.	74
Figura 80 Secção transversal do edifício do mercado.	75
Figura 81 Formas de apropriação da praça.	75
Figura 82 Esquema do programa do Mercado.	77
Figura 83 Esquema do programa do Centro de Agricultura	78
Figura 84 Vista do coberto exterior.	79
Figura 85 Visualização de um talhão.	79
Figura 86 Vista das zonas de estar.	80
Figura 87 Esquema das hortas urbanas.	80

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Tipologias do espaço público	20
Tabela 2 Análise SWOT.	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AU – Agricultura Urbana

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

CFP – Cities Feeding People

DL – Decreto de Lei

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

IMMB – Instituto Municipal de Mercados de Barcelona

PALOP – País Africano de Língua Oficial Portuguesa

PDM – Plano Diretor Municipal

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PP – Plano de Pormenor

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

WCED – World Commission on Environment and Development

INTRODUÇÃO

- APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O tema *Redesenhar e requalificar o Lugar - o Bairro na Cidade*, que serviu de base à intervenção proposta, desafiou-nos a *reparar* (RODRIGUES, 2013) na cidade. *Reparar* que, a vivência da cidade tem vindo a ser alterada, especialmente nas quatro últimas décadas, e que o seu crescimento tem ditado a separação e o distanciamento funcional das três principais fontes de fixação dos cidadãos na cidade: trabalho – casa – lazer. *Reparar* que este crescimento origina não só a fuga para as periferias, que ao responderem maioritariamente a necessidades de habitação negligenciam a estrutura pública, mas também, e consequentemente, deslocções pendulares diárias e o esvaziamento habitacional dos centros urbanos. E *reparar* ainda que estes movimentos destituem os lugares da sua pluralidade de vivências, retirando-lhes o seu sentido morfológico, a sua identidade, conduzindo a uma perda de vivência da vida pública. Vê-se assim quebrado o equilíbrio entre a cidade, as pessoas e o ambiente, pondo em causa a sua sustentabilidade.

É extremamente importante, perante esta situação, que sejam criadas condições de habitabilidade sustentáveis nas cidades do presente e do futuro, de forma que a cidade não se torne apenas num somatório de espaços funcionais, frequentados isoladamente, mas sim que seja capaz de proporcionar espaços mais vivos e humanos.

Como tal, o objetivo deste trabalho prende-se com a importância da relação entre o ambiente construído, o ser humano e o ambiente natural, criando um sistema capaz de responder à problemática em questão, mas que ao mesmo tempo sirva para desenvolver novas ideias e conceitos a nível da relação entre sustentabilidade, arquitetura e agricultura.

Com o presente trabalho pretende-se ainda abordar a temática das AUGI apontando metodologias que visem a reabilitação destes territórios, promovendo a reestruturação do seu tecido, bem como a sua integração no contexto urbano em que se inserem.

Mais uma vez somos encaminhados no sentido de reparar. Mas *reparar* agora no sentido de requalificar, dotando estes lugares de usos e funções necessários para uma boa qualidade de vida, tornando-os no palco privilegiado da socialização e da vivência comunitária.

A proposta projetual tem como objeto de estudo o Bairro do Casal Novo, em Odivelas, classificado como AUGI, e surge como uma oportunidade para promover a revitalização social e económica do bairro e ainda de desenvolver a noção de comunidade.

Partindo deste pressuposto, propõe-se a criação de um equipamento urbano associado ao tema da agricultura urbana, tema que se encontra fortemente enraizado neste bairro, embora de uma forma espontânea, o que pouco contribui para a qualidade estética, paisagística ou urbanística do local. Serão aferidas estratégias de forma a que este atual interesse da população lhes proporcione benefícios de ordem social, económica e ambiental.

É proposto assim a implementação de um mercado, que para além de responder às necessidades da população de aceder a um comércio mais adequado e variado, se relaciona com as hortas urbanas, com o intuito de promover o ciclo do produto cultivando-se, vendendo-se e consumindo-se o que é produzido. Pretende-se assim incluir a comunidade neste ciclo, que vai desde o cultivo, à produção, comercialização e consumo do produto, funcionando como um sistema que para além de incluir um espaço de reunião entre a população, tem o intuito de servir a comunidade, podendo ainda funcionar como polo de atração tanto à comunidade local como aos seus visitantes.

Trabalhar-se-ão temas como a coesão e inserção social, educação, sustentabilidade, regeneração urbana e economia, de forma que este possa ser um espaço exemplar que funcione como um modelo de desenvolvimento urbano sustentável.

- OBJETIVOS

O principal objetivo do presente trabalho passa por apresentar uma estratégia que possa contribuir não só para a reconversão e requalificação do Bairro do Casal Novo, mas também para a promoção da qualidade de vida e coesão social dos seus habitantes. Nesse sentido, o estudo desenvolvido pretende dar resposta à seguinte questão:

- De que forma a inserção de um equipamento e espaço públicos têm a capacidade de funcionar como uma centralidade no bairro, promovendo relações de convivência entre os residentes?

A partir da questão inicial outras variáveis contextuais surgiram:

- De que modo é que um equipamento público poderá constituir um motor de desenvolvimento local?

- De que forma é que a agricultura urbana pode influenciar económica e socialmente os seus praticantes?

- De que forma a ligação entre os espaços agrícolas e o ambiente construído contribui para a sustentabilidade urbana?

Com base nestas questões colocou-se a hipótese de um equipamento que operasse como mecanismo de coesão, educação e abastecimento da população, envolvendo-a num processo participativo, capaz de promover a economia local, a inclusão social e uma melhoria da paisagem urbana.

- METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

A metodologia adotada no presente trabalho apresenta três fases.

A primeira fase corresponde à revisão de literatura e ao desenvolvimento de conceitos teóricos relevantes para o desenvolvimento do projeto de desenho urbano e de arquitetura no sentido de obter um enquadramento teórico capaz de suportar as decisões práticas.

Numa segunda fase procedeu-se ao reconhecimento e diagnóstico do local de intervenção. Para tal recorreu-se a uma metodologia de carácter qualitativo, bem como a uma recolha direta de dados, com o objetivo de conhecer as diversas dimensões do local de estudo e clarificar a problemática. Através desta análise foi desenhado o diagnóstico SWOT que permitiu a identificação dos pontos fortes do território, das oportunidades que dele advêm, dos seus pontos fracos e das ameaças que poderão assumir-se como obstáculos à intervenção.

A partir das fases anteriores foi possível direccionar o trabalho prático e desenhar soluções urbanísticas e arquitetónicas capazes de responder às perguntas de partida, tarefa que correspondeu à terceira fase de trabalho.

O trabalho estrutura-se em três capítulos, correspondendo o primeiro e segundo capítulos à componente teórica de investigação, e o terceiro capítulo à componente prática projetual.

No primeiro capítulo é feita uma abordagem ao fenómeno das AUGI, focado no caso nacional, analisando a origem e respetivo processo de evolução, nas suas vertentes histórica e legal, numa tentativa de compreensão das consequências implícitas ao processo, permitindo uma intervenção mais eficaz e esclarecida.

Intitulado “O Equipamento e Espaço Públicos como plataformas da sociabilidade”, o segundo capítulo apresenta o contributo do urbanismo e da arquitetura em resposta à problemática das fragilidades sociais e territoriais inerentes ao desenvolvimento clandestino destes territórios. Dividido em três subcapítulos, serão abordados três temas, considerados promotores do equilíbrio entre a cidade, as pessoas e o ambiente. Em primeiro lugar é abordada a importância do espaço público não só como fundador da forma da cidade, mas também como o lugar onde se desenrola a vida social. No segundo subcapítulo pretende-se investigar a pertinência da introdução de um equipamento de utilização pública, um mercado, sendo para isso feita uma análise tipológica deste equipamento ao longo da história, de forma a perceber o percurso que a tipologia traçou até aos modelos atuais, e aferir assim o seu papel na cidade atual. No último subcapítulo é analisada a temática da agricultura urbana com o intuito de compreender a importância do tema para a sustentabilidade, focando as suas dimensões sociais, económicas e ambientais.

Por último, no terceiro capítulo são relacionados os conceitos, temas e conclusões explorados nos capítulos anteriores, sintetizando-se um conjunto de considerações que se aplicam numa proposta projetual, contextualizada com a realidade do local em que se insere.

- CONTRIBUIÇÕES

O presente trabalho representa uma das possíveis respostas à problemática associada aos bairros de génese ilegal. O propósito deste trabalho prende-se com a necessidade da requalificação e reintegração destes territórios, pelo que é sugerido um conjunto de estratégias e soluções, sustentadas por um quadro teórico, onde se levantam questões relacionadas com o potencial do espaço público e equipamento de utilização pública enquanto plataformas da sociabilidade.

Ainda que as estratégias de intervenção apresentadas no capítulo III se destinem especificamente ao local de intervenção escolhido, pretende-se que os princípios gerais da intervenção possam ser adaptados nos processos de reconversão de outros territórios de características semelhantes, e que os temas desenvolvidos permitam desenvolver novas ideias a nível da relação entre sustentabilidade, arquitetura e agricultura urbana, explorando o potencial que desta relação possa advir.

CAPÍTULO I

ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

Com o intuito de aprofundar a temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, e aferir metodologias que visem a reabilitação, reestruturação e reintegração destes territórios, serão neste capítulo analisadas a sua origem, evolução e processo de reconversão, de modo a melhor compreender as consequências implícitas a este fenómeno.

- GÉNESE E EVOLUÇÃO

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por um crescimento explosivo de uma periferia dispersa em torno da cidade de Lisboa. A causa deste acontecimento está associada, em parte, ao êxodo rural para os grandes centros urbanos do litoral, bem como ao regresso de portugueses das ex-colónias. O processo de industrialização destes territórios fez com que o efetivo populacional tenha aumentado a ritmos sem precedentes, alterando profundamente o cariz não-urbano de vários concelhos na AML (TENEDÓRIO, 2003).

O grande crescimento populacional dos centros urbanos do litoral gerou naturalmente o aumento da procura de habitação. Por um lado, a especulação imobiliária que se fazia sentir nestes centros urbanos, tornava a oferta legal existente inacessível e desadequada a esta população recém-chegada à cidade, já que era escassa e cara. Por outro, as autarquias, não prevendo tal explosão demográfica, viram-se incapazes de dar uma resposta eficaz e em tempo útil a esta situação. Esta conjuntura revelou-se propícia ao desenvolvimento da cidade informal, não planeada, que se desenvolveu na periferia da cidade histórica ou planeada, e criou as condições para a “massificação” dos loteamentos ilegais e das construções clandestinas, de uma forma descontrolada, desordenada e à margem da lei.

Na verdade, os baixos rendimentos da população, a disponibilidade de pequenas poupanças para investimento, bem como alguns aspetos culturais traduzidos na forte tradição no acesso à terra, o “peso ideológico” da casa própria e os hábitos e aspirações de uma população em transição rural-urbano, que dava preferência à moradia unifamiliar com quintal, levaram a que parte da população encontrasse no espaço de construção ilegal, apelidado de «clandestino», a resposta às suas necessidades (JORGE, 2010).

Este fenómeno proliferou até aos anos 90, altura em que entrou em vigor o atual regime jurídico de exceção para os loteamentos clandestinos. A Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro introduziu o conceito de AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), estabelecendo como princípio geral o dever de reconversão, regulando pela primeira vez este processo de uma forma mais rigorosa (JORGE, 2010).

A expansão periurbana ilegal e desordenada foi então travada, o que não significou a resolução dos problemas que de si advieram, já que na reconversão destas áreas não se previu a sua requalificação, pelo que muitas delas continuam, até aos dias de hoje, subequipadas e carentes de infraestruturas públicas de qualidade.

O local de intervenção do presente trabalho final de mestrado está classificado como AUGI, pelo que será pertinente estudar este fenómeno mais a fundo nas suas componentes histórica e legal, descortinando as suas consequências para o território, de modo a poder intervir de uma forma mais eficaz e esclarecida.

- ENQUADRAMENTO HISTÓRICO/LEGAL

Por loteamentos clandestinos entendem-se aqueles que são realizados à margem da lei urbanística, ambiental e civil, com o objetivo de fugir à exigente legislação que proíbe o fracionamento de terrenos, ou aos custos associados a operações de loteamento (ALVES, 2009).

A primeira fase do fenómeno clandestino caracteriza-se pela **proliferação dos loteamentos de parcelas rústicas**. Motivados pela oportunidade fácil e rápida de fazer negócio, os vendedores destas parcelas – loteadores ilegais – tiveram um papel fundamental neste fenómeno. Eles foram os responsáveis pela **venda de tais parcelas** que não tinham a permissão para serem loteadas e para as quais não estavam previstas infraestruturas públicas. Ainda assim, sem quaisquer conhecimentos sobre urbanismo ou planeamento, os loteadores foram responsáveis pela “urbanização” de centenas de aglomerados habitacionais nas periferias, sendo esta a principal razão pela qual a maioria destes territórios apresentam problemas de estruturação, falta de equipamentos, de espaços públicos e espaços verdes adequados e de qualidade. Assim, consoante a divisão e venda das parcelas, foram sendo definidas as ruas e a malha urbana, obedecendo a um desenho cujo principal objetivo era a otimização do espaço para maior benefício económico dos loteadores.

Igualmente atraído pela disponibilidade de terrenos baratos, pela possibilidade de ter uma habitação própria inserida num ambiente calmo, longe da confusão dos centros das cidades, surge o comprador, responsável pela posterior construção no lote. Segue-se a **construção da habitação**, que, desprovida de normas, se desenvolve geralmente em regime de autoconstrução e por etapas, o que trouxe o benefício de permitir ao proprietário gerir as suas economias e ir construindo consoante as suas possibilidades (AGUIRRE, 2009). Esta inversão do processo de urbanização, apesar de ter possibilitado o acesso à propriedade e ao urbano de classes sociais com menos recursos, ao remeter para a fase final de tal processo a infraestruturação e a construção do espaço público das áreas de intervenção clandestina (JORGE, 2010), contribuiu para uma expansão urbana desordenada e desqualificada, afetando

o potencial ecológico, paisagístico e produtivo de algumas áreas periurbanas e consequentemente a sua identidade (OLIVEIRA, 2011).

O Estado vê-se então perante esta situação de expansão periurbana clandestina, sem ser, porém, capaz de a travar por falta de um quadro legal adequado para o urbanismo. Numa primeira tentativa de controlar a referida situação é lançada em 1965 a lei 46673/65 que faz depender de licenciamento municipal as operações de loteamento urbano, introduzindo o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) pretendendo dar às autoridades administrativas os meios legais para intervir nas operações de loteamento a fim de combater as atividades especulativas (PARDAL, 2006). Face à ineficiência desta Lei de 1965, e tendo-se mesmo assistido a uma deterioração desta situação de expansão urbana desordenada, foi lançado em 1973 um novo decreto-lei DL289/73, que proibia a venda de parcelas de terreno rústico como lotes para construção. Ainda assim, os loteadores contornavam esta lei vendendo as parcelas em avos indivisos, não vendiam uma fração de terreno, mas sim uma fração do direito ao terreno em regime de compropriedade (REIS, 2007).

Persiste então uma ocupação dispersa e desenquadrada, situação que veio a ser agravada pela conjuntura pós 25 de Abril. O retorno dos emigrantes nas ex-colónias portuguesas, o crescente número de imigrantes provenientes dos PALOP e o êxodo rural que ainda se fazia sentir significativamente, bem como a agitação social, política e económica fizeram com que houvesse tolerância perante o clandestino o que resultou no agravamento da sua expansão.

Em 1976, a lei dos solos (Decreto-Lei 794/76) veio definir os princípios e normas fundamentais sobre a política dos solos, atribuindo à Administração a aprovação prévia de qualquer alteração do uso ou da ocupação dos solos para fins urbanísticos. Contudo, esta lei não refere medidas de carácter objetivo para impedir o ímpeto dos loteamentos clandestinos, sendo que só com o DL 804/76 são definidas as diretrizes gerais a observar para a aplicação de diversas medidas, sendo elas a legalização, a manutenção ou demolição das áreas de construção clandestina.

Apesar das diversas tentativas de travar o avanço da construção clandestina, nomeadamente através do referido pacote legislativo em 1976, as autarquias continuavam com uma postura passiva, vivendo-se um clima de indefinição e permissividade perante a situação, relegando para mais tarde a resolução do problema, ignorando a sua dimensão crescente (COSTA, 2008).

Por sua vez, na década de 80 foi proibida a venda de parcelas em “avos”, pela aprovação do DL 400/84, tendo sido também instituídos os PDM, com o DL 208/82, como instrumentos fundamentais de gestão territorial para os municípios. Aliado a isto ainda se verificou uma diminuição do êxodo rural, bem como uma desburocratização camarária, pelo que se começou a assistir ao abrandamento das operações urbanísticas ilegais, sendo que só na década de 90 este fenómeno foi completamente enquadrado.

As zonas de loteamentos ilegais encontravam-se já bastante consolidadas, nomeadamente a nível social, uma vez que as suas populações já tinham criado fortes laços de vizinhança estando, por isso, completamente enraizadas. Começaram a surgir, inclusivamente, associações de moradores que reivindicavam algumas obras de qualificação destes bairros, obras essas que chegaram a ser levadas a cabo pelos próprios moradores, não raras vezes suportados pelas autarquias que procuravam, de algum modo, melhorar a qualidade de vida nestas zonas. O problema, começou então, nos anos 90, a ser abordado de uma forma mais objetiva e concreta, mas só em 1995, com o lançamento da Lei 91/95 é que o fenómeno do clandestino foi completamente enquadrado pela primeira vez, tendo-se, com esta lei, definido o que é o clandestino e introduzido pela primeira vez o conceito de AUGI.

Segundo a referida lei, foram considerados AUGI *“os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 400/84, de 31 de Dezembro, e que, nos respetivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável. São ainda considerados AUGI os prédios ou conjuntos de prédios parcelados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 46673, de 29 de Novembro de 1965, quando predominantemente ocupados com construções não licenciadas”*.

O objetivo principal desta lei foi o de pôr fim ao problema, através do reforço das medidas preventivas e da introdução de soluções específicas de natureza excecional para os modelos e procedimentos de reconversão já existentes, nomeadamente, imputando aos particulares *“o dever de conformar os prédios que integram as AUGI com o alvará de loteamento ou com o planos de pormenor de reconversão, nos termos e prazos a estabelecer pela Câmara Municipal”* e o *“dever de compartilhar nas despesas de reconversão”* (n.º 2 e 3 no art. 3º).

Esta lei deu finalmente resposta à falta de enquadramento dos instrumentos de gestão territorial para a questão das AUGI, surgindo, não só, como instrumento fundamental na

regulação de todos os seus processos de reconversão, mas também como catalisador dos mesmos ao contemplar todos os agentes intervenientes (RODRIGUES, 2011).

Este novo quadro legal fez com que o fenómeno da expansão do clandestino fosse de facto travado, mas naturalmente mais de trinta anos de uma expansão desordenada, deixaram marcas e consequências de várias ordens, que se fazem sentir até aos dias de hoje.

- CONSEQUÊNCIAS

O fenómeno das AUGI deixou consequências de diversas ordens, nomeadamente de ordem físico-urbanístico, já que há uma intervenção e transformação efetiva do solo, alterando a identidade dos lugares e a sua articulação com as zonas urbanizadas já consolidadas ou em expansão. Por sua vez, as AUGI também deixaram problemas de ordem social, pois a falta de ordenamento e articulação dos territórios afetou diretamente a qualidade de vida dos seus habitantes.

No topo das consequências de ordem físico-urbanística estarão aquelas que têm que ver diretamente com o uso do solo. Ou seja, os terrenos são objetos de limpeza da cobertura vegetal, do arranque de árvores, da abertura de caminhos e de poços e furos ilegais, da inexistência de esgotos, da acumulação de resíduos sólidos urbanos, do uso ilegal de ligações elétricas para fins agrícolas (ALVES, 2009), pelo que, se assiste a uma fragmentação e deterioração de áreas com qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, comprometendo o desenvolvimento sustentável dos aglomerados urbanos (OLIVEIRA, 2011).

O facto de a grande maioria destes aglomerados que constituem as AUGI terem visto o seu processo de urbanização invertido, teve consequências que afetam a mobilidade nestes locais a várias escalas. Por um lado, a falta de articulação com o meio envolvente afetou a qualidade da rede viária e dos transportes públicos para estes locais, levando consequentemente a um isolamento e segregação territorial dos mesmos. Por outro lado, um processo, em que o espaço privado é o privilegiado, sendo o espaço público entendido como o espaço sobrando, e onde primeiro se levou a cabo o loteamento e ocupação dos terrenos e só depois se pensou na sua infraestruturação, deu origem a uma rede viária deficiente e subdimensionada e a carências ao nível de equipamentos e espaços públicos.

Todas estas debilidades ao nível físico-urbanístico tiveram por sua vez consequências de cariz social, já que afetam diretamente a qualidade de vida das populações residentes nas AUGI.

Ora, uma segregação espacial levará naturalmente a uma segregação social. De facto, os habitantes das AUGI vivem isolados e afastados das zonas devidamente equipadas, vendo-se obrigados a uma mobilidade diária forçada, muitas vezes em viatura própria visto a oferta de transportes públicos ser deficiente, de modo a poderem aceder não só aos equipamentos de saúde, educação e lazer, mas também, e não raras vezes, ao local de trabalho e ainda a um comércio mais adequando às suas necessidades (ARAÚJO, 2011).

Em suma, este isolamento e mobilidade forçada, aliados à carência de equipamentos e espaços públicos adequados, nestes locais, onde o espaço privado impera, podem levar, a uma desintegração da vida sociocomunitária e à falta de coesão social.

Há que pensar, então, na reconversão destes lugares com o foco na qualidade de vida dos habitantes das AUGI, pensando-a a par com a reconversão urbanística e a qualificação do espaço público dos mesmos (JORGE, 2011). De facto, em muitas reconversões, verifica-se que a maior preocupação incidiu na legalização da ocupação do solo e na sua infraestruturação, dissociando-a da qualificação do espaço público, comprometendo a qualidade do tecido urbano, bem como a articulação destes territórios com o território envolvente. Interessa então perceber como se desenrolam os processos de reconversão destes lugares, aferindo um *modus operandi* que garanta sucesso numa futura intervenção.

- PROCESSO DE RECONVERSÃO

Como referido anteriormente, a Lei nº 91/95 de 2 de Setembro, foi de facto um marco na reconversão dos loteamentos de génese ilegal, constituindo um regime de exceção que visa acelerar a reconversão urbanística das AUGI. Este regime propôs delimitar e resolver o problema destes territórios num prazo de tempo reduzido tendo criado para este efeito mecanismos de intervenção que, de forma geral, se traduzem na implementação de um associativismo entre os proprietários e comproprietários – a Administração - tendo-lhes atribuído o “*dever de conformar os prédios que integram a AUGI com o alvará de loteamento ou com o plano de pormenor de reconversão, nos termos e prazos a estabelecer pela câmara municipal*” (n.º 2 do art. 3º) e no “*dever de participar nas despesas de reconversão*” (n.º 3 do mesmo artigo).

Ora, sobre o processo de reconversão diz a lei que este “é organizado (...) a) Como operação de loteamento da iniciativa dos proprietários ou comproprietários; b) Como operação de loteamento ou mediante plano de pormenor da iniciativa da respetiva câmara municipal” (nº 1 do art. 4º).

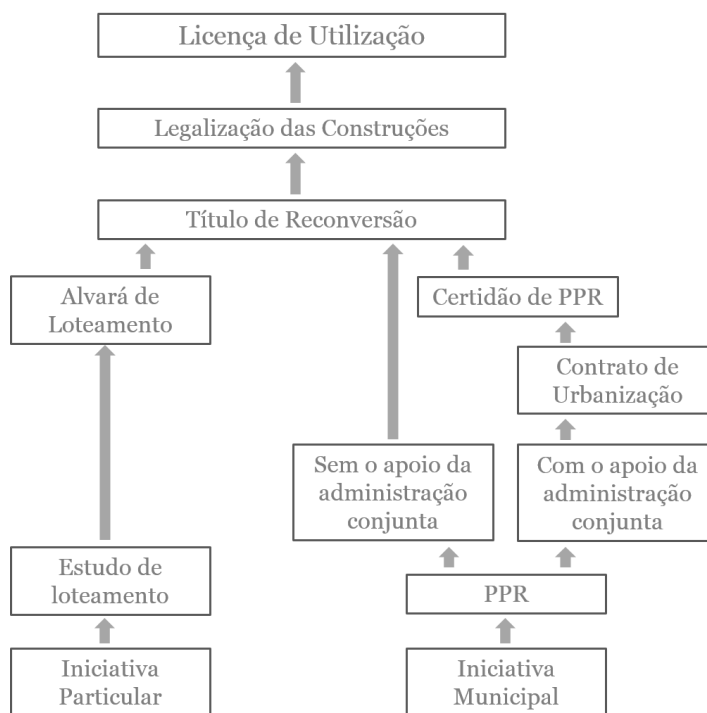


Figura 1 | Esquema do processo de reconversão
(elaboração própria. fonte: ARAÚJO, 2011)

Apesar do esforço no sentido de reconverter estes territórios, o trabalho a fazer para os requalificar efetivamente, devolvendo qualidade de vida aos seus habitantes, está longe de ter terminado. Vinte anos depois da lei das AUGI os esforços continuam a ser no sentido de legalizar as construções, em vez de serem direcionados para a (re)construção da identidade e do espaço público destes não-lugares.

- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Surgindo como resposta à escassez de oferta pública e privada de habitação, o fenómeno do loteamento e construção clandestinos veio comprometer o desenvolvimento harmonioso do espaço urbano português, na medida em que potenciou um crescimento informal e desintegrado dos tecidos urbanos.

O clima de indefinição e permissividade perante a situação que se foi prolongando, relegando para mais tarde a resolução do problema e ignorando a sua dimensão crescente, gerou consequências, quer a nível físico quer a nível social. Por um lado, um processo em que o espaço privado é o privilegiado, e o espaço público entendido como o espaço sobran­te, deu origem a uma estrutura urbana descaracterizada e sem hierarquia, e à ausência de equipamentos e espaços públicos, bem como de comércio e serviços, que garantissem às populações destes territórios resposta às suas necessidades. Por outro, a falta de articulação com o meio envolvente afetou a qualidade da rede viária e dos transportes públicos para estes locais, levando consequentemente a um isolamento e segregação territorial dos mesmos, bem como a uma desintegração sociocomunitária, afetando diretamente a qualidade de vida dos seus habitantes.

Com a entrada em vigor da lei das AUGI em 1995 a expansão periurbana ilegal e desordenada foi então travada tendo imprimido uma nova dinâmica no processo de reconversão e requalificação destas áreas. Ainda assim, tal facto não significou a resolução dos problemas que de si advieram, já que os esforços para a reconversão têm sido no sentido de legalizar o território e as construções, ao invés de se concentrarem na reconversão urbanística e na qualificação do espaço entre edifícios.

Como tal, estudar mais aprofundadamente o fenómeno das AUGI permitiu confirmar que a requalificação da maioria destas áreas passará necessariamente pela qualificação do seu espaço público e pela implementação de equipamentos coletivos, que possam atenuar alguns dos problemas acima referidos, adequando-os às perspetivas e aspirações da população, de forma a criar soluções capazes de incentivar o convívio entre a população.

CAPÍTULO II

O EQUIPAMENTO E ESPAÇO PÚBLICOS COMO PLATAFORMAS DA SOCIABILIDADE

Uma vez analisados os problemas presentes nas realidades urbanas de territórios de génese ilegal, o presente capítulo apresenta-se como o contributo do urbanismo e da arquitetura em resposta à problemática das fragilidades sociais e territoriais inerentes a estes territórios. Dividido em três subcapítulos, serão neste capítulo abordados três temas, considerados promotores do equilíbrio entre a cidade, as pessoas e o ambiente. Em primeiro lugar, é abordada a importância do espaço público não só como fundador da forma da cidade, mas também como o lugar onde se desenrola a vida social. De seguida, pretende-se investigar a pertinência da introdução de um equipamento de utilização pública, um mercado, sendo para isso feita uma análise tipológica deste equipamento ao longo da história, de forma a perceber o percurso que a tipologia traçou até aos modelos atuais, e aferir assim o seu papel na cidade atual. Por último, é analisada a temática da agricultura urbana com o intuito de compreender a importância do tema para a sustentabilidade, focando as suas dimensões sociais, económicas e ambientais.

- ESPAÇO PÚBLICO COMO ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O espaço público é o espaço onde as pessoas “*circulam, seja de automóvel ou a pé, é o espaço onde se encontram, onde se sentam, onde conversam. É onde se fazem as manifestações e as procissões, as grandes festas e os funerais, é onde se expressam coletivamente as grandes alegrias e as grandes dores. Vendo bem, o espaço público é a essência da cidade e é através dele que ela é representada*” (SALGADO, 2002).

Como ponto de partida na definição de espaço público pode assumir-se este como o espaço resultante do vazio entre edifícios (GEHL, 2006), já que “se as casas são domínios privados, a rua é o domínio público” (HERTZBERGER, 1999). Constituído por elementos como a rua, a praça, as avenidas e os jardins, o espaço público deverá sempre ser entendido como o bem coletivo e de livre acesso, que é responsável, não só pela ordem e relação entre edifícios, equipamentos e monumentos, agindo como **fundador da forma urbana**, mas também como **configurador do domínio da socialização**, afigurando-se como um palco onde se exprime a vivência individual e coletiva da cidade (BRANDÃO, 2002).



Figura 2 | O espaço público enquanto fundador da forma urbana.

(fonte: http://blog.rumbo.pt/wp-content/uploads/sites/16/2015/02/Percursos-lisboa_reconstruida-Baixa-Aerea-Unf-44.jpg)



Figura 3 | O espaço público enquanto configurador do domínio da socialização.

(fonte: <http://ocorvo.pt/wp-content/uploads/2015/06/P1040219.jpg>)

Deste modo, o espaço público, enquanto bem comum de uma sociedade e entidade primordial na estruturação dos tecidos urbanos, estabelece o mapa mental que cada indivíduo faz da cidade e é crucial não só para a circulação **das pessoas e articulação dos edifícios**, mas também para a construção da **imagem, carácter e identidade urbanos** (BRANDÃO, 2008).

A importância do espaço público prende-se com dois pontos essenciais: por um lado com a identidade dos lugares e a sua capacidade de serem apropriáveis e por outro com a capacidade de funcionarem como agentes catalisadores entre moradores em situações quotidianas. Segundo HERTZBERGER (1999, p.45) “o segredo é dar ao espaço público uma forma tal que a comunidade se sinta

pessoalmente responsável por eles, fazendo com que cada membro da comunidade contribua à sua maneira para um ambiente com o qual se possa relacionar e identificar”.

A identidade urbana é construída, essencialmente, através da relação da população com a cidade, traduzindo-se no sentimento de pertença a esse lugar, que o torna singular, memorável e facilmente reconhecível (BRANDÃO, 2002). A capacidade de um lugar reunir e articular o valor prático – capacidade de ser apropriável – com o valor simbólico, determinam o seu sucesso, já que o afeiçoamento dos utilizadores e a boa adaptação do espaço ao seu uso levará a padrões de conservação assumidos pelos mesmos (BRANDÃO, 2008).

Por sua vez, como principal agente da configuração do domínio da sociabilização, o espaço público afigura-se como o palco principal da vida em sociedade e o espaço por excelência para o contacto com os outros. Interessa aqui referir que este papel assumido pelo espaço público assume especial protagonismo se pensarmos que mesmo as mais elementares formas de contacto e de atividade social são, para o ser humano, mais recompensadoras e atrativas que qualquer outra atividade oferecida no espaço público urbano (GEHL, 2011).

O sucesso do espaço público estará então naturalmente relacionado com a quantidade de atividades que nele ocorrem e de pessoas que o utilizam, bem como com a capacidade de serem apropriáveis, sendo que espaços que possam ser utilizados intensamente ao longo do dia estão menos suscetíveis ao abandono, desgaste e destruição. Para que estas condições sejam alcançadas deverá ser garantida diversidade programática e funcional, que garanta consequentemente a presença de diferentes utilizadores a diferentes horas do dia, já que as combinações de usos diversos são uma forma de organização altamente sustentável e produtiva.

Um outro parâmetro diretamente relacionado com as questões de qualidade do espaço público é a dimensão, devendo ser procurada uma dimensão equilibrada para o número de utilizadores. *“Espaços pequenos tendem a ser percebidos como acolhedores. Dimensões reduzidas possibilitam ver e ouvir outras pessoas (...) Pelo contrário grandes espaços são percebidos como frios e impessoais. Edifícios e pessoas são mantidos à distância.”* (GEHL, 2011, p,68)

Serão então as características tipológicas dos lugares, combinadas, por um lado com as múltiplas morfologias - características dimensionais, de escala ou dos elementos agentes da definição da sua forma - e por outro com os elementos de informação e significado – elementos formadores de um cenário visual identificador - que constituem a base da identidade urbana e

do sentimento de pertença a um lugar. BRANDÃO (2008) identifica 15 tipologias de espaço público organizando-as em 6 referências estruturais:

a. Espaços traçado	Encontro Circulação	1. Largos, praças 2. Ruas, avenidas
b. Espaços - "paisagem"	Lazer – natureza Contemplação	3. Jardins, parques 4. Miradouros, panoramas
c. Espaços – deslocação	Transporte Canal Estacionamento	5. Estações, paragens, interfaces 6. Vias Férrea, autoestradas 7. Parking, Silos
d. Espaços – memória	Saudade Arqueologia Memoriais	8. Cemitérios 9. Industrial, agrícola, serviços 10. Espaços Monumentais
e. Espaços comerciais	Semi Interiores Semi exteriores	11. Mercados, centros comerciais, arcadas 12. Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por Edifícios Por Equipamentos Por Sistemas	13. Adro, passagem, galeria, pátio 14. Culturais, desportivos, Religiosos, infantis 15. Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Tabela 1 | Tipologias do espaço público
(fonte: BRANDÃO, 2008)

No contexto do presente trabalho torna-se incontornável explorar mais aprofundadamente as tipologias correspondentes aos espaços comerciais, dado que um dos objetivos centrais é o de desenhar a implementação de um mercado que responda às necessidades da população do bairro do Casal Novo, funcionando como motor de desenvolvimento local e incluindo a comunidade num ciclo de produção, comercialização e consumo de bens.

Como tal, seguidamente, far-se-á um estudo mais incisivo sobre a tipologia do mercado, começando na sua génese e atravessando o seu percurso tipológico ao longo da história até chegar ao seu papel na cidade atual. Pretende-se, com este estudo apurar o conhecimento sobre as suas características e qualidades de tal forma que permita tomar opções mais assertivas e eficazes na fase projetual do presente trabalho final de mestrado.

- O MERCADO COMO PLATAFORMA DA SOCIABILIDADE

“From Medieval times well into the nineteenth century, the most important economic and social center of urban life and a dominant feature of the townscape was the public market” (SCHMIECHEN, 1999).

Ao longo do tempo os mercados tiveram um papel de grande influência na estruturação e dinamização das cidades. Desde cedo representaram o local onde eram feitas as trocas de bens, bem como o abastecimento das populações, mas eram também mais do que isso. O carácter social da atividade de troca existe no momento em que, para que a troca seja realizada, sejam trocadas palavras, ideias, experiências, fazendo do mercado um local de encontro e convívio.

As formas de compra e venda de bens foram sofrendo alterações e aquilo que atualmente designamos por mercado é o produto da evolução arquitetónica dos espaços comerciais em função das condicionantes físicas, económicas e sociais.

É objetivo deste subcapítulo fazer um breve reconhecimento da evolução do mercado ao longo da História, de forma a perceber o percurso que a tipologia traçou até aos modelos atuais, bem como a necessidade de transformação do espaço público associada.

Esta análise permitir-nos-á demonstrar a importância do mercado na vida de um bairro - a sua capacidade de impulsionar a atividade social e comercial na sua envolvente e a sua capacidade de funcionar como um instrumento eficaz na reabilitação urbana – transportando assim estes princípios e aplicando-os no caso em estudo.

- A GÊNESE DO MERCADO - A CIDADE ANCESTRAL

Em *A Cidade na História*, Lewis Mumford (1961) refere que o que concedeu ao mercado uma localização permanente na cidade foi o aumento da população em número capaz de proporcionar aos comerciantes uma vida confortável, em detrimento da condição nômada a que o ofício estava associado. Salienta também a grande importância que tiveram as vias aquáticas, uma vez que se traduziram no primeiro meio eficiente de transporte em massa. Este tornou possível a distribuição e equilíbrio dos excedentes bem como o acesso a especialidades não produzidas localmente, formalizando assim uma nova instituição urbana - o mercado enquanto local de fornecimento, armazenagem e distribuição.

A sua localização, segundo Comin Vargas (2000), refletia também o movimento dos indivíduos, fixando-se em locais equidistantes dos centros de produção, de forma a facilitar o encontro e a troca de excedentes. Mumford (1961), também sobre esta questão, refere que desde os sumerianos, na Mesopotâmia, o ideograma que representava o mercado era um Y, sugerindo que a ideia do mercado como ponto de junção das rotas de comércio já era reconhecida.

Do ponto de vista do mesmo autor, muito antes de uma “economia de mercado” tendo em vista um lucro monetário ou acumulação de capital, a gênese do mercado está sem dúvida relacionada com a necessidade de regulação das trocas locais, sendo que possivelmente por volta de 2000 a.C. as duas formas clássicas do mercado – a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas – já tinham encontrado a sua configuração urbana. Contudo, considera que estas tipologias possam ser precedidas pela forma mais antiga de um mercado inserido no recinto do templo.

Nas primeiras fases do desenvolvimento da cidade antiga, em que o templo era o centro da vida das populações e representava um dos mais importantes elementos da cidade, verifica-se que este não era uma área puramente religiosa mas que também reunia outras competências. Com efeito, era no templo que se encontrava o mercado, sendo este o espaço onde se vendia e comprava, mas também onde se manufaturava, armazenava e distribuía os bens, sendo que a atividade incorporava ainda a oferta de todo o tipo de bens, em rituais de tributação aos deuses.

Tipologicamente, este espaço aberto que fazia a vez de mercado, por fazer parte do recinto do templo, não tinha as características de tal equipamento, tendo apenas numa data mais recente encontrado para si um espaço na cidade (MUMFORD, 1961).

Posto isto, percebemos a razão de o mercado ser um dos elementos relacionados com a génese da cidade, uma vez que a sua fixação na estrutura da cidade está diretamente relacionada com as necessidades mais primitivas da vida urbana, sendo simultaneamente condicionada e condicionadora do desenho da cidade, da sua organização e dos tipos de vivência que configura.

- PERCURSO TIPOLÓGICO DO MERCADO AO LONGO DA HISTÓRIA

O processo que implica o ato de “fazer compras”, desde quando estavam dispostas em tapetes no espaço do templo, até à escolha feita hoje em dia através de um clique com um rato no monitor de um ecrã, passou por uma evolução longa e complexa que acompanhou as várias formas que o espaço comercial assumiu.

Retomamos o que referimos anteriormente como “as duas formas clássicas do mercado”. É possível distinguir os espaços de mercado em dois tipos: o espaço **circunscrito e delimitado**, normalmente corporizado por uma construção desenhada para receber o mercado e, em oposição, **o espaço aberto**, onde decorre de forma espontânea, mais ou menos permanente a atividade comercial. Neste caso a estrutura física que suporta a prática mercantil é a cidade, a rua, pelo que esta decorre de uma apropriação mais ou menos informal do espaço urbano. Através desta classificação podemos compreender o conceito de mercado associado a espaços formalmente muito distintos, tais como a rua comercial, a praça do mercado, o *bazaar* coberto ou os edifícios que nas suas múltiplas representações arquitetónicas, acolheram ao longo da História a função de mercado. Faremos assim uma breve leitura das tipologias que acompanharam o desenvolvimento das sociedades.

- ANTIGUIDADE CLÁSSICA

De acordo com MUMFORD (1961), o desenvolvimento da cidade grega sofreu muitos afastamentos ideológicos em relação ao modelo original de cidade. O recinto do templo – o ativo ponto de encontro dedicado à adoração dos deuses – deu assim lugar à ágora – o humilde espaço aberto onde os anciãos se reuniam, suficientemente grande para que toda a aldeia ali se juntasse e pudesse trocar os seus produtos excedentes.

Tanto na civilização grega como na civilização romana da Antiguidade Clássica, o local onde eram feitas as trocas comerciais estava diretamente relacionado com a praça onde se situava o poder político económico e social. Nos dois casos a atividade comercial era feita ao ar

livre, em barracas e tendas temporárias, num espaço ladeado por edifícios que albergavam tais funções de poder, conferindo assim a este espaço um papel central na sociedade.



Figura 4 | Stoa e praça do mercado grego da antiguidade clássica.
(fonte: VARGAS, 2001)

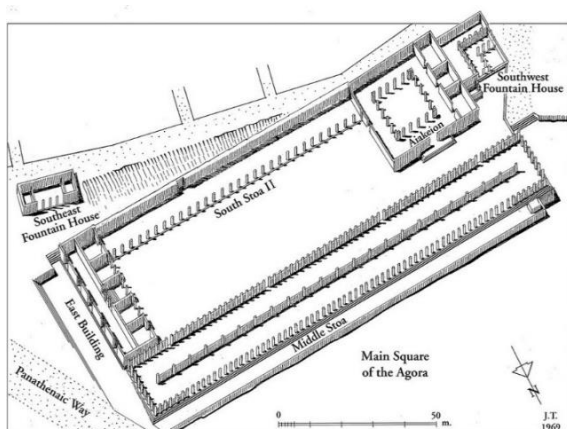


Figura 5 | Relação da Stoa com a praça da ágora.
(fonte: <http://agora.ascsa.net/id/agora/image/2008.20.0049>)



Figura 6 | Fórum de Trajano, Roma.
(fonte: MUMFORD, 1961)

espacial com o exterior. No caso do fórum, a prática comercial começa a ter contacto com as duas fachadas, estando as lojas voltadas tanto para a praça como para as ruas exteriores.

Na Grécia, a ágora, centro da pólis, inicialmente com uma forma amorfa e irregular, não sendo necessariamente fechada era geralmente ladeada por templos, pequenos santuários e estátuas (MUMFORD, 1961). Numa fase posterior, a partir do séc. V a.C., a ágora passou a obedecer a uma ordem no seu desenho, adquirindo uma forma regular, retangular, ladeada agora por grandes edifícios longitudinais em U, as *Stoas*. Estas eram galerias multifuncionais, assentes em colunas, e que funcionavam como um prolongamento, coberto, do espaço exterior, e que constituíam, não raras vezes, espaços destinadas ao comércio sendo que, em construções maiores, podiam até incorporar galerias de lojas (VARGAS, 2001). Ao centro, bancas e tendas temporárias marcavam os dias de feira (MUMFORD, 1961).

Em Roma, o fórum simbolizava a união de várias tribos estrangeiras das colinas próximas, representativo de um mercado comum. Com características semelhantes às da ágora grega, na medida em que associa diversas funções entre praça e edificado, distingue-se na sua implantação e articulação de funções. A sua organização axial ordena o edificado numa forma contínua, fechando totalmente a praça de mercado, exceto nos pontos de entrada, de modo a que o vazio é voltado para dentro, sem contacto

Contudo, devido ao crescimento da atividade e à necessidade de especialização do comércio, foi necessário transferi-la do fórum para edifícios adjacentes, que resultaram numa nova tipologia, o *macellum* romano, que deslocou a atividade comercial para um único edifício (Leal, 2011).



Figura 7 | Reconstituição do Fórum de Trajano, Roma.
(fonte: COLEMAN, 2006)

O *macellum* é um mercado alimentar idealmente de estrutura retangular ou quadrada com um pátio central descoberto, em que ao centro tanto pode apresentar algumas fontes, como uma estrutura tipo *tholos* (estrutura circular que surge geralmente em cima de um pódio, com uma abóbada suportada por colunas) onde eram geralmente feitas as pesagens oficiais dos alimentos. Dispostas ao redor da praça, e geralmente todas com a mesma dimensão, encontravam-se as lojas.

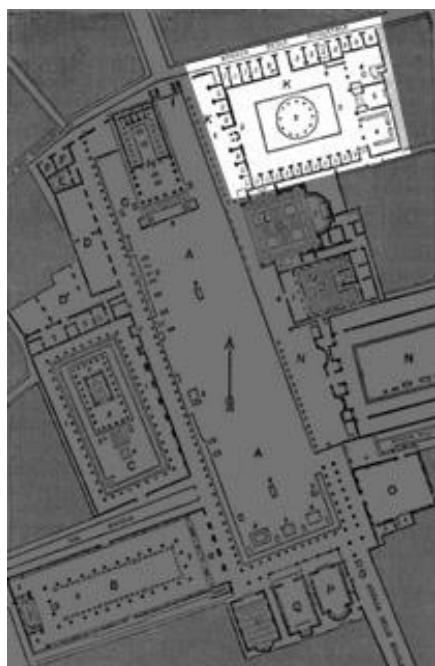


Figura 8 | Macellum no fórum de Pompeia.
(fonte: <http://www.mlahanas.de/Greeks/Texts/Vitruvius/images/033.jpg>)

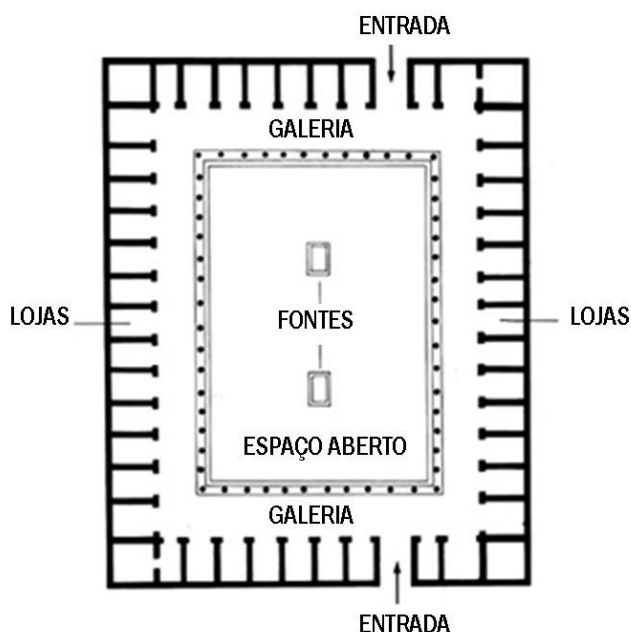


Figura 9 | Planta de um macellum ideal.
(fonte: <http://catedu.es/aragonromano/caugpuer.htm>)

- PERÍODO MEDIEVAL

Com o declínio do Império Romano no séc. V, a atividade artesanal e comercial perde o vigor. Assiste-se no séc. IX a um retrocesso do comércio internacional e marítimo no Mediterrâneo Europeu, tendo consequentemente a atividade comercial passado a uma

economia de subsistência praticada em pequenos mercados, *mercata* ou *mercatus*, centrada no comércio regional, numa interação entre o campo e a cidade (VARGAS, 2001).

Com o restabelecimento das rotas comerciais no Mar Mediterrâneo no séc. XI, foi alcançada uma maior estabilidade e prosperidade, assistindo-se a uma expansão das cidades. (COLEMAN, 2006). Configurada segundo as necessidades e interesses dos cristãos, na cidade medieval, o mercado decorria ao ar livre e encontrava-se geralmente adjacente à igreja, ora estendendo-se em frente da mesma, ora num alargamento de rua ou numa praça que abria para si próprio (MUMFORD, 1961).

Importa relembrar que estas instituições tinham valores diferentes dos que lhes são hoje em dia atribuídos. O mercado tinha um carácter mais ocasional, ao passo que a igreja prestava serviços constantes e regulares, sendo o local a que os habitantes mais frequentemente se deslocavam. Por esta mesma razão, também porque as necessidades das edificações próximas tinham primazia e determinavam a disposição do espaço aberto, a sua forma era irregular, aparentemente arbitrária, assumindo formas variadas – triangular, oval, dentada, curvada, entre outras (MUMFORD, 1961). Ainda assim, a praça do mercado reinvestiu as funções do antigo fórum ou ágora, no sentido em que para além do local das trocas representavam tantas outras vezes o local de reuniões ou cerimónias públicas. Ali tinham também lugar os violentos castigos dos criminosos.

Embora os mercados medievais diferissem funcional e arquitetonicamente do fórum romano ou da ágora, não podemos considerá-los como uma inovação, uma vez que estes espaços não assumiram uma forma radicalmente nova até ao séc. XVII (MUMFORD, 1961).

Com o surgimento de novas cidades, muitas delas beneficiadas por estuários de grandes rios e portos marítimos, estas tornam-se em locais favoráveis para o comércio e afirmaram-se como os centros da atividade económica, dando início a um novo período na economia urbana, que preenche a baixa Idade Média (séc. XI-XV). Com o desenvolvimento destes núcleos e o estabelecimento neles de uma nova classe social, a burguesia, constituída por artífices e comerciantes, iniciou-se uma nova fase na vida económica das cidades. Cidades no norte de Itália, tais como Milão, Veneza e Génova, e na Flandres, Bruges, Gante e Ypres, controladas pela burguesia, que à falta da força da monarquia para impor uma centralização política se assumia como o organismo dirigente da atividade política e económica. Gozando dos referidos privilégios, criaram normas e regulamentos de forma a controlarem as trocas e a administrar as cidades. Este facto vai refletir-se nos edifícios que os mercados passam a ocupar, uma vez

que o mercado passa agora a agregar novas funções administrativas à sua componente comercial (COLEMAN, 2006).

Os primeiros edifícios de mercado e câmara municipal (*town hall*) ao combinaram os dois usos, corporizaram-se num edifício de dois pisos, em que no primeiro piso se encontravam as instalações para a administração da cidade e do mercado, permanecendo o piso térreo aberto entre colunas, onde, em bancas removíveis, era feito o comércio dos produtos típicos medievais - gado, produtos agrícolas, ferramentas, marroquinaria e vestuário (COLEMAN, 2006), (SCHMIECHEN, 1999). Um dos primeiros exemplos destes edifícios, datado de 1215, é o Palazzo de Broletto, em Como, Itália (PEVSNER, 1980).

Com o tendencial crescimento das cidades, estes edifícios continuaram a sua adaptação, levando a que o piso térreo fosse fechado, fossem acrescentadas novas alas e construídos pátios, conferindo uma outra dimensão a este emergente edifício, o *halle comercial* (expressão francesa que designa mercado coberto). Nos casos em que o mercado permaneceu nestes edifícios, como é o exemplo do Ypres Town Hall na Bélgica que cumulava as funções de *townhall*, tribunal, prisão e capela, ou do Thord Town Hall na Polónia, onde as bancas formavam os usos principais do piso térreo, e faziam frente com a rua ou praça (PEVSNER, 1980). Esta organização, em que as lojas surgem seguidas umas às outras, com frente para o exterior, formam a base daquelas que viriam a ser as ruas repletas de lojas que marcaram a Europa em séculos posteriores (COLEMAN, 2006).



Figura 10 | Mercado medieval típico de dois andares.

(fonte: COLEMAN, 2006)

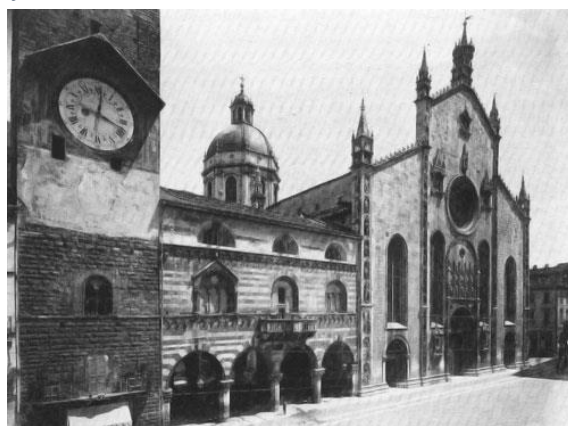


Figura 12 | Palazzo del Broletto, Como.

(fonte:

[http://webgis.como.polimi.it/GIScourse10/como_hist_ute_nteo6/html/Broletto\(2\).jpg](http://webgis.como.polimi.it/GIScourse10/como_hist_ute_nteo6/html/Broletto(2).jpg))



Figura 11 | Ypres Town Hall, Bélgica.

(fonte:

http://i.telegraph.co.uk/multimedia/archive/02394/Cloth_hall-Ypres-Be_2394125b.jpg)

Por outro lado, e ainda que construído anexo à câmara municipal, o mercado Ring em Breslau, constituído por quatro corpos lineares paralelos com lojas nas duas fachadas, destaca-se por ser um dos primeiros exemplos de um edifício construído para albergar especificamente as funções de mercado.

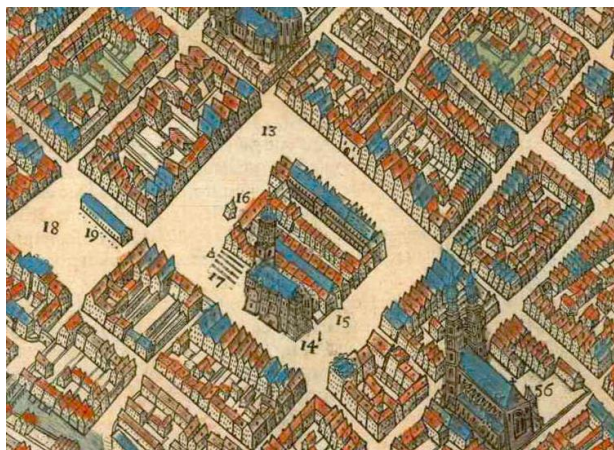


Figura 13 | Mapa antigo da cidade de Breslau - Mercado Ring.
(fonte:
https://www.sanderusmaps.com/content/images/kaarten/site_166442-9900.jpg)



Figura 14 | Mercado Ring atualmente.
(fonte:
http://de.academic.ru/pictures/dewiki/119/wroclaw_1.jpg)

- BAZAARS ORIENTAIS

Em paralelo com o desenvolvimento dos mercados medievais, prosperavam também os *bazaars* orientais. Porém, a localização geográfica das cidades do norte de África e do Médio Oriente condicionou as soluções arquitetónicas destes mercados, fazendo com que estes se traduzissem numa vasta gama de formatos expressa em diversos tipos de *bazaars*.

Enquanto os mercados medievais eram situados na praça do mercado ou depois, como vimos, inseridos em edifícios de usos partilhados, em que as bancas estavam cingidas ao piso térreo, por outro lado, os *bazaars* apresentavam uma variedade de formas em diferentes tipologias arquitetónicas que expressavam a singular representação da negociação.

Os mercados do século XII, na cidade de Fez, em Marrocos, ilustram dois tipos de *bazaars*: a “rua coberta” e o sistema em rede ou “*souk*”. O *bazaar* do tipo “rua coberta”, estava organizado sob a forma de uma rua central ladeada de lojas de vários tamanhos, protegidas da luz solar por uma estrutura de madeira coberta com tapetes, em que as lojas abriam para esta rua com uma banca onde eram feitas as negociações, e no período noturno eram fechadas com persianas de madeira. No segundo tipo de *bazaar*, os souks, seguem uma disposição em grelha, geralmente com uma maior concentração de lojas e podem decorrer ao ar livre no caso de não serem de carácter permanente (COLEMAN, 2006)

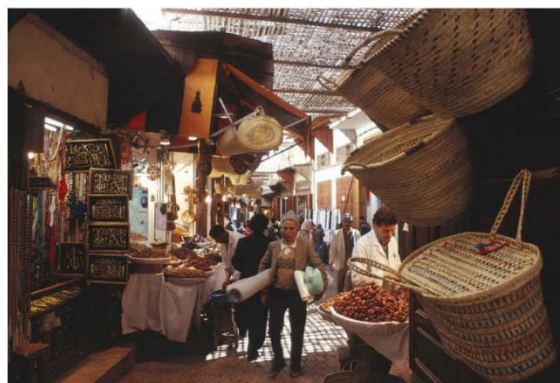


Figura 15 | Medina Bazaar, Marrocos.
(fonte: COLEMAN, 2006)

O Grande *Bazaar* de Istambul é provavelmente o maior e dos mais antigos *souks* do mundo. Com uma área de 200 000 m², e com as lojas agrupadas por tipos de mercadorias, formando quarteirões dedicados especificamente a um tipo de produto, obedece a uma planta em grelha, cujas ruas com lojas dos dois lados formam o padrão geral de distribuição das lojas.



Figura 16 | Grande Bazaar, Istambul.
(fonte: COLEMAN, 2006)

Nos *bazaars* orientais verificam-se evidentes desenvolvimentos da evolução tipológica dos espaços comerciais, que diferem daqueles observados nos mercados europeus e nos *halls* comerciais. Segundo COLEMAN (2006), os mais notáveis foram a variedade de formas que a disposição das lojas assumia; o uso de ruas cobertas; o aumento da escala a fim de formar quarteirões dedicados à prática; a formação de quarteirões de venda exclusiva de um determinado tipo de produto; a formação de um sistema de ruas interligadas e o uso confiante de formas arquitetónicas na construção de lugares.

Enquanto que no mercado em edifícios de usos mistos ou nos *townhalls* as lojas geralmente faziam frente para o exterior, nos *bazaars* orientais, as lojas e bancas, distribuem



Figura 17 | Planta do Grand Bazaar, Istambul, representativa do zoneamento por tipos de produtos vendidos.

(fonte: <http://www.whereist.com/wp-content/uploads/2010/11/gb2.jpg>)

para uma rua coberta ou um espaço interior. Este facto, vai ter impacto nos mercados de datas posteriores, uma vez que à medida que estes edifícios se vão especializando, e os mercados passam a assumir-se como edifícios independentes, as lojas passam, em alguns casos, a ser também dispostas introspectivamente.

- NORTE DA EUROPA E RENASCENÇA ITALIANA ATÉ AO SÉC XIX

Pela Europa, apesar do domínio quase exclusivo dos *town halls* e dos *halles* comerciais, a localização das lojas sofreu gradualmente uma mudança. Em Itália, por volta do século XVI e no norte da Europa pelo século XVII, o comércio começou a ocupar também os pisos térreos de outros edifícios. As ruas principais de Londres e Paris encheram-se com lojas e cafés, geralmente organizadas por tipo de comércio, facto que se refletiu na nomeação de algumas ruas – *Milk Street*, *Bread Street*, *Rue de la Lingerie* (COLEMAN, 2006).

Em oposição aos restantes países europeus, em Portugal os mercados ao ar livre permanecem até ao séc. XIX, surgindo o modelo internacional de *halle* muito mais tarde, como é o caso do Mercado da Ribeira Nova (1882) e o Mercado de Santa Clara (1876/1877), em Lisboa.



Figura 18 | Loggia do Mercado Novo, Florença. (fonte: fotografia tirada pela autora)

Mas se por um lado no norte da Europa os *market halls* (pavilhões de mercado) proliferavam, por outro lado, nas cidades italianas do renascimento mantinha-se a tradição medieval da praça do mercado. Segundo Comin Vargas (2001), podem ser identificadas duas tendências no desenho das praças de mercado no período da renascença italiana: as praças que incorporam a estrutura da cidade, assinalando uma simples sucessão

formal e funcional dos modelos medievais, como é o exemplo da *Loggia* do Mercado Novo em Florença (figura 18), e uma outra tendência que procurava modelos de praças de enfatizassem a forma e a estética deste espaço na cidade como é exemplo a *Piazza del Popolo* em Roma (figura 19). Os edifícios de mercado italianos procuram uma maior relação com o exterior, já que maioritariamente tendem a ver voltados para a rua ou para a praça, quer através de uma galeria aberta com frente para a mesma, ou alternativamente, através da sua corporização num espaço urbano coberto (COLEMAN, 2006).

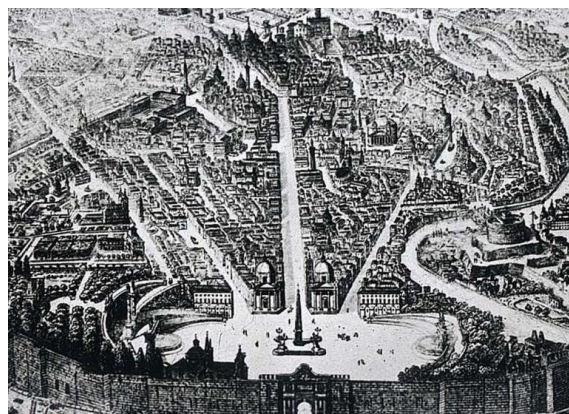


Figura 19 | *Piazza del Popolo*, Roma.

(fonte:

https://sayumicortesdalmaut.files.wordpress.com/2012/06/05_history-popolo.jpg)

O acentuado aumento demográfico que se fez sentir nas grandes metrópoles europeias no final do séc. XVIII, bem como o crescimento económico e a desordem social associados a este facto, trouxeram a necessidade de mais locais dedicados ao abastecimento da população. Eram urgentes alterações quer no desenvolvimento da atividade comercial quer na relação desta com o espaço físico do edifício e da cidade. Desenvolvendo-se a partir dos mercados medievais e dos edifícios de usos mistos do século XVI, emerge um novo tipo de edifício para dar continuidade a esta evolução tipológica dos espaços de mercado – o edifício do mercado dos séculos XVIII e XIX (COLEMAN, 2006).

- O MERCADO DO SÉC. XIX

A reforma do espaço comercial, numa tentativa de resposta às exigências contemporâneas, foi parte de uma revolução tanto da forma arquitetónica do mercado quanto do espaço público. Se o seu desenvolvimento está associado à sua capacidade em acolher um grande número de lojas e de controlar as novas exigências da prática comercial, o caos que se fazia sentir nos mercados e ruas comerciais ditou igualmente a urgência da mudança. O mercado foi então planeado como sendo parte fundamental da vida urbana quotidiana. Indo para além do comércio, o mercado ambicionava agora influenciar o comportamento humano e valores sociais.

Desta forma, foi abandonada a estrutura de mercado *town hall*, tendo sido revisitados conceitos espaciais tais como a ágora, o templo, a praça renascentista ou o *bazar* oriental.

Como resultado destas inspirações surgiram três tipos de mercado: o mercado circular, o mercado ágora e o mercado galeria (SCHMIECHEN, 1999).



Figura 20 | Market Hall, Bridgwater, 1826-30.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)



Figura 21 | Fish Market, Hastings, 1870.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)

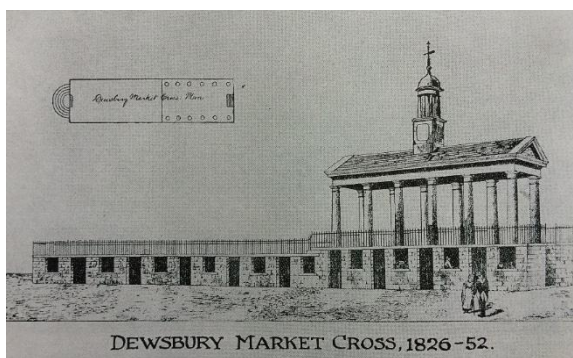


Figura 22 | Market Cross, Dewsbury, 1826.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)

O mercado circular foi o primeiro mercado fechado moderno e consistia, como o próprio nome indica, num mercado coberto com uma estrutura circular ou octogonal. Geralmente baixos e pequenos eram construídos de forma a caber no local onde anteriormente se encontrava o espaço de mercado aberto. A forma circular não era contudo expansível o suficiente para ser funcional, nem os edifícios grandes o suficiente para responder às necessidades da crescente população, pelo que, na maioria dos casos, não se mostraram adequados. (figuras 20 e 21).

O mercado ágora trouxe uma conotação histórica, ou mesmo mítica à cidade em mudança. Reproduzindo a ágora da antiguidade clássica, e utilizando elementos arquitetónicos como as galerias de colunas ou *loggia*, estes templos comerciais faziam do pátio central o mercado, e das *loggias* as bancas permanentes e as lojas. (figuras 22 e 23). Embora não tenha de facto desaparecido, à medida que o século avançava o sentido estético clássico aplicado ao comércio e ao mercado público foi-se diluindo.

O mercado galeria funcionava como uma rua ou galeria comercial coberta, o que permitiu que os clientes pudessem fazer as suas compras sem entraves quer de tráfego quer de condições climáticas, oferecendo muitas vezes também uma passagem pedestre entre ruas. A sua principal atração era precisamente o facto de proporcionar tanto um espaço para a prática da atividade comercial como uma ligação entre as vias movimentadas da cidade. Todavia, a longo prazo este modelo provou ser demasiado simples – a simples conversão de rua aberta para o mercado fechado – e tal como o modelo de mercado circular, não poderia ser expandido de forma a fornecer o espaço necessário para responder às necessidades da crescente população urbana. (figuras 24 e 25) (SCHMIECHEN, 1999).

“If buying and selling were to be conducted in a respectable, orderly fashion, then people needed to be educated in the appropriate virtues; it was believed that the proper spatial arrangement and visual language of the market environment would serve as instructors in such moral lessons” (SCHMIECHEN, 1999, p. 47).

Com efeito, o mercado tinha agora a capacidade de (1) educar a população nas novas regras de boas maneiras aceites publicamente; (2) promover hábitos de consumo mais prudentes e aceitáveis e (3) proteger tanto o comprador quanto o vendedor da cultura de rua violenta e caótica (SCHMIECHEN, 1999).

Se a arquitetura sempre teve o poder de transmitir mensagens em relação ao uso do espaço, esta sua competência traduzia-se agora na capacidade de identificar o ato de compra e venda como algo separado da vida e cultura de rua. Consequentemente, a rua passou a ter um

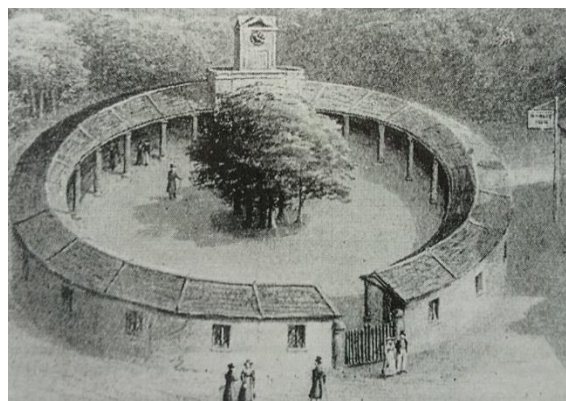


Figura 24 | Rotunda Market, Torquay, 1820.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)



Figura 23 | Bazaar Market, Cheltenham, 1823.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)



Figura 25 | Fruit and Flower Arcade, Exchange Market, Bristol, 1908.
(fonte: SCHMIECHEN, 1999)

carácter mais calmo e privado ao passo que a atividade pública do comércio e do consumo se tornaram mais focadas (SCHMIECHEN, 1999).

À medida que os mercados se iam tornando cada vez mais sofisticados, quer no seu desenho quer nos materiais utilizados, as várias experiências ocorridas permitiram identificar um conjunto de objetivos gerais no processo de planeamento do mercado: (1) a existência de uma entrada principal, visualmente impressionante, com a saída posicionada opostamente e várias entradas secundárias para incentivar padrões de compra regulares; (2) uma disposição geral eficiente; (3) facilidade de movimento no interior do mercado; (4) luz em abundância; (5) ventilação natural; (6) standardização e funcionalidade do espaço de venda e (7) um espaço arquitetónico atrativo.



Figura 27 | *Les Halles Centrales, Paris, 1853, fotografia de 1950*
(fonte: http://www.paris-unplugged.fr/wp-content/uploads/2012/03/halles_baltard_1.jpg)



Figura 26 | *Les Halles Centrales, Paris, 1853, ilustração de vista interior do mercado.*
(fonte: http://www.paris-unplugged.fr/wp-content/uploads/2012/03/halles_baltard_1.jpg)

Com a revolução industrial e o progresso da indústria siderúrgica, a segunda metade do séc. XIX ficou marcada pela emergente utilização do ferro muito para além das suas competências estruturais. A utilização do ferro à vista em pilares, vigas e treliças, permitiu a construção de edifícios inovadores, com espaços amplos e coberturas e fachadas em vidro que proporcionavam luz e ventilação natural, conferindo-lhes maior espacialidade, luminosidade, e uma relação com o exterior que o aproximava do comércio ao ar livre. Vários edifícios tais como estações de comboio ou centros de exposições são icónicos devido ao uso dos referidos materiais, contudo, a grande referência desta altura em espaços comerciais é o projeto de Victor Baltard para *Les Halles Centrales* em Paris, 1853 (figuras 26 e 27), ou ainda o *Covent Garden Market* em Londres, 1830 (figuras 28 e 29) e a *Galleria Vittorio Emanuele II* em Milão, 1867 (figuras 30 e 31).



Figura 28 | Covent Garden Market, Londres, 1830, ilustração de 1910.

(fonte: <https://londondiaryblog.files.wordpress.com/2013/11/covent-garden-market-c-1912.jpg>)



Figura 29 | Covent Garden Market, Londres, 1830, fotografia de 1925.

(fonte: <http://spitalfieldslife.com/2012/09/28/the-markets-of-old-london/b357/>)



Figura 30 | Galleria Vittorio Emanuele II, Milão, 1867

(fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/File:Brogi,_Giacomo_\(1822-1881\)_-_n._4608_-_Milano_-_Ottagono_della_Galleria_Vittorio_Emanuele_ca._1880.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Brogi,_Giacomo_(1822-1881)_-_n._4608_-_Milano_-_Ottagono_della_Galleria_Vittorio_Emanuele_ca._1880.jpg))



Figura 31 | Galleria Vittorio Emanuele II, Milão, 1867.

(fonte: COLEMAN, 2006)

- OUTRAS INFLUÊNCIAS – SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS E CENTROS COMERCIAIS

Na segunda metade do século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mercado público viu restaurada a sua vitalidade, ainda assim, era possível ver-se que se movia numa nova direção. Em nome da reabilitação urbana, foram abandonados e demolidos dezenas de mercados. Mais uma vez, a atividade comercial refletiu as transformações que se faziam sentir na cidade e as necessidades de abastecimento rápido da população (SCHMIECHEN, 1999).

Os progressos tecnológicos permitiram a conservação de produtos alimentares, o aumento da produção, a sua diversificação e controlo de qualidade, bem como o aumento da velocidade de transporte, o que tornou a forma do mercado ultrapassada pela sua inadequação aos novos parâmetros de qualidade oferecidos pelos novos equipamentos que emergiam – os supermercados e hipermercados (PINTAUDI, 2006).

“Shopping became less and less a social act and more a private and isolating activity driven primarily by economic considerations” (SCHMIECHEN, 1999, p. 208).

Concebidas como resposta aos novos tempos consumistas, as referidas tipologias apresentavam uma linguagem espacial homogénea, através da repetição de prateleiras, cores e publicidade, horários alargados e preços bastante competitivos em relação ao comércio tradicional. Desta forma, a atmosfera acolhedora do mercado público, caracterizada pela troca não só de bens como de conversas e conselhos, deu lugar ao impessoal e homogeneizado comércio de produção mecanizada.

A evolução dos espaços de comércio seguiu na criação de uma outra tipologia comercial, o centro comercial, que reunia uma grande diversidade de funções e serviços num único edifício. Em termos de inserção urbana, o congestionamento do tráfego e o espaço restrito dos centros das cidades fez com que estes edifícios se distanciassem dos centros urbanos para a periferia, não estabelecendo quaisquer relações com o exterior e ignorando o contexto em que se insere já que o principal investimento é feito nos espaços interiores.

Este processo está hoje em dia bastante enraizado, verificando-se a proliferação destes edifícios em detrimento do comércio tradicional, pelo que a concorrência que os mercados públicos enfrentam faz com que este perca o destaque na cidade e tenda cada vez mais a cair em desuso. Ainda assim, é um facto que o mercado sempre apresentou valor para a cidade, o que deve levar à reflexão sobre o papel que o mercado pode ocupar atualmente na sociedade e de que forma pode ser explorado pela arquitetura no desenvolvimento de novos modelos.

- O MERCADO COMO AGENTE SOCIAL E ECONÓMICO

No percurso traçado pelo mercado ao longo da história, apercebemo-nos que há relações humanas e sociais que se vinculam com o intercâmbio de bens. Mas, como vimos, para além do carácter social da atividade, o comércio visa responder às necessidades de abastecimento das populações, pelo que não podemos distanciar-nos do carácter económico implícito ao mercado.

Todavia, Segundo Comin Vargas (2005), há três fatores determinantes que justificam a demora da aceitação da atividade comercial enquanto atividade económica com importante significado para o desenvolvimento social: (1) pouca visibilidade da atividade como atividade social; (2) incorporação, no comércio, do preconceito como atividade indigna e (3) a negação da atividade como sendo economicamente produtiva.

Contudo, estas ideias podem ser explicadas pelas ideias que se formaram, em diversos momentos da história, e pelo significado que a atividade terciária foi adquirindo.

Novos tempos, novos temas, novas tecnologias e novas necessidades, justificam o despertar de novas sensibilidades. Se o espaço físico do mercado já não é o que foi em tempos, não faz sentido que continuemos a olhar para ele com os mesmos olhos. É necessário observar as funções que os mercados acarretam hoje em dia, perceber as suas potencialidades, de forma a intervir, de forma a tirar o máximo partido deste equipamento.

J. C. Ripol (2010) identifica as funções de carácter social e económico que os mercados desempenham atualmente. Além da venda diversificada de produtos ou do seu carácter enquanto centro de atividades inovadoras, o autor considera que ao mercado cabem as funções de:

- (1) abastecimento - a sua função de abastecimento de bens de primeira necessidade é essencial, e embora hoje em dia a concorrência seja significativa, o mercado continua a ser uma referência no comércio de bens perecíveis e continua a ser uma infraestrutura que contribui para evitar a rutura dos aprovisionamentos das populações locais;
- (2) fomento de economias de escala - os mercados permitem a concentração da oferta promovendo a economia de escala, o que facilita o ato de compra ao consumidor já que a localização conjunta dos estabelecimentos que oferecem ao comprador produtos perecíveis é complementada com a oferta de outro tipo de produtos.

Podem existir também, dentro do núcleo de influência destes equipamentos, outras formas de comércio ou serviços, situações que levam ao benefício mútuo devido à atração de consumidores gerada por cada um dos modelos de comercialização;

- (3) regulador local de preços e da concorrência - serve como um regulador de preços local e da concorrência, pois precisamente por ser composto por vários postos de venda, próximos uns dos outros, amplia a concorrência, facto que se repercute nos preços, que são nivelados por baixo. Para além disso, sob gestão comum do espaço em que as despesas são partilhadas, este facto é potenciado, já que os comerciantes são capazes de oferecer produtos a um preço competitivo, o que lhes seria mais difícil se tivessem que suportar todas as despesas individualmente;
- (4) gerador de efeitos positivos nos espaços exteriores adjacentes - outra dimensão do bom funcionamento dos mercados é o facto de gerar efeitos externos positivos nas áreas circundantes. Neste contexto potencia-se a terciarização da zona envolvente, ao atrair estabelecimentos de restauração, serviços, outros equipamentos comerciais ou escritórios. Além disso, dado o seu valor comercial ou potencial enquanto património, os mercados são um elemento-chave para a revitalização dos centros ou dos bairros onde se situam;
- (5) prestação de serviços - a produção de serviços, tais como armazenamento, preparação de produtos, disponibilidade de tempo e lugar, informação ao consumidor, é também referida pelo autor como tendo um papel fundamental, já que participa no desenvolvimento de uma economia baseada no sector terciário;
- (6) imagem social - a imagem social dos mercados difere portanto da visão comercial que sobre estes se tem. O comércio em mercados espelha uma imagem de boa qualidade dos produtos, de boa relação qualidade/preço, de atendimento personalizado, bem como de um símbolo quase nostálgico da cidade e da tradição apoiada pelo ambiente arquitetónico que o enquadra.

Por fim, há que salientar a necessidade de prever modificações nos mercados adaptando-se ao novo tipo de compradores. Se a imagem e função do mercado enfrentam atualmente dificuldades a sua não resolução e tentativa de adaptação a um mundo em mudança poderão resultar na sua extinção.

- O PAPEL DO MERCADO NA CIDADE ACTUAL

“Unlike the twentieth-century shopping mall, the public market hall was planned as a feature of everyday urban life which went beyond commerce into the realm of human behavior and social values” (SCHMIECHEN, 1999, p. 47).

Ao longo do percurso histórico traçado pelos mercados, constatámos que a sua relação com a cidade é uma relação de origem, uma relação umbilical (VARGAS, 2000). O seu valor a nível urbano é inegável e ainda hoje o mercado desempenha um papel central na estrutura da sociedade, capaz de promover o comércio tradicional, o desenvolvimento económico e de estimular a interação social.

Mas no mundo em que vivemos, a “mudança” é a palavra de ordem. As mudanças ocorrem no clima, na tecnologia, na sociedade e sobretudo nas próprias pessoas e à medida que vamos tendo mais capacidade de escolha, as nossas necessidades vão ditando as regras para todas as indústrias, elevando as expectativas dos consumidores a patamares nunca antes alcançados. A era digital despertou o consumidor para níveis de serviço mais elevados, criando uma feroz concorrência pelo desejo e atenção do consumidor.

A problemática associada ao espaço do mercado surge na sequência da sua desvalorização, na cidade e sociedade atuais, em detrimento do novo estilo de vida da sociedade contemporânea e do surgimento de novas tipologias comerciais que, desde a década de 80 têm tomado lugar, como sejam os supermercados, hipermercados e centros comerciais. Do ponto de vista económico, o mercado tornou-se desinteressante já que cada vez mais é dada prioridade à reprodução do capital e à produção em massa, apelando a hábitos de consumo.

Como explicar então a **permanência de um mercado público, com a sua função original**, já que outras tipologias comerciais de venda de produtos alimentares foram criadas e se mostram competitivas, e eventualmente suficientes, para o abastecimento das cidades?

Segundo Pintaudi (2006), a **permanência desta tipologia é através da sua metamorfose**, justificando que *“Para existir na duração do tempo, um espaço tem que ter capacidade de resistir. Nos tempos atuais, isso significa metamorfose constante”*.

Para a autora, os mercados públicos procuram gerar uma imagem de tradição. Num local que poderia ser considerado desprovido do conforto moderno oferecido por outras tipologias de comércio, o ato de comprar e vender os produtos da terra faz com que as pessoas se sintam mais próximas a esta e procurem uma identificação com o lugar. Paralelamente,

numa sociedade reinada dominada pelo consumo, essa tradição é adaptada e explorada, atribuindo-lhe agora uma conotação cultural – ir ao mercado já não é um costume ditado pela necessidade de abastecimento, tal como acontecia anteriormente, mas sim um estilo de vida.

Torna-se importante refletir sobre o papel do mercado na cidade atual, de que forma a que estes espaços não se tornem parte da história mas sim parte integrante da vida e do comércio atuais, adaptados ao novo tipo de consumidor, reinterpretando a sua função no contexto urbano.

Sendo o mercado público um equipamento público tem, portanto, como objetivo atrair o maior número de utilizadores, cumprindo assim a sua missão de servir a comunidade. Logo, e repercutindo o que aconteceu na génese do mercado, é necessário que opere como uma centralidade de proximidade, estrategicamente localizado junto a fluxos, proporcionando facilidade no acesso bem como de forma a despertar a curiosidade do transeunte e o convidar à visita. A opinião pública é sem dúvida um dos fatores decisivos quanto ao sucesso deste tipo de equipamentos, pelo que conforto, segurança, conveniência - especialmente no acesso de transportes públicos e privados e na existência e facilidade de estacionamento - e horários alargados e flexíveis, são aspetos que devem ser considerados no reconhecimento na necessidade de reinterpretação destes espaços.

Considerando a metamorfose do espaço do mercado, importa também falar de diversificação. A escassez de tempo, característica da sociedade atual, faz com que quando as pessoas empregam o seu escasso tempo numa ida às compras, esperem eficácia, encontrando uma grande variedade de oferta, maximizando a deslocação e tornando-a cada vez mais uma experiência interessante e estimulante. A diversificação da oferta comercial, bem como a sua combinação com outras experiências e atividades culturais/ lúdicas ou de animação contribuem para a transformação destes espaços.

Os mercados existentes podem ser reabilitados e os novos repensados, diversificando as funções que podem ter lugar nestes espaços. O enfraquecimento da atividade face à grande concorrência não deve ser sinónimo de que as grandes superfícies comerciais são o rumo a seguir e que o mercado necessita de acompanhar o processo e evoluir nesse sentido. Pelo contrário, há aspetos que falham nestas superfícies, aos quais o mercado é capaz de dar resposta, pelo que o futuro da tipologia não deve ser negligenciado.

Seguindo esta lógica, destacam-se alguns projetos, em contexto nacional e internacional, que têm como objetivo comum reabilitar e dar uma nova imagem aos mercados,

adequando-se ao novo contexto, impulsionando a interação social e promovendo a sua utilização.

Na cidade de Barcelona, o programa IMMB (Instituto Municipal de Mercados de Barcelona) que tem como objetivos melhorar as infraestruturas e serviços, atualizar a oferta comercial e incorporar políticas de promoção comercial, promoveu a reabilitação da sua rede de mercados, tendo sido realizadas intervenções em alguns edifícios, tais como no Mercado de la Concepción, Mercado de la Boqueria, Mercado de Santa Caterina e Mercado de Barceloneta.



Figura 32 | Mercado de la Concepción, 2000.
(fonte: http://www.medemporion.eu/app/webroot/files/contents/image/concepcio_1.jpg)



Figura 33 | Mercado de la Boqueria, 2002.
(fonte: http://s3.amazonaws.com/tripipy-media/4e95e936fd4f8c78ad8bdbb5_pm8.jpg)



Figura 35 | Mercado de Santa Caterina, 2005.
(fonte: http://www.mimoo.eu/images/699_1.jpg)



Figura 34 | Mercado de Barceloneta, 2007.
(fonte: <http://www.archdaily.com/140622/barceloneta-market-mias-arquitectes/501491dd28ba0d395000062a-barceloneta-market-mias-arquitectes-photo>)

Em Portugal, mais concretamente em Lisboa, o Mercado da Ribeira e o Mercado de Campo de Ourique, promoveram uma revitalização tanto do mercado em si como dos bairros em que se inserem, renovando a sua imagem e oferta, aliando a gastronomia às tradicionais bancas de legumes, fruta ou peixe.



Figura 36 | Mercado da Ribeira

(fonte:

http://cdn2.asthebirdfliesblog.com/content/images/posts/food%20court%20at%20mercado%20da%20ribeira%20in%20lisbon_x960.jpg)



Figura 37 | Mercado de Campo de Ourique

(fonte: <http://shoppingspirit.pt/wp-content/uploads/mercado-de-campo-de-ourique.jpg>)

O sucesso destas intervenções depende de uma atuação integrada e multidirecionada, que considere a modernização e otimização destes espaços, não ignorando a preexistência e o cariz multifuncional que o comércio apresenta hoje em dia. Assim, há que projetar edifícios competitivos, com atividades e serviços que promovam a coesão social, e que combinem produtos frescos, oferta especializada e tratamento personalizado.

- AGRICULTURA URBANA

As últimas quatro décadas do século XX foram tempos de profundas transformações políticas, económicas e sociais na sociedade portuguesa, alterações essas que tiveram efeitos tremendos na população, não tanto no aspeto quantitativo mas essencialmente nos aspetos da distribuição e de estrutura. A falta de reconhecimento, pela generalidade da Administração Pública, das dinâmicas de transformação instaladas e emergentes na região de Lisboa, não permitiu fazer a adequação das políticas e do planeamento da região à realidade territorial da futura área metropolitana (TENEDÓRIO, 2003).

Como já anteriormente abordado no Capítulo I, uma das consequências deste facto traduziu-se na proliferação das áreas urbanas de génese ilegal, que cresceram com base numa construção dispersa e falta de planeamento.

Este cenário permitiu o aparecimento de vazios urbanos, tanto de espaços intersticiais como de terrenos expectantes, acabando por se verificar a utilização dos mesmos como espaços de cultivo, dando assim origem ao conceito de hortas urbanas.

Estas hortas aparecem, nas zonas urbanas, de uma forma desorganizada, ocupando espontaneamente parcelas de terreno expectante, não significando necessariamente falta de recursos dos seus proprietários, pois muitas vezes são entendidas como motivo de orgulho para quem tem o prazer de cultivar a terra. Além de poderem ser a base da despesa alimentar as pessoas sentem-se gratificadas por estarem em contato com a natureza e ao mesmo tempo procurarem ter uma alimentação mais saudável.



Figura 38 | Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.
(fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 39 | Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odivelas.
(fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 40 | Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odívelas.
(fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 41 | Aproveitamento de terreno expectante para agricultura urbana, Bairro Casal Novo, Odívelas.
(fonte: fotografia tirada pela autora)

“Urban agriculture is here to stay. Accepting that, the question then becomes how to manage it.” (MOUGEOT, 2006). Segundo o autor, tentar travar a atividade agrícola urbana “não autorizada” tem pouco efeito, para além de tornar a vida da população urbana pobre ainda mais precária. Tem-se verificado que a Agricultura Urbana tem o potencial para contribuir para a melhoria da vida da cidade – diminuir carências alimentares, melhorar a nutrição, proporcionar emprego e rendimento, e até mesmo ajudar a limpar o meio ambiente urbano. Por isso, não é de admirar que muitos governos tenham optado por desenvolver políticas que integrem a Agricultura Urbana no meio urbano.

Este tema tem vindo assim a fazer parte integrante dos temas atuais da sociedade, interrelacionando de uma forma positiva áreas como a arquitetura, ciências sociais e humanas ou urbanismo, de modo a desenvolverem estratégias conjuntas, que promovam a sustentabilidade urbana. Pretende-se assim, que através destes temas e da sua interseção, surja uma forma de dinamizar as cidades e responder aos interesses dos cidadãos, ao invés de menosprezar a existência destas hortas e locais abandonados.

- A SUSTENTABILIDADE NA ESTRUTURA URBANA

Face à incapacidade do atual modelo de “desenvolvimento” de responder aos problemas territoriais de uma forma sustentável, é fulcral aferir um modelo alternativo que apresente ideias de consciência global e que permita a construção de lugares mais sustentáveis.

A definição apresentada no relatório Brundtland, pela World Commission on Environment and Development (WCED), em 1987, define que o desenvolvimento sustentável

é um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável resulta de um longo processo de reflexão, em que se procurou compatibilizar o crescimento económico com a vertente ambiental, contudo, em 2005, a cimeira da Terra sobre Desenvolvimento Social identificou os três objetivos do desenvolvimento sustentável, ou os pilares da sustentabilidade:

- **desenvolvimento económico**
- **desenvolvimento social**
- **desenvolvimento ambiental**

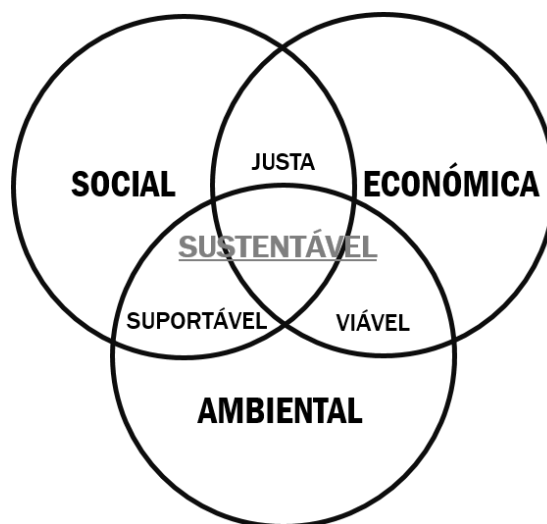


Figura 42 | Diagrama referente à inter-relação entre os três sistemas que constituem o desenvolvimento sustentável.
(fonte: adaptado de <http://www.thwink.org/sustain/glossary/ThreePillarsOfSustainability.htm>)

Em função da interseção dos três pilares da sustentabilidade, obtemos diferentes sociedades: através da interseção da componente social com a componente económica obtemos uma sociedade mais justa; da económica com a ambiental, uma mais viável e da ambiental com a social, uma mais suportável. O verdadeiro desenvolvimento sustentável apenas é viável através da interseção das três condições: social, económica e ambiental.

Neste contexto, importa então pensar numa estrutura capaz de fazer trabalhar em conjunto o ambiente, as pessoas e a economia, pelo que a criação de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável deve partir da implementação da componente ambiental na vida urbana, e consequentemente vida das pessoas, procurando soluções que compatibilizem e beneficiem desta relação.

Desta forma, faz sentido que espaços que promovam a agricultura urbana, tais como hortas urbanas, espaços verdes de produção e recreio, sejam integrados no modelo de desenvolvimento da cidade, no sentido de preservar e contribuir para a criação de modelos de desenvolvimento sustentáveis.

- A AGRICULTURA URBANA NOS DIAS DE HOJE

Cidades tais como Amsterdão, Londres, Estocolmo, Berlim, São Petersburgo, Nova Iorque, Filadélfia, Cleveland, Montreal, Toronto e Vancouver, já integram a Agricultura Urbana (A.U.) como forma de responder a temas como a reciclagem, conservação do meio ambiente, terapia e recreação, educação e fornecimento de alimentos, desenvolvimento comunitário, arquitetura sustentável e gestão do espaço urbano. Cada vez mais, a Agricultura Urbana permite às cidades reduzir a sua pegada ecológica, funcionando como uma porta de entrada para um mundo mais sustentável (MEUGEOT, 2006).

Podem ser identificados vários tipos de A.U., desde as hortas urbanas, aos jardins comestíveis, agroflorestas, até ao cultivo em vasos e outros recipientes em varandas e terraços, sendo as hortas urbanas a mais significativa e aquela que, no contexto do presente trabalho, interessa aprofundar.

Como apresenta MOUGEOT (1999) Agricultura Urbana é definida como *“a atividade que se desenvolve dentro (intraurbano) ou na proximidade (periurbano) de uma cidade, centro urbano ou metrópole, a qual produz e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, utilizando recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados na própria cidade ou nos seus arredores”*.

Sendo assim, a principal diferença entre a Agricultura Urbana e a Agricultura Rural não é o facto de a primeira ter uma localização urbana, mas sim o facto de estar integrada dentro de um ecossistema urbano e por isso interagir com o seu sistema ecológico e económico (RICHTER et al., 1995). Tal relação com a infraestrutura urbana, inclui que: (1) os residentes urbanos sejam eles próprios os utilizadores; (2) o uso de desperdícios, tais como lixo orgânico para compostagem e águas cinzentas para rega; (3) uma relação direta com o consumidor urbano; (4) impactos diretos na ecologia urbana; (5) a competição pela parcela de terra ao lado de outras funções urbanas; (6) a influência das políticas e planos urbanos (ZEEUW, 2004).

Apesar de tudo, o rótulo associado à A.U. é ainda algo controverso tanto pela associação à falta de planeamento e ao crescimento descontrolado, como pela associação da palavra (agricultura) a um modo de vida mais rural, fazendo com que a A.U. seja ainda uma atividade vista, por alguns, como retrógrada. O facto é que a A.U. deve ser encarada como uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento urbano sustentável. Criando oportunidades para os planeadores e tecnocratas conhecerem mais sobre a Agricultura Urbana, o CFP (Cities Feeding People program) tem vindo a promover a inserção da A.U. dentro do processo de planeamento

das cidades. Estas ações e formações têm vindo a despertar e a potenciar os fatores positivos da A.U, em detrimento dos fatores negativos (MOUGEOT, 2006).

Outro fator que faz depender a definição de Agricultura Urbana, tal como refere ZEEUW (2004), é o perfil dos utilizadores envolvidos no processo e as suas motivações. O autor afere que parte dos utilizadores das hortas urbanas são de um estrato da população com menores rendimentos (como pensionistas ou desempregados), que dependem da produção de alimentos frescos a baixo custo, mas muitas pessoas com rendimentos médios recorrem também a esta atividade como uma atividade secundária, cujo envolvimento com a agricultura surge por razões de lazer, recreio e convívio social, podendo ainda ser encontradas pessoas de classes mais elevadas que pretendem retirar desta atividade um rendimento sem necessidade de capital de investimento elevado.

- BENEFÍCIOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E AMBIENTAIS

A agricultura urbana funciona como um catalisador social, fomentando a regeneração do tecido social das cidades, com a criação de soluções que fortalecem a economia, a coesão social, as relações culturais e a sustentabilidade.

O conjunto de setores que a agricultura urbana interseta é tão diversificado que os municípios deverão questionar:

“o que é que a agricultura urbana pode fazer pela minha cidade? E não, o que é que a minha cidade pode fazer pela agricultura urbana?” (MOUGEOT, 2006, p. 62).

De entre as **contribuições ambientais** da A.U. podem ser destacadas: (1) a reciclagem de lixo orgânico para compostos de fertilização dos solos, e de recipientes, principalmente plásticos, para a produção de mudas e cultivo de algumas espécies; (2) o valor estético de espaços verdes; (3) a formação de microclimas; (4) a prevenção de doenças através de uma alimentação diversificada e (5) a capacidade curativa das plantas medicinais (Dias, 2000 in Machado, 2002). Podemos ainda considerar a utilização racional de espaços, uma vez que ao ser-lhes dado um uso, evita-se que neles se vá acumulando lixo, entulho ou o crescimento descontrolado de plantas daninhas, que poderiam ser um epicentro de insetos e pequenos animais indesejados.

Como visto anteriormente, a produção de alimentos através da A.U. é, em muitos casos, uma resposta dos estratos mais pobres da população ao inadequado ou irregular acesso a

alimentos e à sua falta de poder de compra, fazendo desta motivação, um dos principais benefícios da atividade. Aliada a esta questão, e considerado por ZEEUW (2004) como outro dos mais importantes benefícios da A.U. é o aumento da segurança alimentar, especialmente para os referidos estratos populacionais - a A.U. pode ser benéfico tanto no consumo de alimentos (melhor acesso a uma fonte barata de nutrientes) como na qualidade da comida (famílias com menos recursos financeiros envolvidos no processo da A.U. comem mais vegetais frescos do que outras famílias no mesmo patamar de recursos) – uma vez que favorece o controlo de todas as fases de produção, eliminando o risco de se consumir ou manter o contacto com plantas que possuam resíduos de pesticidas.

Outro importante sector da A.U. é o **desenvolvimento económico**, contudo, é ainda, muitas vezes, um sector bastante informal devido à falta de reconhecimento e apoios. A par de uma estratégia de aumento de capital, a produção em agricultura urbana estimula atividades económicas relacionadas com o desenvolvimento de empresas de fornecimento, agro processamento (segundo a FAO,1997, agro processamento refere-se ao fabrico de produtos a partir de matérias primas e produtos intermédios derivados do sector agrícola) e de venda e troca de produtos – numa lógica de venda a conhecidos, em lojas locais ou em mercados. Os municípios e associações locais podem desempenhar um papel crucial no estímulo do desenvolvimento de microempresas relacionadas com a Agricultura Urbana (ZEEUW, 2004).

Para além disso, a oferta de espaços e serviços recreativos e de formação, tais como hortas pedagógicas, agro turismo e centros de investigação, têm a capacidade de atrair e encorajar a população interessada no processo de cultivo, funcionando como polo de atração tanto à comunidade local como aos seus visitantes.

Enquanto **elemento promotor da socialização**, a A.U. tem desempenhado um papel de extrema importância. A inclusão e coesão social são feitas através da possibilidade de participação de pessoas com diferentes *backgrounds* interagindo entre elas e alargando as suas redes de conhecimentos.

Benefícios pessoais tais como uma maior autoestima, uma maior capacidade de auto gestão e uma maior relação e interação com outros intervenientes têm sido resultados de projetos de agricultura urbana. Estes têm a capacidade de alterar o ambiente de uma comunidade – os seus utilizadores sentem-se enriquecidos pela possibilidade de trabalhar em conjunto, construindo relações e um maior sentido de comunidade (ZEEUW, 2004). Além disso, pelo redirecionamento dos objetivos da comunidade, com ações participativas em todos

os processos de desenvolvimento do produto, é possível oferecer opções de vida saudável para jovens e crianças, além de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas ou desempregadas (MACHADO, 2002).

Na sua vertente de atividade ocupacional a A.U. proporciona a ocupação dos tempos livres, evitando o ócio, contribuindo ainda para a educação social e ambiental e para a diminuição da marginalização dessas pessoas na sociedade.



Figura 43 | Esquema ilustrativo da complexidade do sistema alimentar urbano.
(fonte: Bohn&Viljoen Architects, 2002)

Todavia, a agricultura urbana implica ainda mais do que isto. Pela complexidade da sua natureza, ilustrada pela figura 43, o impacto causado na urbe é enorme. A quantidade de estruturas que a A.U. toca faz com que seja preciso um enorme esforço conjunto para que funcione em equilíbrio e para que se encaixe na vida da cidade. À medida que o tema vai ganhando cada vez mais destaque no panorama internacional, e que apoios oficiais ao

estabelecimento da A.U., têm surgido em várias partes do mundo, as cidades procuram cada vez mais orientação e provas do impacto da agricultura urbana (MACHADO 2002).

Importa reforçar a ideia de que se não houver uma estrutura de apoio à produção de produtos agrícolas, será difícil fazer com que o investimento, quer de esforço quer financeiro, dedicado à prática seja recompensado. Com especial interesse para este trabalho, reforça-se aqui a ideia de que a existência de um mercado é uma necessidade que pode ditar o sucesso ou insucesso da implantação de programas de A.U. Se os agricultores urbanos se depararem com uma maior quantidade de produção do que aquela que conseguem consumir, apesar do valor social que possa ter a doação dessa sobra, para o agricultor representa um prejuízo (NUGENT, 2001). O risco que representa a incerteza da possibilidade de venda dos produtos pode ser um fator dissuasivo ou que faça com que o agricultor urbano perca o interesse e acabe por desistir da atividade.

- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O espaço público sempre foi o principal património comum de uma sociedade, afigurando-se por um lado como fundador da forma urbana, permitindo aos seus utilizadores orientarem-se e reconhecerem-se na cidade e, por outro, como palco primordial da vida sociocomunitária da cidade, onde se torna possível o diálogo entre moradores.

Apesar do nível de publicidade ser reduzido, os equipamentos de utilização coletiva, como é o caso do mercado, são uma expansão importante do domínio público, e fundamentais na estruturação dos tecidos e redes urbanas, e na satisfação das necessidades das populações.

Na abordagem à temática do mercado, enquanto equipamento de utilização coletiva, foi feita uma reflexão em relação à sua importância ao longo do tempo, num percurso histórico que procurou enquadrar as características de cada modelo no âmbito espacial e sociocultural em que emergem. Procurou-se o entendimento da tipologia e das suas características bem como da sua evolução.

Ficou claro que as soluções para esta tipologia variaram bastante em função do tempo e do espaço e que estas condicionantes tiveram impacto direto na estrutura do mercado, bem como no tipo de vivências nele experienciadas. Até à Idade Média o mercado estava intimamente ligado com o espaço público, desenvolvendo-se maioritariamente ao ar livre, e mais tarde cresceu em número e dimensão capazes de justificar os primeiros edifícios

dedicados à atividade, continuando o processo de desenvolvimento até à implementação de novos modelos capazes de satisfazer as crescentes necessidades de abastecimento da população, apostando em soluções mais atrativas que apelavam ao consumo e conforto dos clientes.

Contudo, face ao estilo de vida da sociedade contemporânea e ao surgimento de novas tipologias comerciais, tais como os supermercados, verifica-se agora uma desadequação e desvalorização quer da estrutura física do mercado, quer do próprio “evento” do mercado, pelo que importa refletir sobre o papel que o mercado pode ocupar atualmente na sociedade e de que forma pode ser explorado pela arquitetura no desenvolvimento de novos modelos.

A abordagem à tipologia do Mercado termina com o reconhecimento de que, tendo sempre representado um lugar de encontro e interação, é importante repensar o conceito de mercado, adaptando a tipologia de forma a preservar parte da cultura que sobre si encerra mas também reinventá-lo para que seja capaz de promover a socialização.

Prendendo-se este capítulo com a procura de equilíbrio entre a cidade, as pessoas e o ambiente, foi numa última fase dada importância ao tema da Agricultura Urbana enquanto promotora da sustentabilidade urbana.

Com uma importância acrescida para estes territórios, que, como visto anteriormente, se vêm completamente destituídos de planeamento, e consecutivamente de uma estrutura verde, deverá procurar-se assegurar a ligação entre o urbano e o natural, o que poderá assumir diversas formas e funções, que vão desde os espaços de lazer e de estar aos espaços de produção de alimentos.

No sentido de compreender o contributo da Agricultura Urbana para a requalificação destes territórios, mas também como prática promotora de qualidade de vida, foram aferidos os seus benefícios, destacando-se: (1) a nível social, a inclusão e coesão social, a ocupação de idosos e desempregados, o aumento da autoestima dos seus praticantes, a interação com outros intervenientes, bem como a melhoria no ambiente de uma comunidade; (2) a nível ambiental destacam-se contributos tais como a reciclagem de lixo orgânico, o valor estético dos espaços verdes, a formação de microclimas, a prevenção de doenças, a utilização racional dos espaços, a produção de alimentos e a segurança alimentar; e por último, (3) de entre os benefícios de ordem económica, verifica-se que a agricultura urbana estimula atividades económicas relacionadas com a atividade, o desenvolvimento de empresas de fornecimento, a

venda e troca de produtos, assim como serve de polo de atração tanto à comunidade local como para os seus visitantes.

O fenómeno das hortas em contexto urbano, merece ser promovido e enquadrado num lugar mais relevante do processo de planeamento das cidades, de forma a favorecer e promover o desenvolvimento sustentável das cidades e das suas periferias, bem como de trazer mudanças benéficas para as suas estruturas social, económica e ambiental.

CAPÍTULO III

PROPOSTA

Neste capítulo, três perguntas - O QUÊ?, PARA QUÊ? e COMO? – contextualizam e enquadram a proposta desenvolvida. Como resposta à primeira – O QUÊ? -, é feito um enquadramento da área de estudo, com o objetivo de conhecer a situação presente do bairro, traçando-se um quadro de diagnóstico e ação, e definindo-se uma estratégia que permita dar respostas mais adequadas aos problemas existentes. Para a pergunta - PARA QUÊ? -, é feita uma contextualização dos objetivos e princípios das ações. Para a terceira questão – COMO? -, são definidos procedimentos e desenhadas soluções arquitetônicas que contribuam para a requalificação do Bairro do Casal Novo, sendo que, em primeiro lugar, é feita uma abordagem à escala urbana, seguida da escolha do local do bairro onde se propõe uma intervenção mais detalhada.

- O BAIRRO DO CASAL NOVO – ANÁLISE E DIAGNÓSTICO – O QUÊ?

- CONTEXTUALIZAÇÃO

Como visto anteriormente, a expansão da cidade de Lisboa para a sua periferia ditou o surgimento e consolidação dos bairros clandestinos, sendo neste contexto que surge o Bairro do Casal Novo, em Odivelas, objeto do presente estudo. Outrora um concelho marcado por uma forte presença agrícola, o fenómeno “do clandestino” fez aumentar significativamente o seu número de habitantes, destituindo-o da sua paisagem rural e transformando-o cada vez mais num concelho dormitório.



Figura 44 | | Enquadramento do Município de Odivelas na AML.
(elaboração própria. fonte: Google Maps)

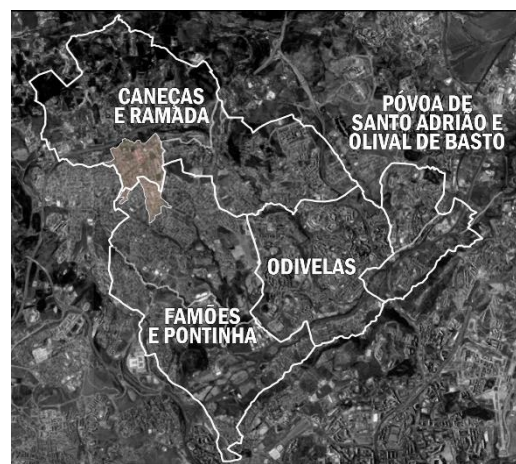


Figura 45 | Enquadramento do Bairro do Casal Novo no Município de Odivelas.
(elaboração própria. fonte: Google Maps)

- GÉNESE

O Bairro do Casal Novo teve a sua origem em meados dos anos 60 do século XX, associado ao loteamento e construção ilegais, observando-se nesse período o surgimento de pequenos aglomerados de construções, sendo visível a intenção de delimitação do lote com base em parcelas agrícolas. Ainda assim, rapidamente o crescimento do bairro se fez sentir, pelo que no ano de 1982 os loteamentos quer da zona poente, quer da zona sul do bairro já se encontravam traçados, sendo até possível identificar a maioria dos arruamentos atualmente

existentes. Nota-se também a diferença na delimitação dos lotes assemelhando-se estes cada vez mais aos indicadores dos quarteirões atuais.

Na década de 80, apesar de a construção se encontrar já bastante consolidada, registou-se um desenvolvimento considerável do bairro, com a construção de uma grande parte das construções situadas na zona Sul do bairro, decorrente da intenção da expansão para Este e para Sul, definindo novos eixos de extrema importância, nomeadamente a Rua Figueirinha e a Rua Casal do Abadeço, respetivamente.

Na década de 90 assiste-se a um abrandamento significativo de novas construções, facto associado à entrada em vigor do regime jurídico atual de exceção para loteamentos clandestinos, pelo que por esta altura o bairro assume já um “aspeto” semelhante ao apresentado atualmente, com a exceção de alguns edifícios de habitação coletiva e industriais que já se podem observar no ortofotomapa de 2005.



Figura 47 | Ortofotomapa de 1977.
(elaboração própria, fonte: CMO)



Figura 46 | Ortofotomapa de 1982.
(elaboração própria, fonte: CMO)



Figura 48 | Ortofotomapa de 1990.
(elaboração própria, fonte: CMO)



Figura 49 | Ortofotomapa de 2005.
(elaboração própria, fonte: CMO)

- CARACTERIZAÇÃO URBANA E SOCIAL

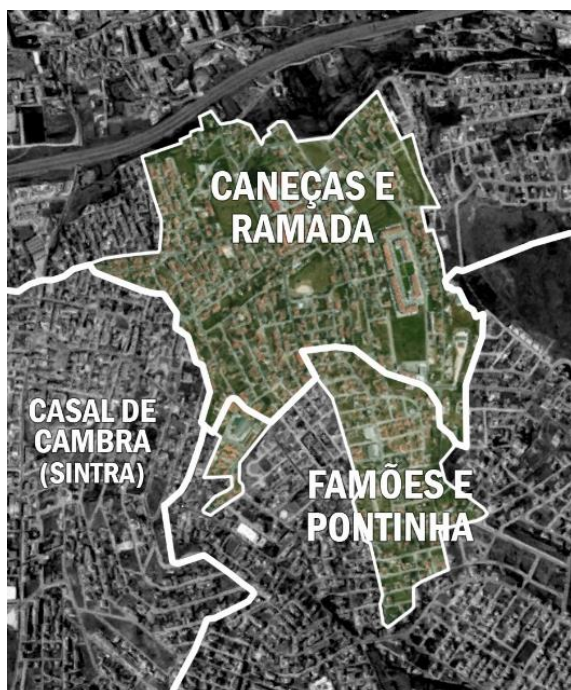


Figura 50 | Limites do Bairro do Casal Novo.
(elaboração própria, fonte: Google Maps)



Figura 51 | Ocupação do território - densidade do edificado
(elaboração própria)

O Bairro do Casal Novo é um bairro de génese ilegal, uma AUGI, e como tal, a sua matriz urbana foi sendo dada pela sucessiva transformação do cadastro em parcelas, sem qualquer tipo de planeamento urbanístico, privilegiando o loteamento excessivo para fins habitacionais, apresentando por isso inúmeras carências ao nível de hierarquia, ordem e caracterização, onde faltam espaços públicos e infraestruturas capazes de satisfazer as necessidades dos habitantes. Para além disso, este bairro encontra-se numa posição particularmente frágil, já que, encontrando-se no limite do concelho de Odivelas é abrangido por duas freguesias do mesmo concelho, a Norte pelas atualmente unidas freguesias de Caneças e Ramada e a Sul pela união das freguesias de Famões e Pontinha, e faz fronteira a Oeste com a freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra.

Os limites municipais e físicos são de alguma forma os elementos que delimitam a área do bairro, pelo que é limitado a Poente pelo limite do concelho, a Norte pela Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL – A9) e a Nascente pela topografia, já que o acentuado declive faz do Bairro do Casal Novo o ponto mais alto da envolvente mais próxima.

A construção no bairro encontra-se dispersa, e a ocupação do território ronda os 50%, sendo que os edifícios existentes são na sua maioria habitações unifamiliares de dois ou três

pisos, intercalados por inúmeros terrenos baldios, não raras vezes aproveitados para cultivo, de pequenas e médias dimensões, que lhe concedem um estatuto semirrural.

Ainda assim, apesar de classificado como AUGI, possui atualmente o Alvará de Loteamento nº1/2005, pelo que a maioria das suas habitações já se encontram licenciadas ou em fase de licenciamento, em que, numa área total de aproximadamente 100ha, 75ha já possuem alvará.



Figura 52 | Vista aérea do bairro, ilustrativa da dispersão da construção.
(fonte: Bing Maps)



Figura 53 | Terreno baldio, bairro do Casal Novo.
(fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 54 | Conjunto do edificado habitacional.
(fonte: fotografia tirada pela autora)



Figura 55 | Moradia unifamiliar de dois pisos.
(fonte: fotografia tirada pela autora)

- ESTRUTURA



Figura 56 | Identificação dos eixos estruturantes.
(elaboração própria)



Figura 57 | Estabelecimento comercial na Rua do Brasil.
(fonte: fotografia tirada pela autora)

A falta de planeamento urbano faz transparecer inúmeras carências de ordens física e social, já que ao ter sido dada prioridade ao espaço privado, o espaço público tornou-se o espaço sobran­te, caracterizado pelo espaço em torno das habitações e pelos terrenos baldios, não havendo por isso elementos estruturantes tais como espaços verdes, praças, mobiliário urbano ou parques infantis. É por isso um bairro que não promove o convívio e o encontro dos seus habitantes, dada a ausência total de espaços de carácter comunitário e espaço público de lazer.

Como consequência do seu crescimento rápido e desregrado, nota-se a falta de estrutura e hierarquização. Para além da Rua Brasil, que atravessa o bairro e faz a ligação a Casal de Cambra e à Ramada e que agrega alguns estabelecimentos comerciais acabando assim por definir a centralidade do bairro, e da Rua Casal do Abadeço, que divide o bairro e é fortemente marcada pela circulação automóvel, fazendo a ligação a Caneças, não há outros elementos marcantes que contribuam para a percepção de uma organização clara dos espaços.

- ANÁLISE SWOT

Uma análise mais incisiva ao bairro permitiu a elaboração de um diagnóstico SWOT, e a consequente identificação dos pontos fortes do território de forma a aferir as oportunidades que dele advêm, e também dos seus pontos fracos, para assim aferir as ameaças que poderão assumir-se como obstáculos à intervenção, permitindo desta forma dar respostas mais adequadas aos problemas existentes.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Zona calma e tranquila;</p> <p>Terreno e habitação a preços mais acessíveis;</p> <p>Proximidade a eixos viários estruturantes que fazem a ligação a Lisboa (IC16, IC17 e IC22);</p> <p>Relação cidade-campo, em que é feito o aproveitamento dos espaços vazios para cultivo de hortas;</p> <p>Processo de legalização da AUGI praticamente finalizado;</p> <p>População pouco envelhecida.</p>	<p>AUGI;</p> <p>Zona periférica;</p> <p>Ausência de planeamento urbano;</p> <p>Ausência de espaços verdes e espaços públicos;</p> <p>Ausência de equipamentos públicos adequados;</p> <p>Baixa densidade de ocupação de construção;</p> <p>Fraca qualidade arquitetónica (da generalidade) do edificado;</p> <p>Insuficiente oferta de comércio e serviços;</p> <p>Desertificação, dada a falta de espaços de sociabilidade;</p> <p>Insuficientes transportes públicos e consequente uso excessivo do transporte individual;</p> <p>Acessibilidades e mobilidade urbana deficitárias;</p> <p>Inexistência de ordem, hierarquia e caracterização da rede rodoviária;</p> <p>Existência de poucos serviços percecionados como úteis para a população de fora do bairro limitando a entrada no mesmo;</p> <p>Inexistência de espaços que fomentem e apoiem o auto-emprego e empreendedorismo;</p> <p>Necessidade de procura de oportunidades de trabalho fora do bairro.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Reconfigurar os acessos;</p> <p>Converter a situação ilegal do bairro;</p> <p>Reposicionar o bairro no contexto de Odivelas;</p> <p>Requalificação do bairro através da inserção de equipamentos e espaços públicos;</p> <p>Possibilidade de intervir nos terrenos baldios existentes;</p> <p>Promoção da inclusão e interação da comunidade, contribuindo para um bem-estar social e para a qualidade de vida dos habitantes do bairro;</p> <p>Criação de emprego local;</p> <p>Alteração da imagem associada ao bairro através da introdução de referências espaciais que funcionarão como polo de atração tanto à comunidade local como aos seus visitantes.</p>	<p>Segregação territorial e social;</p> <p>Mobilidade forçada;</p> <p>Falta de relacionamento entre a população;</p> <p>Bairro dormitório;</p> <p>Estigmatização do bairro devido à imagem negativa associada às AUGI;</p> <p>Desarticulação sociocomunitária.</p>

Tabela 2 | Análise SWOT.
(elaboração própria)

A estratégia adotada partirá então do diagnóstico realizado, em que se definiram um conjunto de objetivos a atingir, não só ao nível do planeamento e gestão do território, bem como ao nível da qualidade de vida dos seus habitantes, nomeadamente no que toca à sua interação e coesão social e ao seu acesso a estruturas de carácter público que sejam dinamizadoras da comunidade e impulsionadoras da economia local. A partir destes objetivos definiu-se uma estratégia que visa reduzir as ameaças e tirar partido das oportunidades, de forma a eliminar os pontos fracos e maximizar os pontos fortes.

- OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ACÇÕES – PARA QUÊ?

- CONTEXUTALIZAÇÃO DA PROPOSTA

Numa parceria estabelecida entre a Faculdade de Arquitetura, entre outras instituições de ensino superior e a Câmara Municipal de Odivelas, sob o tema RE>URB – Reabilitação Urbana, pretende-se implementar um novo conceito urbano cuja natureza irá incorporar o que é novo no que já existe, de modo a promover uma ocupação ordenada e sustentável do espaço público numa relação integrada com a gestão da edificação (habitação, comércio, serviços) e qualidade ambiental das populações. A proposta para a regeneração urbana destes bairros assenta em 4 eixos fundamentais de ação:

I. Eixo da qualidade urbana e ambiental: (1) reconversão do espaço público, infraestruturas e ambiente urbano com vista à sua qualificação e (2) criação de habitação para jovens;

II. Eixo da dinamização económica: (1) novas oportunidades e fomento do empreendedorismo e (2) criação de espaços para novas atividades económicas no apoio ao auto – emprego e empreendedorismo;

III. Eixo da dinamização social: (1) construção e implementação de equipamento de proximidade - creche; (2) construção e implementação de equipamento de proximidade - residências sénior e apoio domiciliária; (3) promoção da cidadania, da interação e da coesão social e (4) dinamização de atividades recreativas e desportivas;

IV. Eixo da dinamização cultural: (1) dinamização do centro histórico; (2) plano de divulgação e comunicação do programa de ação.



Figura 58 | Terrenos destinados a intervenção.
(elaboração própria. fonte: Google Maps)

O objetivo global passará assim pela criação de uma zona urbana interligada no todo, e dinamizadora das relações humanas, consolidando o conjunto global do bairro. Foi então proposta a intervenção em cinco terrenos baldios, no sentido de projetar a sua ocupação, onde se propõem essencialmente equipamentos, áreas verdes e espaços públicos capazes de responder às necessidades do local.

A estratégia adotada decorrerá da análise ao local realizada, que permitiu a compreensão das suas fragilidades e pontos fortes tornando-se assim na base da construção de uma imagem daquele que poderá ser o (novo) Casal Novo.

Assentes nesta análise, seguem-se agora duas fases de requalificação do bairro, sendo que a primeira passa pela elaboração de uma proposta, em grupo, de programa e de desenho urbano, e a segunda pelo desenvolvimento até à escala de pormenor de um equipamento público para uma das zonas de intervenção.

- PROCEDIMENTOS – COMO?

- PLANO URBANO / DEFINIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Face aos problemas detetados, a estratégia adotada para a requalificação do Bairro do Casal Novo, mais do que promover grandes alterações ou reestruturações, prevê uma intervenção mais pontual e estratégica, que passa por dois momentos:

1º. Estruturar – ordenar e hierarquizar.

Em primeiro lugar considerou-se necessária a criação de uma estrutura, ou uma lógica, que permita uma leitura ordenada do bairro, pelo que foi estudada a inserção de uma malha tipo grelha que lhe conferisse uma linguagem coesa. O objetivo deste procedimento prende-se com o facto de este tipo de matriz urbana, ainda que possivelmente entendida como rígida ou repressiva, levar à potenciação das possibilidades de variação, como é o caso das cidades de Nova Iorque e Barcelona, ao mesmo tempo que a sua homogeneidade não enfatiza particularmente nenhum ponto específico. A grelha é, no fundo, um sistema de intervenção ou de desenho de cidade de princípios extremamente simples, que permite ordenar e hierarquizar o território, deixando liberdade no que toca a sua caracterização. (HERTZBERGER, 1999).



Figura 59 | Exercício de cruzamento de bases matriciais: Barcelona + Bairro do Casal Novo e Nova Iorque + Bairro do Casal Novo. (elaboração própria)



Figura 60 | Dimensão das bandas - formação dos quarteirões.
(elaboração própria)

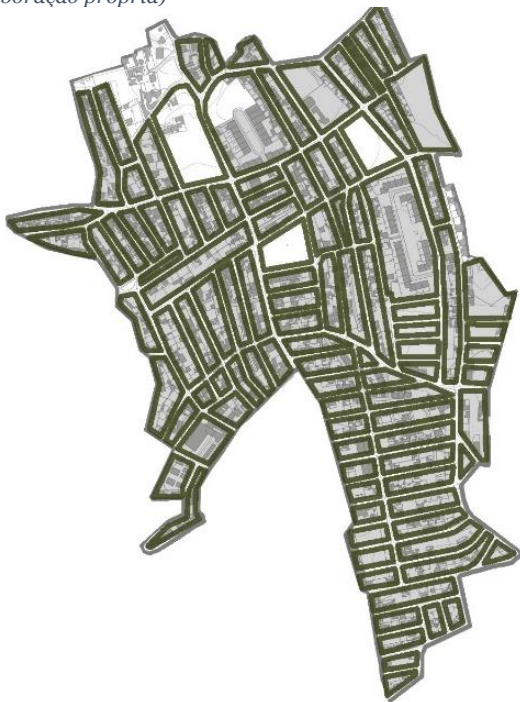


Figura 61 | Marcação das bandas.
(elaboração própria)



Figura 62 | Sentidos tráfego.
(elaboração própria)



Figura 63 | Hierarquia viária.
(elaboração própria)



Figura 64 | Malha resultante – formação dos quarteirões.
(elaboração própria)

Sob a base matricial existente, em que a divisão dos lotes para moradias unifamiliares sugere alguma preocupação no sentido de formar quarteirões, foi definida uma dimensão de banda constante (figura 60), em que a conjugação das referidas bandas, densificadas na frente urbana, formará os novos quarteirões. Estes quarteirões advêm da segunda medida tomada, a hierarquia viária.

No sentido de ordenar o bairro, a hierarquia viária tem também um papel de extrema importância, já que infere para uma mais fácil e coerente mobilidade, tanto dentro do bairro como também para quem a ele acede. Mantendo-se os principais fluxos já existentes, quer associados ao tráfego como ao comércio de proximidade, serviços e transportes públicos, a Rua do Brasil, Rua Casal do Abadeço e Rua Figueirinha e a Rua da Liberdade mantêm o seu carácter principal, ao mesmo tempo que novos perfis de rua são propostos.

Para isso foram pensados três tipos de via: Principal - de dois sentidos e arborizada; Secundária – de dois sentidos ou de um sentido com estacionamento paralelo; Pedonal (de uso partilhado) – com acesso limitado de viaturas (excecionalmente para moradores), de dois sentidos ou de um sentido com estacionamento paralelo. De acordo com os objetivos traçados, estas ruas pedonais, têm o objetivo de promover uma aproximação entre zonas com características muito distintas, pretendem incentivar os modos suaves, tais como bicicletas e mobilidade pedonal entre os habitantes do bairro, contrariando a atual primazia do automóvel sobre o peão.

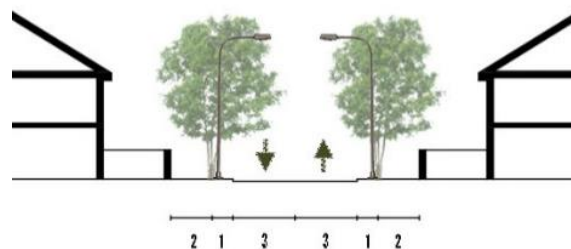


Figura 65 | Rua Principal - dois sentidos, arborizada.
(elaboração própria)

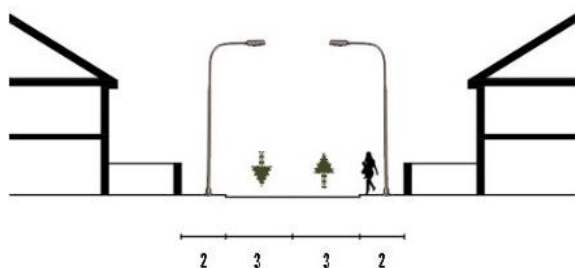


Figura 66 | Rua Secundária - dois sentidos.
(elaboração própria)

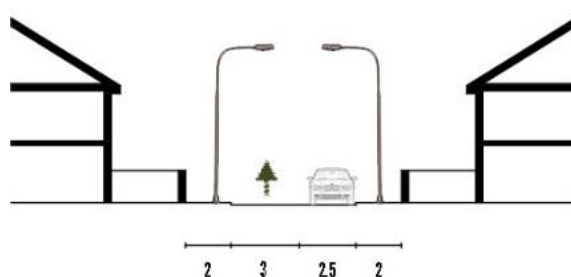


Figura 67 | Rua Secundária – sentido único, estacionamento paralelo.
(elaboração própria)

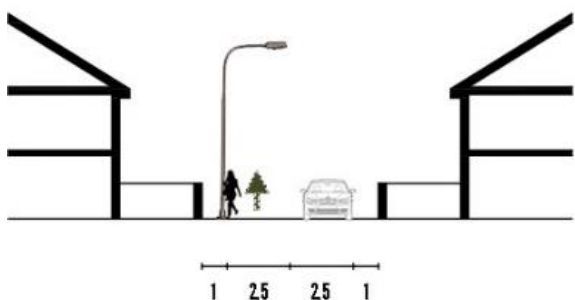


Figura 68 | Rua Pedonal, com acesso limitado de viaturas - sentido único, estacionamento paralelo.
(elaboração própria)

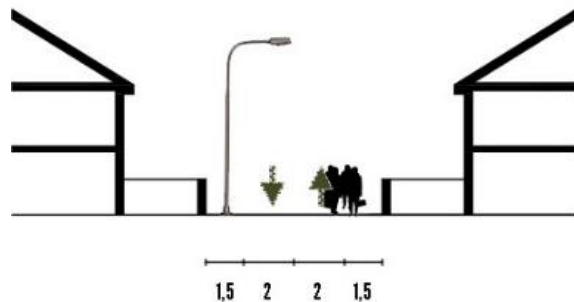


Figura 69 | Rua Pedonal, com acesso limitado de viaturas - dois sentidos.
(elaboração própria)

2º. Programar – equipamentos, comércio e serviços.

No sentido de programar e equipar o bairro, o objetivo prendeu-se com a tentativa de ir de encontro às necessidades específicas do território e da sua população, mas também incluir equipamentos que sejam percecionados de interesse numa rede mais alargada.

A estratégia adotada tem como propósito criar lugares de encontro e de sociabilidade. Criar para além de uma centralidade, uma ligação entre os vários núcleos que compõe o bairro, pelo que os equipamentos que se propõem implementar relacionam-se e complementam os usos atuais do bairro, tornando-se estruturadores do lugar. Propõe-se a criação de: habitação para jovens; residências sénior; creche; equipamento desportivo; mercado; hortas urbanas; centro de agricultura; igreja e centro comunitário.

Para além da inserção de equipamentos de carácter público e do espaço público a estes associado, há a intenção de dar uma continuidade ao mesmo, através dos vazios interiores dos quarteirões. Propõe-se para estes espaços a criação de talhões de hortas urbanas, parques infantis, que permitem uma relação a uma escala mais próxima, em que os vizinhos se encontram e estabeleçam relações, proporcionando uma vivência mais contida e familiar. Pretende-se ainda o reforço do comércio e serviços, associados ao já existente núcleo comercial da Rua Brasil.



Figura 70 | Planta de estratégia.
(elaboração própria)

- IMPLEMENTAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO PÚBLICO

- PLANO DE AÇÃO

Aferidos os principais problemas, fragilidades, bem como as potencialidades do local de intervenção, afigurou-se essencial estudar uma proposta que mantivesse e respeitasse a identidade do lugar, ao mesmo tempo que proporcionasse uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, sustentada pela investigação efetuada. A intervenção proposta passa pela implementação de um equipamento que vise a reabilitação e a revitalização deste núcleo, bem como a criação de uma estrutura urbana dinamizadora de relações.

Partindo deste pressuposto, propõe-se a criação de um mercado, que, como visto, para além da sua função primordial enquanto local de comercialização e troca de produtos, é também um local de convívio e de encontro, ao qual as pessoas se dirigem por variados interesses, e que potencia as relações sociais. O mercado tem ainda a capacidade de terciarização da zona envolvente, de servir como uma centralidade identificável no bairro, bem como de funcionar como um símbolo que dá a conhecer a identidade do local no qual se encontra inserido.

Privilegiando uma atividade que assume um papel de extrema importância para a comunidade do Bairro do Casal Novo, a agricultura, e reconhecendo-se a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, propõe-se o incentivo e implementação de hortas urbanas. A atividade praticada nas hortas, contribui para o bem-estar dos habitantes, mantendo-os ocupados nos seus tempos livres e permitindo que os mais jovens aprendam com os mais velhos, havendo assim uma transmissão de conhecimento e mantendo viva a tradição do cultivo. Embora a produção das hortas se destine, fundamentalmente, ao autoabastecimento, ao ocorrerem situações de excesso de produção, propõe-se que estes sejam encaminhados para processos simples de comercialização, beneficiando quer o produtor, mas também o consumidor, que dispõe desta maneira de produtos frescos produzidos localmente.

Considerando que reinterpretar os espaços de mercado passa por repensar funcionalmente o seu papel na cidade e sociedade atuais, o programa funcional da proposta aposta na dinamização, reunindo vários usos e atividades, que complementam e dinamizam o equipamento proposto. Assim, e no sentido de envolver a comunidade no processo do cultivo e de proporcionar o contacto entre moradores, mas também de atrair população interessada (não moradores), é criado um Centro de Agricultura, onde são criadas zonas de trabalho, de

estudo e investigação, zonas para formação e exposições, criando assim condições para o estímulo à educação de uma forma recreativa e pedagógica.

Para além do programa principal descrito, foi também proposto programa complementar, tal como restaurante, cafés, escritórios e espaços de *co-working*, áreas de apoio às hortas, balneários, hortas pedagógicas e sistemas de aproveitamento de águas pluviais, de forma a criar uma estrutura mais adequada à realidade e necessidades atuais, criar novas dinâmicas não só económicas, mas também sociais e ambientais, e oferecer soluções que tornem o equipamento vivido ao longo do dia, maximizando a sua utilização.

O que se procura, com este tipo de programa, é uma inclusão da comunidade no ciclo que é proposto desde a aprendizagem de novas técnicas de plantação, ao cultivo, ao tratamento e preparação dos bens colhidos, à sua venda no mercado e utilização no restaurante, até ao aproveitamento de desperdícios para compostagem, relacionando conceitos como a natureza e ecologia com lazer, educação e economia. Este percurso cíclico do produto, para além de promover uma maior consciencialização ecológica, é essencial no suporte de um dos princípios suportados neste trabalho: a sustentabilidade.

Pretende-se então, criar uma nova dinâmica de bairro, que contribua para mudar a sua imagem de desertificação e desqualificação, fortalecendo a sua identidade e transformando-o num lugar de oportunidades.



Figura 71 | Ciclo do produto.
(fonte: elaboração própria)

- LOCAL DE INTERVENÇÃO E INTEGRAÇÃO URBANA

O local escolhido para a implantação deste equipamento é confrontado por diferentes realidades na sua envolvente próxima. Trata-se de um terreno baldio, de cerca de 11.500m², que tem como limites a Rua Brasil, que por acolher a Escola Básica, a larga maioria do comércio e pequena restauração bem como os transportes que servem o bairro, define a sua centralidade, e a Rua da Liberdade, que serve pequenas moradias unifamiliares, tendo por isso um carácter residencial. Tal facto permite que este equipamento se torne um elemento integrador destas realidades.

Tal como a abordagem ao percurso tipológico do mercado evidenciou, este equipamento está desde a sua origem associado ao encontro de fluxos, reconhecendo-se “a ideia do mercado como ponto de junção das rotas” (MUMFORD, 1961), pelo que a implantação do edifício que acolhe o mercado na zona mais próxima da Rua Brasil, usufrui desta relação com o transeunte e o convida a entrar. Associando o mercado a esta centralidade, a frente do edifício prolonga o eixo comercial existente, relacionando os usos propostos, como cafés, quiosques, pequenas lojas e a entrada para o mercado, com os usos atuais.

Pensou-se que seria pertinente, dadas as características quer do terreno, que apresenta uma significativa diferença de cotas, quer do programa em si, separar o programa em dois núcleos independentes, ainda que relacionados e articulados entre si. O conjunto é dividido em três espaços: a zona do mercado, que é o espaço marcadamente interior; a zona das hortas que define a área exterior e o edifício do centro de agricultura que tem uma funcionalidade mista de interior/exterior, em que o piso inferior concentra as funções técnicas de apoio à prática diária da agricultura e o piso superior as componentes de investigação e formação.

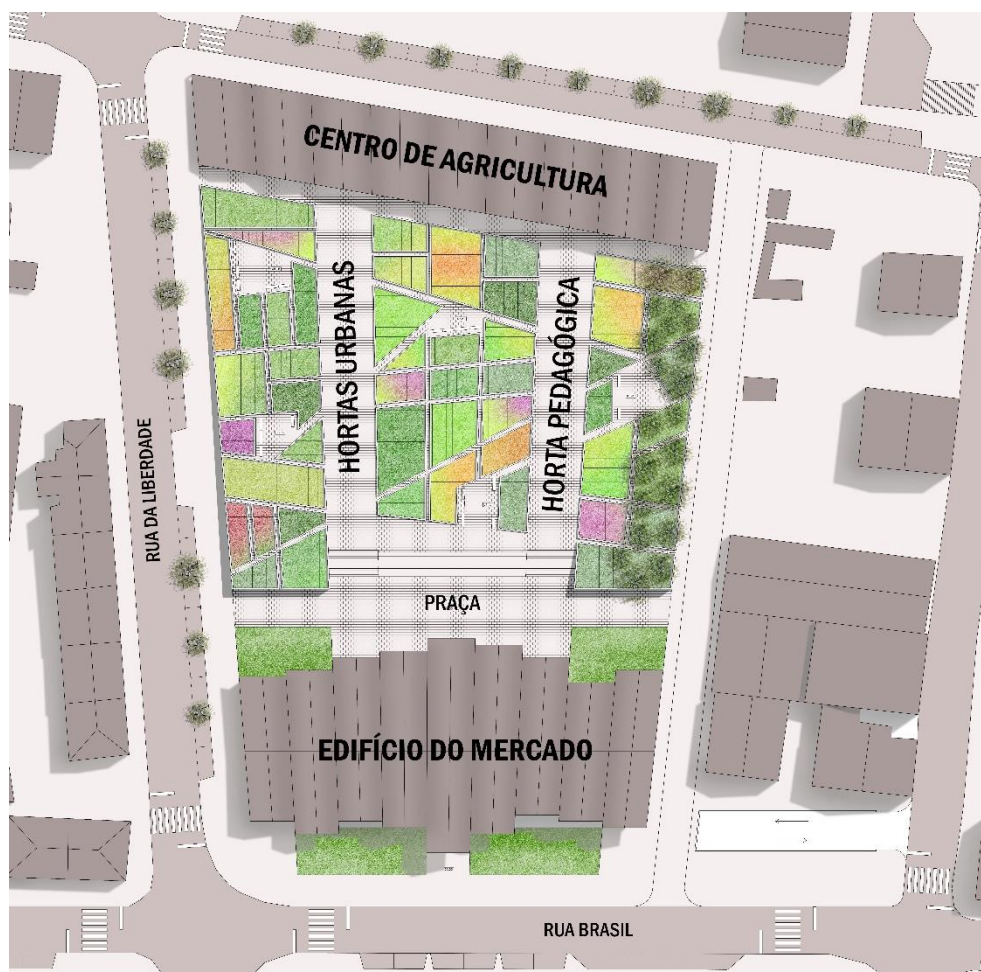


Figura 72 | Implantação da proposta.
(elaboração própria)

Considerando também a necessidade de criar um equipamento versátil, multifuncional e adaptado às necessidades atuais, sendo composto por corpos independentes, o seu funcionamento autónomo é facilitado, sendo que cada um pode assumir um programa funcional distinto, com horários de funcionamento diferentes.

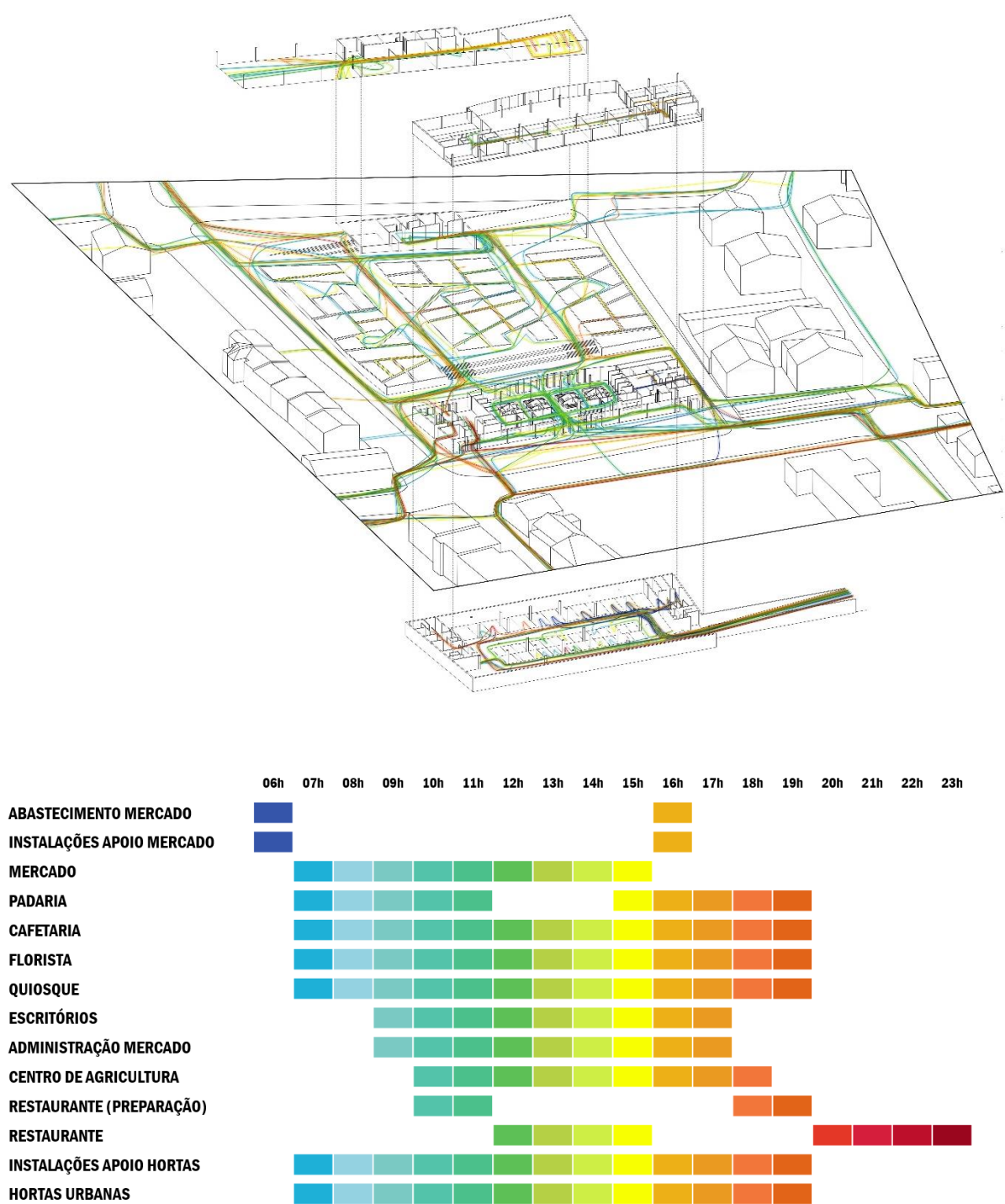


Figura 73 | Mapa de fluxos ao longo do dia e legenda.
(elaboração própria)

Desta forma, o núcleo central, as hortas urbanas, faz a ponte entre os dois edifícios existentes, já que, se por um lado a sua relação com o mercado enquanto ponto de troca e venda dos produtos produzidos nas hortas justifica a proximidade, por outro lado, a sua dependência de um núcleo de apoio ao processo da agricultura justifica igualmente esta relação.

Neste sentido, opondo-se ao edificado que faz frente com a Rua Brasil, numa zona menos movimentada, pautada pela edificação habitacional, é proposta uma construção que pretende dar apoio à atividade da agricultura urbana, com o objetivo de atrair e encorajar a população interessada no processo de cultivo, funcionando também como polo de atração tanto à comunidade local como aos seus visitantes – o centro de agricultura. Este centro funciona num corpo com dois níveis, sendo que o primeiro pretende dar apoio aos hortelãos, dispondo de zonas de trabalho, armazéns, ateliers de apoio às hortas e balneários, e o segundo, espaços de formação e um auditório, nos quais poderão decorrer sessões de esclarecimento, formação, pequenas exposições, eventos e ocupação de tempos livres, bem como um laboratório de agricultura onde será feita investigação e desenvolvimento de novos métodos de inovação e rentabilização da agricultura urbana.

A disposição do edificado em pontos opostos do terreno enfatiza a importância do espaço das hortas, enquanto ponto central de encontro e reunião, que oferece também percursos e espaço público que convidam à paragem ou à permanência, usufruindo da paisagem que os enquadra. Esta zona central é rematada por um pomar com o mesmo carácter das hortas, que quebra a relação com o edificado adjacente, funcionando como barreira visual.

Enquanto conjunto, o espaço das hortas representa a produção, o centro de agricultura o desenvolvimento e o mercado a rentabilidade, já que procura rentabilizar os custos dos outros espaços, criando assim um modelo económico sustentável.



Figura 74 | Campo de terra lavrada.
(fonte: http://4.bp.blogspot.com/-TRKQB1rHa2A/Tio4R3vPfbI/AAAAAAAAHI/84qZkApr6Qo/s1600/Terra_lavrada.jpg)

O conjunto do edificado proposto eleva-se apenas 10 metros acima do solo, enquadrando-se no panorama da envolvente, que ao ser pautado por moradias de dois a três pisos, se eleva aproximadamente à mesma altura. A cobertura é, na realidade, resultado da intenção de ser possível fazer a recolha das águas pluviais e encaminhá-las para depósitos no subsolo, para serem por fim utilizadas de diversas formas, quer na rega das hortas, como

na lavagem das instalações do mercado ou utilização nas instalações sanitárias. O desenho da cobertura dos dois edifícios parte da intenção de representar os campos lavrados, e de fazer a ligação à terra, completando um outro ciclo, em que a maximização da potencialidade dos recursos naturais, conduz a respostas e estratégias que promovem a sustentabilidade urbana.

A linha desenhada pelas coberturas do edifício enquadra-se na paisagem circundante, já que a maioria do edifício envolvente exibe um padrão semelhante, com cobertura de duas águas. Pretende-se, assim, a integração do conjunto edificado na paisagem, em que o seu carácter diferenciador resulte das relações criadas entre as várias componentes funcionais envolvidas neste equipamento, mais do que pelo seu volume em si.

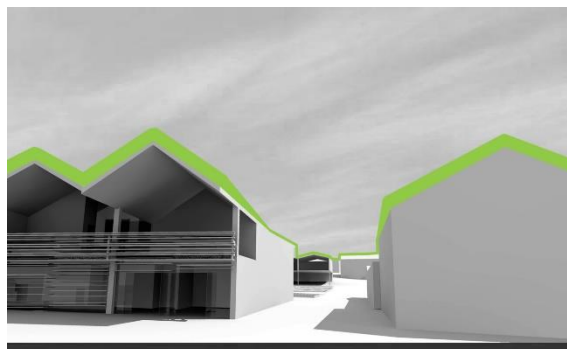


Figura 75 | Linha desenhada pelas coberturas.
(elaboração própria)

Frisa-se ainda a intenção na marcação de um eixo longitudinal ao longo do terreno, enfatizado pelo paralelismo feito entre os sulcos de terreno lavrado e os eixos que definem as coberturas e os talhões das hortas, criando a percepção de uma continuidade, que idealmente conduzirá o utilizador nesse sentido, fazendo o convite, no ponto em que o fluxo de pessoas é maior, a usufruir da totalidade do espaço.

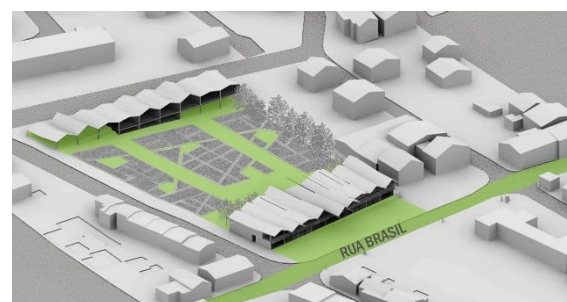


Figura 76 | Relação com a Rua Brasil.
(elaboração própria)

- EDIFÍCIO DO MERCADO



Figura 77 | Vista da entrada do mercado.
(elaboração própria)

O edifício do mercado cria, como visto anteriormente, uma relação com o eixo comercial existente no bairro, usufruindo por isso da relação com o transeunte. Nesse sentido, a primeira linha do edifício apresenta-se como uma antecâmara, já que, para além da entrada para o mercado, ao oferecer espaços tais como

um café, padaria, quiosque e florista, criam um primeiro momento, que se desenvolve depois para o espaço do mercado em si.

A evolução da tipologia para modelos cada vez mais fechados foi deteriorando a relação do mercado com a envolvente urbana, pelo que, no sentido de resgatar essa relação, se considera relevante garantir a relação visual entre o interior e o exterior, de forma que a esplanada, as mesas dispostas no interior, e o espaço público se fundam, criando uma sensação de proximidade e continuidade que encaminha o transeunte para o interior.

Remetendo, uma vez mais, às referências estudadas na abordagem ao mercado, a utilização do ferro e do vidro, a partir da segunda metade do séc. XIX, com o propósito de conferir maior espacialidade e luminosidade no interior do edifício, e assim, apesar das condicionantes da atividade, aproximá-la do comércio ao ar-livre, permite-nos estabelecer que, de facto, a relação com o exterior beneficia o convívio e a troca na atividade mercantil, e que,

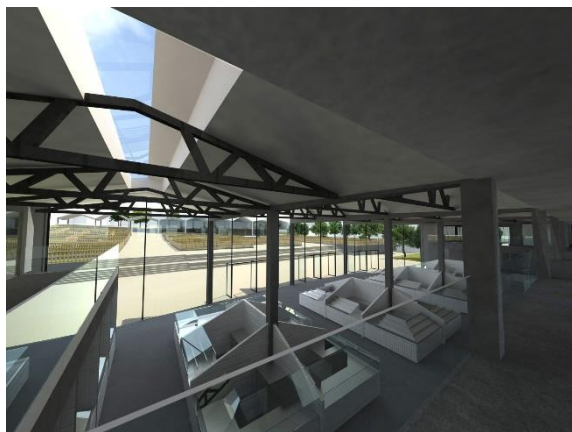


Figura 79 | Vista interior do mercado.
(elaboração própria)



Figura 78 | Vista interior do mercado.
(elaboração própria)

percebendo esta relação, a arquitetura tenta reproduzir o ambiente exterior nos espaços de comércio. Transportando estes princípios para a proposta, o espaço que acolhe o mercado explora esta relação com o espaço exterior, através da amplitude concedida pelo pé direito duplo, como também da luminosidade que percorre o espaço através da fachada de vidro.

A organização espacial das bancas de venda enfatiza igualmente esta relação, já que a disposição das ilhas, transversais ao corpo do mercado, facilita e induz a circulação, e o alinhamento das entradas que formam o corredor principal possibilita o atravessamento do mercado, de forma a vivenciá-lo, mesmo sem intenção de adquirir produtos. As bancas fechadas envolvem a área central em três das suas frentes, libertando a fachada sul do edifício.



Figura 80 | Seção transversal do edifício do mercado.
(elaboração própria)

Entendida como um prolongamento do espaço interior, na entrada oposta à entrada feita pela Rua Brasil, cria-se uma praça que proporciona a expansão da área do mercado, cuja apropriação por bancas e barracas temporárias poderá acolher feiras e eventos, e que, associada, tanto ao equipamento quanto às zonas ajardinadas em seu redor, promove o encontro e a reunião dos habitantes e se afirma como parte da identidade do novo bairro. Esta praça reinveste assim as funções do antigo fórum ou da ágora, no sentido em que, para além do local das trocas, representavam também muitas outras vezes o local de reuniões ou cerimónias públicas. A cobertura avança neste ponto com o propósito de sombrear o mercado, de acolher e abrigar a praça e, ainda de, marcar e enfatizar a entrada para o mercado.

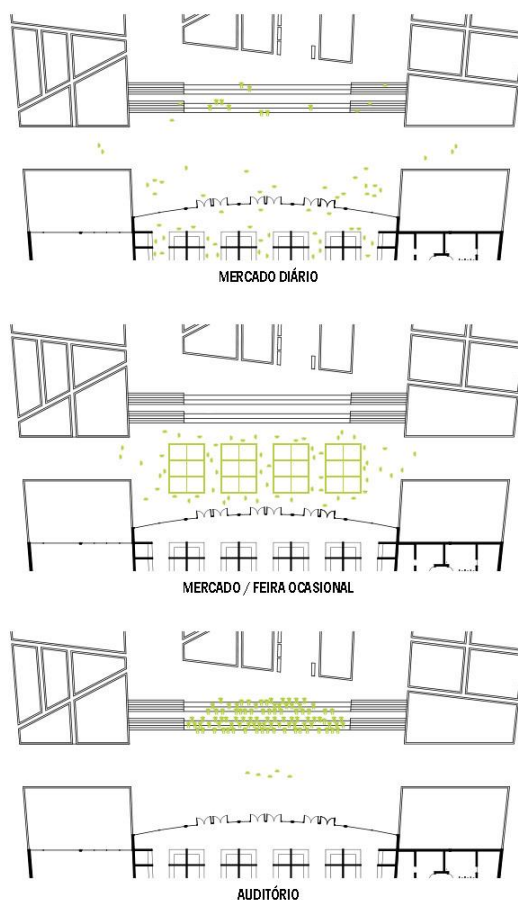
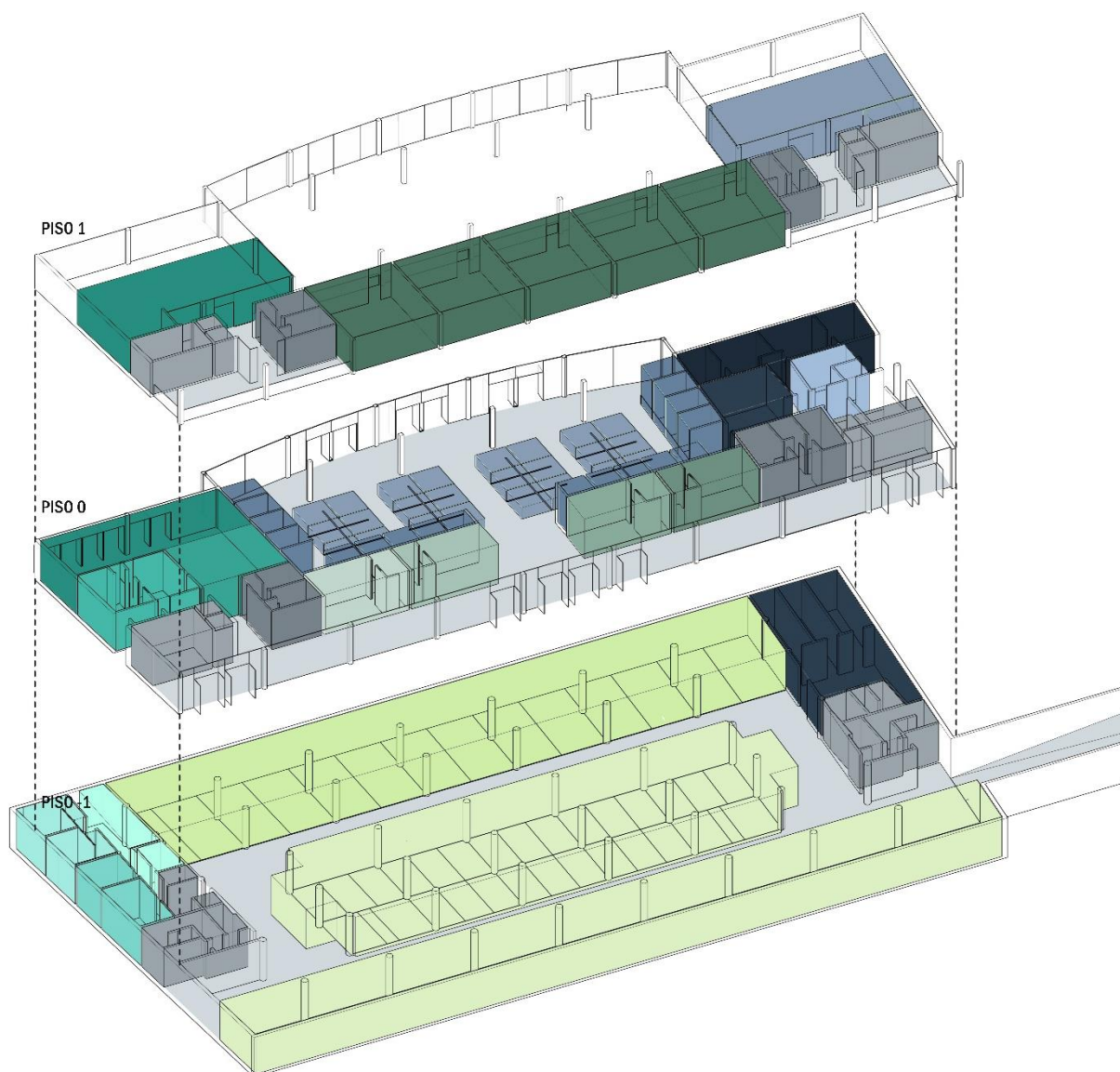


Figura 81 | Formas de apropriação da praça.
(elaboração própria)

Integrado no edifício do mercado, ocupando o lado poente do corpo e como forma de responder à de dinamização e multiplicidade funcional, encontra-se o restaurante, que funciona de forma integrada com as hortas urbanas, incorporando o conceito de cozinhar com o que provém do cultivo do espaço agrícola. A entrada para o restaurante é feita na referida antecâmara no piso 0, dispondo de uma sala no piso 1, uma sala, bar e cozinha no piso 0 e armazém, balneários e copa dos funcionários no piso -1. Opondo-se a este, do lado nascente do edifício, encontra-se a zona administrativa, que funciona no primeiro piso e no piso 0 a zona técnica do mercado, composta por áreas de armazenamento refrigerado e não refrigerado, espaços técnicos de manutenção e balneários para os funcionários do mercado. São ainda propostos para o primeiro piso, espaços de escritórios que têm como objetivo incentivar e estimular a criação de pequenas empresas relacionadas com a produção agrícola, fomentando a criação de emprego, de uma economia local e do empreendedorismo. O mercado dispõe ainda de estacionamento subterrâneo, que facilita e encoraja a visita, com uma zona reservada a cargas e descargas, bem como de entradas independentes para os espaços de serviço (restaurante e zona técnica do mercado), quer no piso 0 quer no piso -1.



BALNEÁRIOS FUNCIONÁRIOS	ESCRITÓRIOS	SALA REUNIÕES	SANITÁRIOS
COPA FUNCIONÁRIOS	QUIOSQUE	BAR	CIRCULAÇÃO VERTICAL
BANCAS FECHADAS	FLORISTA	COZINHA	CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
BANCAS ABERTAS	CAFETARIA	ARMAZÉM RESTAURANTE	CARGAS E DESCARGAS
ÁREA ADMINISTRATIVA	PADARIA	I.S. FUNCIONÁRIOS RESTAURANTE	ESTACIONAMENTO
ENTRADA SERVIÇO		COPA FUNCIONÁRIOS RESTAURANTE	

Figura 82 | Esquema do programa do Mercado.
(elaboração própria)

- O CENTRO DE AGRICULTURA

Este segundo corpo, o centro de agricultura, assume-se como uma extensão funcional do equipamento que acolhe o mercado. Com o propósito de dar apoio à prática da agricultura urbana, este núcleo divide-se em dois níveis, em que o primeiro contempla uma área destinada à assistência da prática diária da atividade, dispondo de armazéns, uma zona reservada ao processo de compostagem, espaços de trabalho e balneários e o segundo pretende relacionar-se com o público, com o objetivo de atrair a população interessada no processo de cultivo e também de complementar as várias escolas das proximidades, oferecendo por isso espaços para formações e realização de eventos, ocupação de tempos livres, bem como um laboratório de agricultura urbana, onde se pretende desenvolver estudos e novos métodos de inovação e rentabilização da atividade. Esta distinção pretende dotar o edifício de diferentes escalas que se adequam ao contexto envolvente, atribuindo um carácter mais privado à zona destinada aos hortelãos, ao passo que permite também conferir ao segundo piso um carácter mais público, relacionado com a rua que serve o edifício.

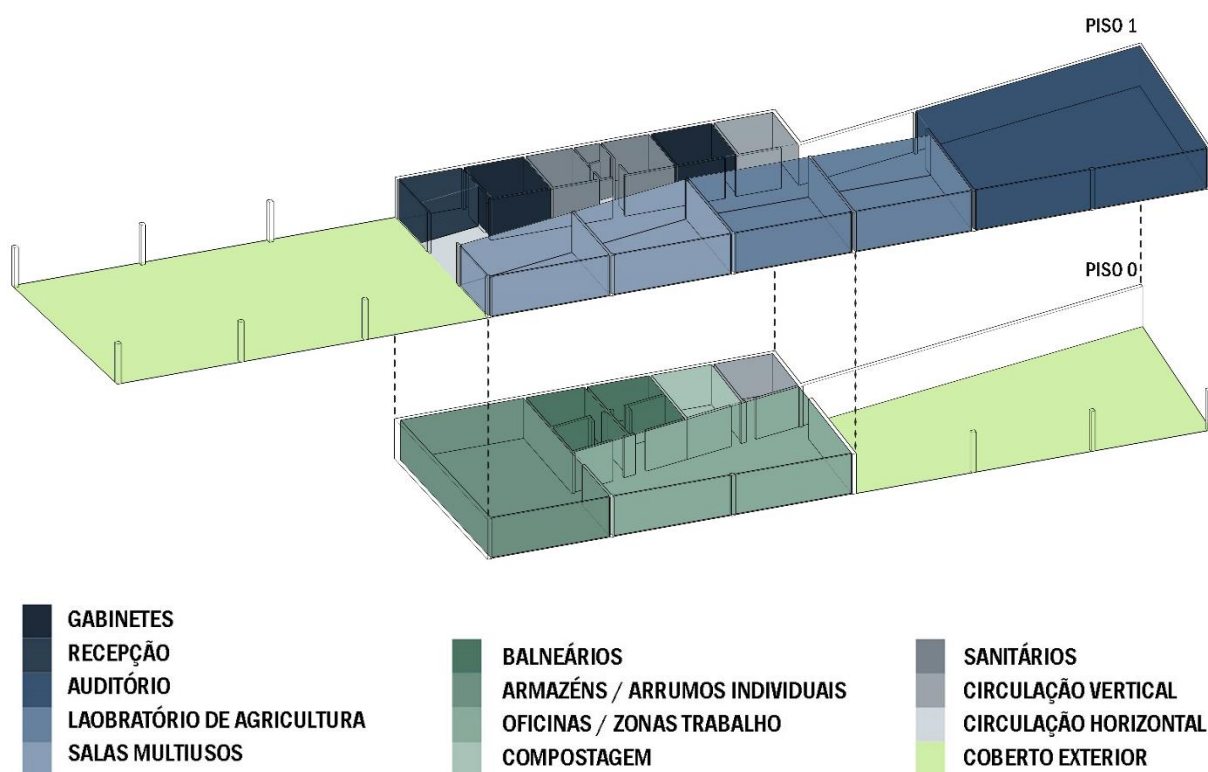


Figura 83 | Esquema do programa do Centro de Agricultura
(elaboração própria)

Ambas as partes estão associadas a um espaço exterior coberto, ainda que com funções distintas. Se por um lado o espaço associado à entrada para o piso superior pretende convidar à entrada ou à permanência, sendo marcado por momentos de espera, de encontro ou de realização de atividades promovidas pelo centro de agricultura, por outro lado, o espaço associado à entrada para o piso inferior pretende ser um espaço relacionado com a rotina da prática da atividade, um espaço de convívio, potenciador de relações entre os hortelãos, oferecendo um local de descanso e proteção das condições atmosféricas.



Figura 84 | Vista do coberto exterior.
(elaboração própria)

A linguagem deste núcleo não contrasta com a do edifício do mercado, pretendendo ser uma continuidade do mesmo, e por isso, alinhado axialmente, enfatizando a referida continuidade linear. Para além dos acessos a poente e a nascente, o edifício abre-se a norte, relacionando-se visualmente quer com as hortas, quer com o mercado.

- AS HORTAS URBANAS

O programa do equipamento proposto contempla também a criação de um espaço destinado a hortas urbanas, para que sejam cultivadas pelos habitantes interessados, tirando proveito dos seus múltiplos benefícios. Pretende-se assim que haja uma lógica de produção, troca e comercialização de produtos, capaz de fortalecer a economia, a coesão social, as relações e a sustentabilidade. Nesse sentido,



Figura 85 | Visualização de um talhão.
(elaboração própria)

prevê-se a existência de 54 talhões, de dimensões entre 100 e 50m², atribuídos aos habitantes interessados, devendo o utilizador pagar uma cota anual para a utilização e manutenção do local. São também previstos talhões destinados a uma pequena horta e pomar pedagógicos, com o intuito de promover a atividade tanto na escola adjacente como noutras interessadas, permitindo às crianças um contacto mais direto com a natureza, estimulando uma aprendizagem ativa e uma melhor consciência ecológica.



Figura 86 | Vista das zonas de estar.
(elaboração própria)

Integrados na área que acolhe os talhões, percursos e bolsas com zonas de estar, procuram dinamizar a vivência destas hortas e enquadrá-las no espaço público envolvente e assim dar-lhes outra visibilidade a um novo público-alvo que aí se possa dirigir para usufruir somente dos equipamentos.

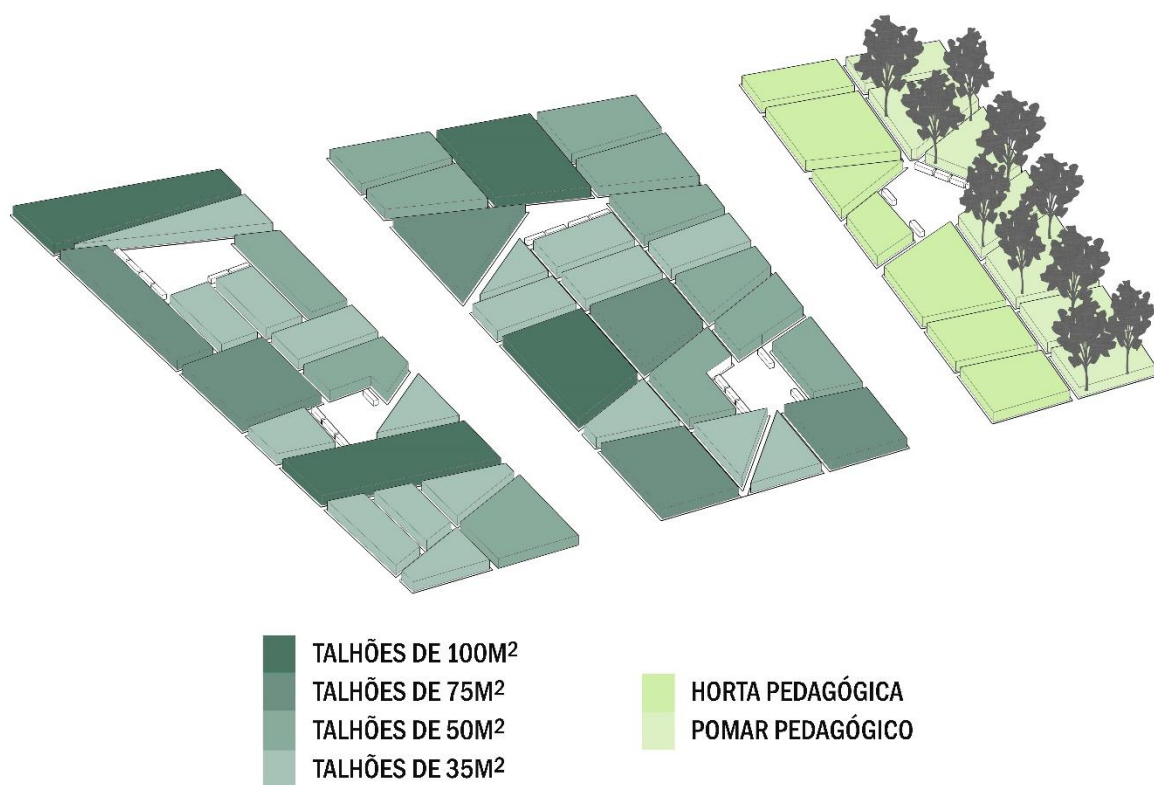


Figura 87 | Esquema das hortas urbanas
(elaboração própria)

- CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Com o enquadramento ao Bairro do Casal Novo e com a clarificação de que os objetivos e princípios desta intervenção passarão pela reabilitação do bairro com a criação de uma zona urbana interligada no todo, dinamizadora das relações humanas, consolidando o conjunto global do bairro, fica dada resposta às questões “O QUÊ?” e “PARA QUÊ?”, tornando-se claro que, a resposta à questão “COMO?”, passará por uma intervenção ao nível do espaço público.

Desenvolveram-se estratégias que, passando por várias escalas, dão resposta à problemática em questão, nas suas variadas dimensões. Começando a abordagem à escala da cidade, as palavras-chave foram **estruturar** e **programar**, pelo que primeiro foi necessário ordenar e hierarquizar o espaço público do bairro, através da sua reestruturação e implementação de uma malha hierarquizada, do reperfilamento e hierarquização das ruas, traduzidos no alargamento dos passeios e redesenho das vias de modo a atribuir identidade ao bairro e a privilegiar o peão e os percursos a pé, a definição de quarteirões e a inclusão de uma estrutura verde e de uma rede arborizada.

Uma vez que um dos propósitos da estratégia adotada passa pela criação de lugares de encontro e de sociabilidade, para além da intervenção ao nível do espaço público, mostrou-se de igual importância programar este território. Pretende-se criar uma ligação entre os núcleos que compõem o bairro, pelo que se propõe a implementação de equipamentos públicos que se relacionem, e mais que tudo, complementem os usos, vivências e necessidades atuais do bairro.

Outro aspeto importante é o reposicionamento do bairro no contexto do concelho de Odivelas, pelo que se considera que a criação de um equipamento capaz de atribuir uma centralidade ao Casal Novo, bem como de atrair população não residente, criando novas dinâmicas sociais e económicas, seria uma forma de responder a esta problemática. Uma outra questão considerada igualmente importante é a ocupação da população inativa, propondo-se a criação de um local que possa oferecer espaços tanto para formação como para atividades de lazer e ocupação de tempos livres.

Através desta perspetiva, e privilegiando uma atividade que assume um papel de extrema importância para a comunidade do bairro do Casal Novo, a agricultura, considerou-se relevante desenvolver a uma escala mais aproximada um mercado e um centro de agricultura e recreação, associados a hortas urbanas. O que se procura, com este tipo de programa, é uma inclusão da comunidade no ciclo que é proposto, desde a aprendizagem de novas técnicas de plantação, ao cultivo, ao tratamento e preparação dos bens colhidos, à sua

venda no mercado e utilização num restaurante que é também proposto, até ao aproveitamento de desperdícios para compostagem, relacionando desta forma conceitos como a natureza e ecologia com lazer, educação e economia.

Esta proposta de intervenção debruça-se sobre questões que vão além da legalização do território, reabilitando o bairro através da qualificação do seu espaço público, contribuindo deste modo para atenuar problemas como a segregação territorial e desintegração da vida sociocomunitária da população, indo de encontro à melhoria da sua qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho desenvolveu-se, sob forma de projeto de arquitetura e desenho urbano, um sistema capaz de responder à problemática que caracteriza o Bairro do Casal Novo, em Odivelas, e que dota este lugar de novos usos e funções que possam funcionar como motores do desenvolvimento local. Considerou-se, para tal, imprescindível construir um quadro de conhecimentos teóricos que dessem uma visão crítica e esclarecida da realidade em causa e suportassem posteriormente as decisões tomadas na fase projetual.

Nessa perspetiva, foi primeiramente analisada a origem, evolução e processo de reconversão dos territórios de génese ilegal, como é o caso do Casal Novo, de forma a perceber quais os contornos da sua reconversão urbanística, e assim aferir metodologias que visem a reabilitação, reestruturação e reintegração destes territórios.

Mostrou-se que o fenómeno do loteamento e construção clandestinos surgiu da falta de resposta às necessidades de habitação da população, bem como da falta de enquadramento legal que regulasse de forma eficaz o uso dos solos. O clima de indefinição e permissividade perante a situação que se foi prolongando gerou nestes territórios consequências, tanto a nível do tecido urbano como a nível social, dando origem a uma estrutura urbana descaracterizada e sem hierarquia, e à ausência de equipamentos e espaços públicos, bem como de comércio e serviços, que garantissem às populações destes territórios resposta às suas necessidades, e consequentemente uma desintegração sociocomunitária, afetando diretamente a qualidade de vida dos seus habitantes. Determinou-se que a requalificação da maioria destas áreas ultrapassa a sua reconversão legal, pelo que passará necessariamente pela reorganização da sua malha urbana, a criação de espaços de domínio público, a introdução de equipamentos e valorização das suas potencialidades, ou seja, a sua qualificação.

Com efeito, considerou-se necessário um estudo mais aprofundado sobre o papel dos equipamentos e espaço público como plataformas de práticas, hábitos e rotinas criadoras de sociabilidade, focando ainda as suas dimensões económica e ambiental, consideradas promotoras do equilíbrio entre a cidade, as pessoas e o ambiente. Expôs-se o espaço público como o principal património comum de uma sociedade, afigurando-se por um lado como fundador da forma urbana, permitindo aos seus utilizadores orientarem-se e reconhecerem-se na cidade e, por outro, como palco primordial da vida sociocomunitária, onde se torna possível o diálogo entre moradores. Das várias tipologias de espaço público existentes destacaram-se, no contexto deste trabalho, os espaços comerciais, mais concretamente o mercado público, já que, apesar do seu nível de publicidade ser mais reduzido, os equipamentos de utilização coletiva representam uma expansão importante do domínio público, e são fundamentais na estruturação dos tecidos e redes urbanas, e na satisfação das necessidades das populações.

Para tal, foi feita uma análise tipológica deste equipamento ao longo da história, de forma a perceber o percurso que a tipologia traçou até aos modelos atuais, e aferir assim o seu papel na cidade atual.

Verificou-se que o mercado acompanhou a evolução da cidade, adaptando-se a vários contextos, em função do tempo e do espaço em que se encontrava inserido, mas representando transversalmente o lugar de encontro e convívio de uma sociedade. Ainda que seja um dos tipos arquitetónicos mais antigos, e que perdure até aos dias de hoje, o mercado não se encontra atualmente tão presente no contexto da cidade, enfrentando a concorrência de outras formas de comércio. Verifica-se agora uma desadequação e desvalorização quer da estrutura física do mercado, quer do próprio “evento” do mercado, pelo que importa refletir sobre o papel que este pode ocupar atualmente na sociedade e de que forma pode ser explorado pela arquitetura no desenvolvimento de novos modelos. Termina-se este estudo com o reconhecimento de que, com um valor urbano inegável, a permanência da tipologia depende da sua metamorfose, através de uma atuação multidirecionada, que considere a modernização e otimização destes espaços, respeitando a preexistência, adaptando-o ao novo tipo de consumidor, reinterpretando, então, a sua função no contexto urbano.

No sentido de aferir uma estratégia capaz de fazer trabalhar em conjunto o ambiente, as pessoas e a economia, e por isso promotora do desenvolvimento sustentável das cidades e das suas periferias, foi ainda abordado o tema da Agricultura Urbana, tendo-se mostrado uma ferramenta útil na requalificação no Bairro do Casal Novo, mas também como uma prática promotora de qualidade de vida para os seus habitantes.

O enquadramento teórico, assim como a análise efetuada ao bairro, foram fulcrais para suportar as decisões de projeto de reabilitação do bairro do Casal Novo, tendo sido então delineada uma estratégia que pretende responder positivamente à problemática em causa a nas suas várias dimensões.

A estratégia adotada assenta em dois níveis de atuação, em que numa primeira fase e a uma escala mais abrangente se considerou necessário estruturar, ordenar e hierarquizar o espaço público do bairro, mas também programar e equipar, prevendo a implementação de um conjunto de equipamentos considerados adequados na resposta às necessidades da população.

Correspondente à segunda fase da estratégia projetual, o plano urbano prevê a introdução de um mercado que surgiu com o intuito de consolidar a desejável “vida de bairro”,

assumindo-se como lugar de encontro e proporcionando a interação dos moradores. Este equipamento funciona de forma integrada com as hortas urbanas propostas, bem como um Centro de Agricultura, pretendendo-se a inclusão da comunidade no ciclo que é proposto, através da aprendizagem de todo o ciclo de vida do produto consumido desde a sua produção, comercialização, confeção, até à compostagem. A extensão do programa a funções tão diversificadas prende-se com a intenção de unificar esta estrutura num equipamento capaz de proporcionar diversas atividades, assegurando a eficácia do equipamento para além do horário de funcionamento do mercado. A solução, personalizada ao contexto do lugar, satisfaz as carências funcionais do bairro, e promove o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

O programa implementado, pela sua articulação e formalização, molda um novo património comum entre os habitantes do Casal Novo e contribui para a sua identidade urbana. Espera-se por isso que este equipamento se assuma como uma centralidade, capaz de reverter a situação atual, e concorrer na reabilitação do bairro do Casal Novo.

A conceção deste equipamento foi pensada como parte de uma solução para a revitalização específica do bairro do Casal Novo, mas pretende-se também que a tipologia desenvolvida se apresente como uma alternativa válida na reinterpretação do papel do mercado na cidade e sociedade contemporâneas, podendo ser adaptada em processos de reconversão de outros territórios.

(19 601 palavras)

BIBLIOGRAFIA

- Aguirre, C. (2009). Reconversion d'un quartier d'origine clandestin. Portela da Azoia – AUGI (tese de mestrado). FA, UTL.
- Alves, J. (2009). Loteamentos Clandestinos (LDA), Verbo Jurídico.
- Araújo, L. (2011). Espaço Público como estratégia de intervenção em áreas urbanas de génese ilegal. Uma proposta para o Bairro da Cova da Moura (tese de mestrado). IST, UTL.
- Baptista, A. (1996). Programas urban e reabilitação urbana. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- Brandão, P. (2002). O chão da cidade. Lisboa: Centro Português Design.
- Brandão, P. (2008). A Identidade dos Lugares e a sua representação colectiva. Lisboa: DGOTDU.
- Cabral, P. (2011). Áreas Urbanas de génese ilegal. projectos para a legalização de um sonho: Actas da conferência--Centro Cultural de Cascais. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Carmona, M. (2003). Public places, urban spaces. Oxford: Architectural Press.
- Coleman, P. (2006). Shopping Enviromnents: Evolution, Planning and Design. Architectural Press.
- Costa, D. (2008). As Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Contributos para um modelo de avaliação de desempenho urbanístico (tese de mestrado). IST, UL.
- Gehl, J. (2011). Life between buildings: using public space. Londres: Island Press.
- Hertzberger, H. (1999). Lições de arquitectura para estudantes. São Paulo: Martins Fontes.
- Jorge, S. (2010). Qualificação do espaço público de loteamentos de génese ilegal na Grande área Metropolitana de Lisboa, in RAPOSO et al. Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil. São Paulo: EDUC.
- Leal, I. (2011). A (re)interpretação do mercado. O caso do bairro padre cruz (tese de mestrado). FA,UTL.
- Lynch, K. (1960). A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70.
- Machado, A & Machado, C. (2002). Agricultura urbana. Planaltina, DF : Embrapa Cerrados.

- Mougeot, L. (1999). Urban agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. Paper presented to the International Workshop “Growing Cities, Growing Food”. La Habana: Cuba.
- Mougeot, L. (2000). Agricultura Urbana - conceito e definição. *Revista de Agricultura urbana* n.º 1.
- Mougeot, L. (2006). *Growing better cities*. Ottawa: International Development Research Centre.
- Mumford, L. (1961). *The city in history*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Nugent, R. (2001). The Impact of Urban Agriculture on the Household and Local Economies, in *Growing Cities Growing Food* (pp. 67-97). Feldafing: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security.
- Oliveira, F. (2011). De um urbanismo de expansão e de segregação a um urbanismo de contenção, de reabilitação urbana e de coesão social. Almedina.
- Pardal, S. (2006). Notas sobre o Desordenamento do Território. Comunicação apresentada no III Fórum Regional Autárquico de Faro. Resumo retirado de http://www.sidonipardal.com/4_iiiforumregionalautarquico.pdf.
- Pevsner, N., Bohigas, O., Pujol Puigvehí, A., Ríambau, E., & Romaguera i Ramio, J. (1980). *Historia de las tipologias arquitectonicas*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Pintaudi, S. M. (2006). Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de Agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (81);
- Raposo, I. & Valente, A. (2010). Diálogo social ou dever de reconversão? As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº91, Páginas 221-235.
- Reis, J. (2007). Lei das augi no quadro das alterações ao regime jurídico de gestão territorial - novas soluções para velhos problemas – O PPR. In *VI Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa.

- Richter J, Schnitzler, W.H. & Gura, S. (1995). Vegetable production in periurban areas in the tropics and subtropics: food, income and quality of life, in *Growing Cities Growing Food* (pp. 67-97). Feldafing: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security.
- Ripol, J. C. (2010). El Papel de los Mercados Municipales en la Vertebración Económica y Social de las Ciudades. *Distribución y Consumo*, ano 9, número 44, 1999, p. 23-28.
- Rodrigues, A. (2005). *Loteamentos Ilegais – Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, C., Guerra, I., Cabral, J., Gaspar, J., Fernandes, J., Silva, N. & Matias, N. (1989). *Clandestinos em Portugal*. Leituras. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, P. (2011). *Procedimentos de legalização das habitações existentes em territórios de génese ilegal (TGI): Loures; Amadora; Oeiras e Cascais (tese de mestrado)*. FA, UTL.
- Rodrigues, P. (2013). *Redesenhar e requalificar o Lugar - o Bairro na Cidade*. FA, UTL.
- Salgado, M. (2002). Espaço Público in: Louro, J.S. (ed), *Gestão Urbana - Passado, presente e futuro*. Lisboa: Parque Expo 98, SA. pp. 90
- Salgueiro, T. B. (1995). *A cidade em Portugal. Uma geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Schmiechen, J., & Carls, K. (1999). *The British market hall*. New Haven: Yale University Press.
- Tenedório, J. (2003). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- Vargas, H. (2000). Comércio e cidade: uma relação de origem, in Worcman, K., & Leonor, C. (2012). *Memórias do comércio paulista*. São Paulo: Edições SESC SP.
- Vargas, H. C. (2001). *Espaço Terciário. O Lugar a arquitetura e a Imagem do comércio*. São Paulo: SENAC.
- Vargas, H. (2005). Comércio e serviços varejistas nos estudos urbanos e a complexidade na produção do conhecimento. In *I colóquio internacional de comércio e cidade: uma relação de origem*. São Paulo.

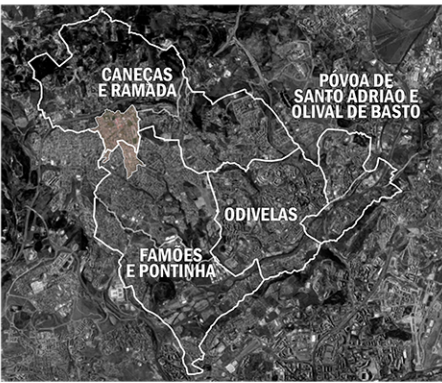
- Viljoen, A., e Bohn, K. (2005). Continuous Productive Urban Landscapes: Urban agriculture as an essential infrastructure. *Revista de Agricultura Urbana* n.º15, 34-36.
- Zeeuw, H., Sabine, G., & Waibel, H. (2001). The integration of agriculture in urban policies. *Growing Cities Growing Food* (pp. 161-180). Feldafing: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security.
- Zeeuw, H. (2004). The development of Urban Agriculture; some lessons learnt. *Urban Agriculture, Agro-tourism and City Region Development*. Beijing: Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security.

ANEXOS

PAINÉIS FINAIS



ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS NA AML



ENQUADRAMENTO DO BAIRRO DO CASAL NOVO NO MUNICÍPIO DE ODIVELAS



LIMITES DO BAIRRO DO CASAL NOVO



DISPERSÃO



ESTRUTURA

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Zona calma e tranquila;</p> <p>Terreno e habitação a preços mais acessíveis;</p> <p>Proximidade a eixos viários estruturantes que fazem a ligação a Lisboa (IC16, IC17 e IC22);</p> <p>Relação cidade-campo, em que é feito o aproveitamento dos espaços vazios para cultivo de hortas;</p> <p>Processo de legalização da AUGI praticamente finalizado;</p> <p>População pouco envelhecida.</p>	<p>AUGI;</p> <p>Zona periférica;</p> <p>Ausência de planeamento urbano;</p> <p>Ausência de espaços verdes e espaços públicos;</p> <p>Ausência de equipamentos públicos adequados;</p> <p>Baixa densidade de ocupação de construção;</p> <p>Fraca qualidade arquitectónica (da generalidade) do edificado;</p> <p>Insuficiente oferta de comércio e serviços;</p> <p>Desertificação, dada a falta de espaços de sociabilidade;</p> <p>Insuficientes transportes públicos e consequente uso excessivo do transporte individual;</p> <p>Acessibilidades e mobilidade urbana deficitárias;</p> <p>Inexistência de ordem, hierarquia e caracterização da rede rodoviária;</p> <p>Existência de poucos serviços percecionados como úteis para a população de fora do bairro limitando a entrada no mesmo;</p> <p>Inexistência de espaços que fomentem e apoiem o auto-emprego e empreendedorismo;</p> <p>Necessidade de procura de oportunidades de trabalho fora do bairro.</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Reconfigurar os acessos;</p> <p>Converter a situação ilegal do bairro;</p> <p>Reposicionar o bairro no contexto de Odivelas;</p> <p>Requalificação do bairro através da inserção de equipamentos e espaços públicos;</p> <p>Possibilidade de intervir nos terrenos baldios existentes;</p> <p>Promoção da inclusão e interação da comunidade, contribuindo para um bem-estar social e para a qualidade de vida dos habitantes do bairro;</p> <p>Criação de emprego local;</p> <p>Alteração da imagem associada ao bairro através da introdução de referências espaciais que funcionem como polo de atração tanto à comunidade local como aos seus visitantes.</p>	<p>Segregação territorial e social;</p> <p>Mobilidade forçada;</p> <p>Falta de relacionamento entre a população;</p> <p>Bairro dormitório;</p> <p>Estigmatização do bairro devido à imagem negativa associada às AUGI;</p> <p>Desarticulação sociocomunitária.</p>

ANÁLISE SWOT

PLANTA DE SITUAÇÃO - ESC 1:5000

1º - ESTRUTURAR - ORDENAR, HIERARQUIZAR

Considerou-se necessária a criação de uma estrutura, ou uma lógica, que permita uma leitura ordenada do bairro, pelo que foi estudada a inserção de uma malha tipo GRELHA que lhe conferisse uma linguagem coesa

A grelha é, no fundo, um sistema de intervenção ou de desenho de cidade de princípios extremamente simples, que permite ordenar e hierarquizar o território, deixando liberdade no que toca à sua caracterização

Sob a base matricial existente, em que a divisão dos lotes para moradias unifamiliares sugere alguma preocupação no sentido de formar quarteirões, foi definida uma dimensão de BANDA constante, em que a conjugação das referidas bandas, densificadas na frente urbana, formará os novos QUARTEIRÕES. Estes quarteirões advêm da segunda medida tomada, a HIERARQUIA VIÁRIA

No sentido de ordenar o bairro, a hierarquia viária tem também um papel de extrema importância, já que infere para uma mais fácil e coerente mobilidade, tanto dentro do bairro como também para quem a ele acede. Mantendo-se os principais fluxos já existentes, quer associados ao tráfego como ao comércio de proximidade, serviços e transportes públicos, a Rua do Brasil, Rua Casal do Abadeço e Rua Figueirinha e a Rua da Liberdade mantêm o seu carácter principal, ao mesmo tempo que NOVOS PERPIS DE RUA são propostos

Para isso foram pensados três tipos de via: Principal - de dois sentidos e arborizada; Secundária - de dois sentidos ou de um sentido com estacionamento paralelo; Pedonal (de uso partilhado) - com acesso limitado de viaturas (excecionalmente para moradores), de dois sentidos ou de um sentido com estacionamento paralelo. De acordo com os objetivos traçados, estas ruas pedonais, têm o objetivo de promover uma aproximação entre zonas com características muito distintas, pretendem incentivar os modos suaves, tais como bicicletas e mobilidade pedonal entre os habitantes do bairro, contrariando a atual primazia do automóvel sobre o peão

2º - PROGRAMAR- EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO, SERVIÇOS

No sentido de programar e equipar o bairro, o objetivo prendeu-se com a tentativa de ir de encontro às necessidades específicas do território e da sua população, mas também incluir equipamentos que sejam percecionados de interesse numa rede mais alargada

A estratégia adotada tem como propósito criar lugares de encontro e de sociabilidade. Criar para além de uma centralidade, uma ligação entre os vários núcleos que compõe o bairro, pelo que os equipamentos que se propõem implementar relacionam-se e complementam os usos atuais do bairro, tornando-se estruturadores do lugar

Propõe-se a criação de

HABITAÇÃO PARA JOVENS
RESIDÊNCIAS SÉNIOR
CRECHE
EQUIPAMENTO DESPORTIVO
MERCADO
HORTAS URBANAS
CENTRO DE AGRICULTURA
IGREJA
CENTRO COMUNITÁRIO
PARQUES INFANTIS
ZONAS VERDES

QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL
DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA
DINAMIZAÇÃO SOCIAL
DINAMIZAÇÃO CULTURAL



MARCAÇÃO DAS BANDAS



SENTIDOS TRÁFEGO



HIERARQUIA VIÁRIA



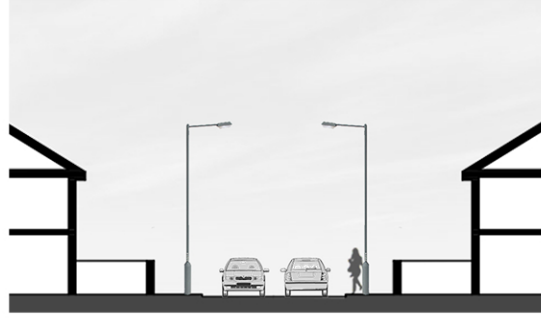
MALHA RESULTANTE - FORMAÇÃO DOS QUARTEIRÕES



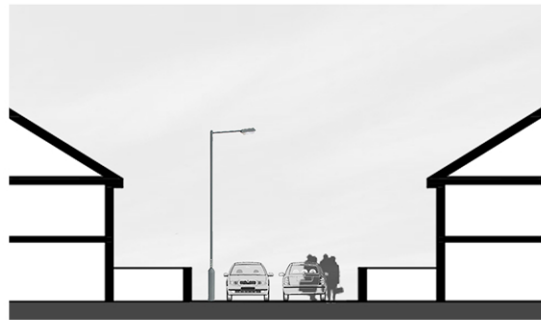
- ● ● ● RUA PRINCIPAL
- ● ● ● RUA SECUNDÁRIA
- ● ● ● RUA SECUNDÁRIA TIPO 2
- RUA ACESSO CONDICIONADO/PEDONAL
- EDIFÍCIOS EXISTENTES
- EDIFÍCIOS PROPOSTOS
- ZONAS VERDES



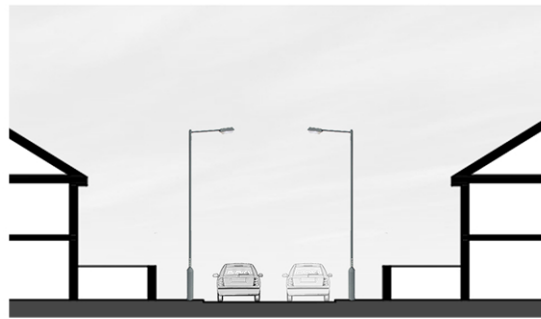
RUA PRINCIPAL - DOIS SENTIDOS, ARBORIZADA



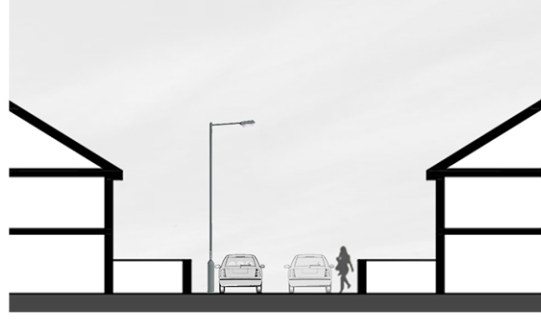
RUA SECUNDÁRIA- DOIS SENTIDOS



RUA SECUNDÁRIA TIPO 2- SENTIDO ÚNICO, ESTACIONAMENTO PARALELO



RUA ACESSO CONDICIONADO/PEDONAL - SENTIDO ÚNICO, ESTACIONAMENTO PARALELO



RUA ACESSO CONDICIONADO/PEDONAL - SDOIS SENTIDOS



O local escolhido para a implantação deste equipamento é um terreno baldio, de cerca de 11.500m2, que tem como limites a Rua Brasil, a larga maioria do comércio e os transportes que servem o bairro, define a sua centralidade, e a Rua da Liberdade, que serve pequenas moradias unifamiliares, tendo por isso um carácter residencial



O programa procura a inclusão da comunidade no ciclo que é proposto desde a APRENDIZAGEM de novas técnicas de plantação, ao CULTIVO, ao TRATAMENTO e PREPARAÇÃO dos bens colhidos, à sua VENDA no mercado e CONFEÇÃO no restaurante, até ao aproveitamento de desperdícios para COMPOSTAGEM, relacionando conceitos como a natureza e ecologia com lazer, educação e economia. Este percurso cíclico do produto, para além de promover uma maior consciencialização ecológica, é essencial no suporte de um dos princípios suportados neste trabalho: a SUSTENTABILIDADE



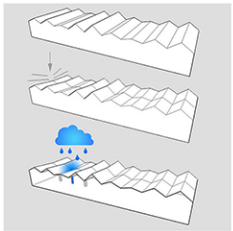
Propõe-se a criação de um MERCADO, que, para além da sua função primordial enquanto local de comercialização e troca de produtos, é também um local de convívio e de encontro. O mercado tem a capacidade de terciarização da zona envolvente, de servir como uma centralidade identificável, bem como de funcionar como um símbolo que dá a conhecer a identidade do bairro



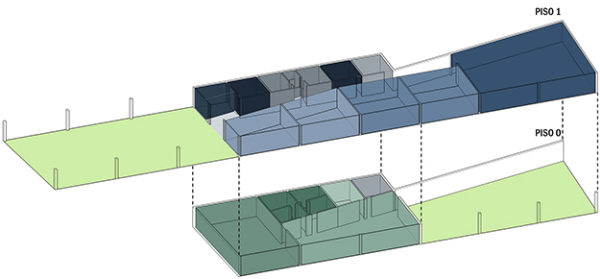
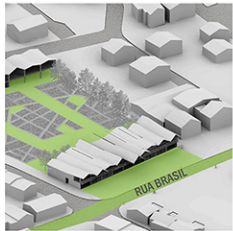
Privilegiando uma atividade que assume um papel de extrema importância para a comunidade do Bairro do Casal Novo, a agricultura, e reconhecendo-se a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, propõe-se o incentivo e implementação de HORTAS URBANAS



O conjunto do edificado eleva-se a 10 metros acima do solo, enquadrando-se no panorama da envolvente, que ao ser pautado por moradias de dois a três pisos, se eleva aproximadamente à mesma altura. O desenho das coberturas parte da intenção de representar os campos lavrados, e de fazer a ligação à terra, completando um outro ciclo, maximizando a potencialidade dos recursos naturais

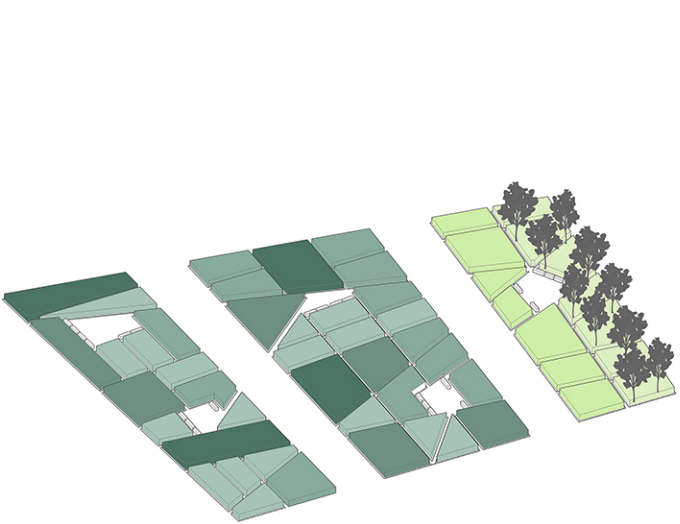


Associar o mercado à centralidade definida pela Rua Brasil - a frente do edifício relaciona-se e prolonga o eixo comercial existente, relacionando os usos propostos, como cafés, quiosques, pequenas lojas e a entrada para o mercado, com os usos atuais



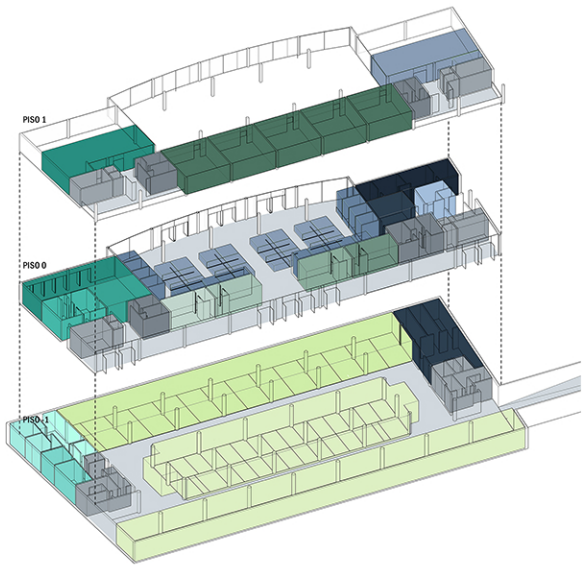
- GABINETES
- RECEÇÃO
- AUDITÓRIO
- LABORATÓRIO DE AGRICULTURA
- SALAS MULTIFUSOS
- BALNEÁRIOS
- ARMAZENS / ARRUMOS INDIVIDUAIS
- OFICINAS / ZONAS TRABALHO
- COMPOSTAGEM
- SANITÁRIOS
- CIRCULAÇÃO VERTICAL
- CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
- COBERTO EXTERIOR

CENTRO DE AGRICULTURA



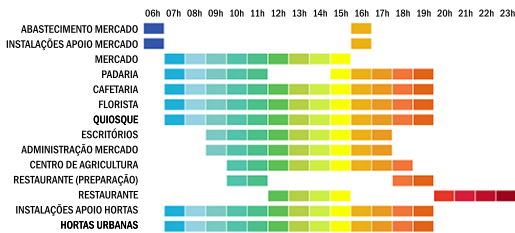
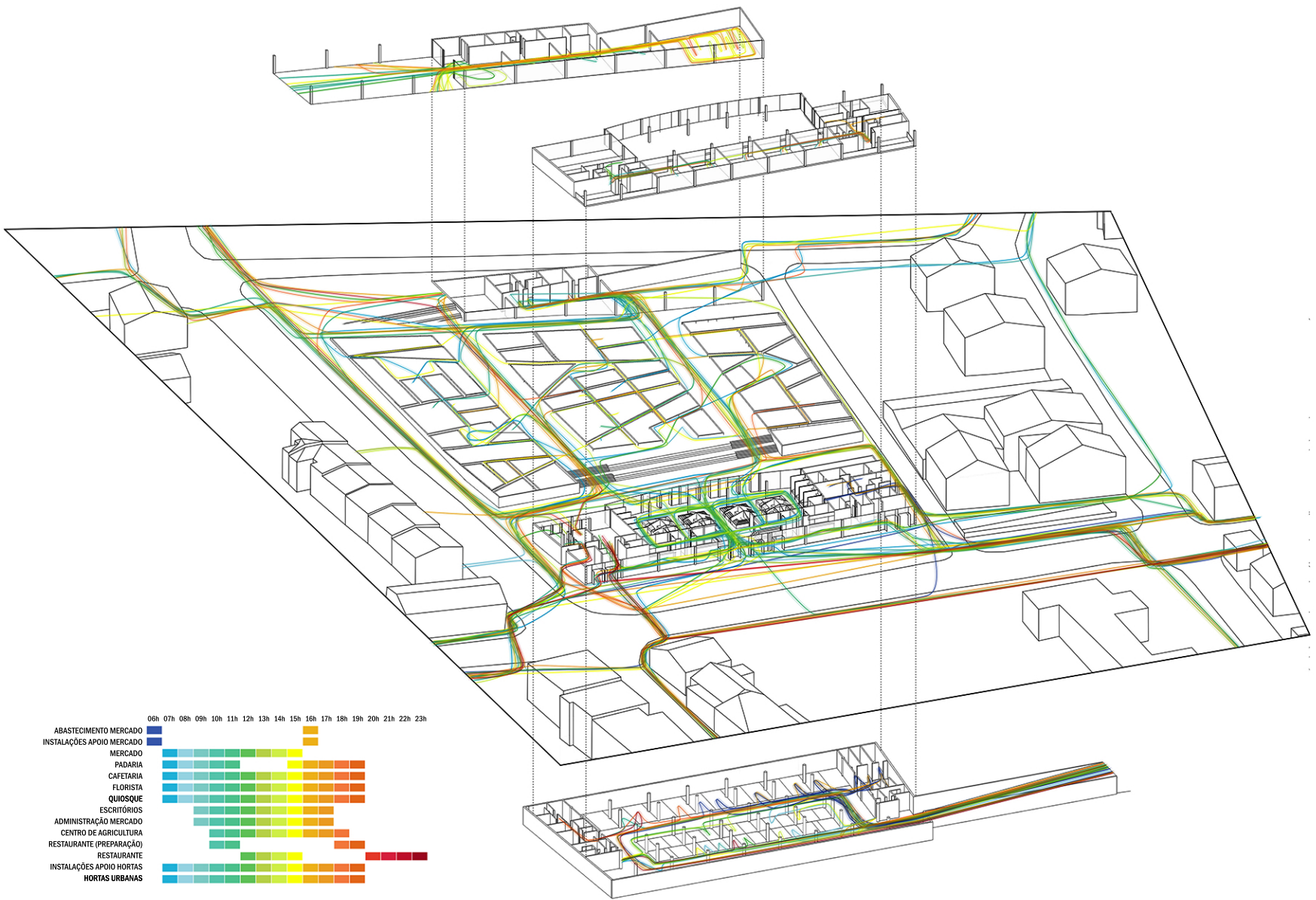
- TALHÕES DE 100M2
- TALHÕES DE 75 M2
- TALHÕES DE 50 M2
- TALHÕES DE 35 M2
- HORTA PEDAGÓGICA
- POMAR PEDAGÓGICO

HORTAS URBANAS

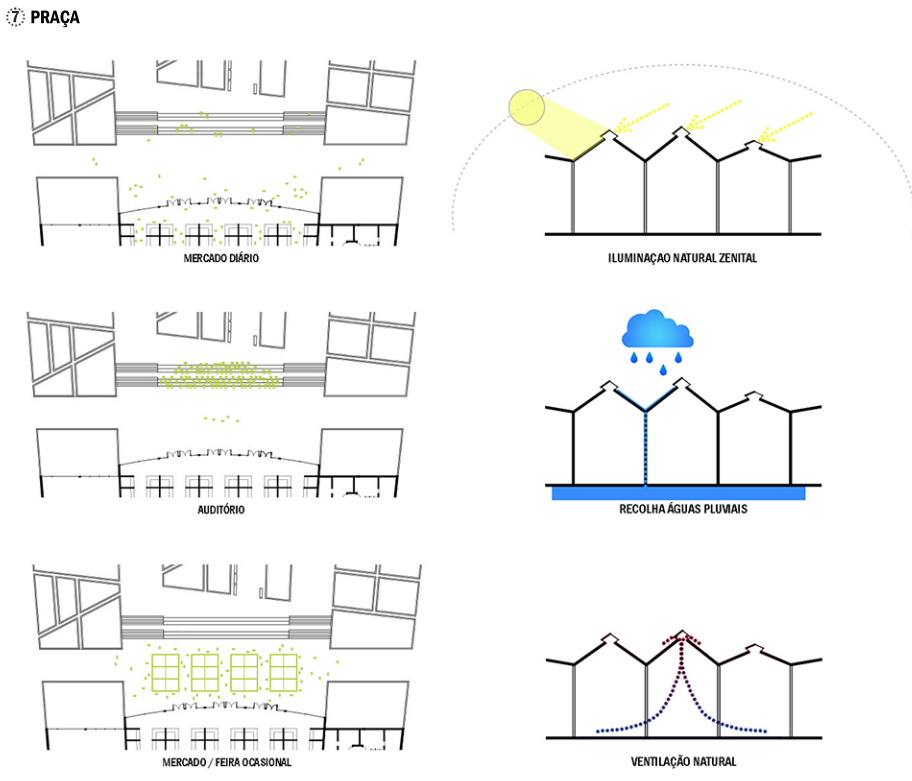


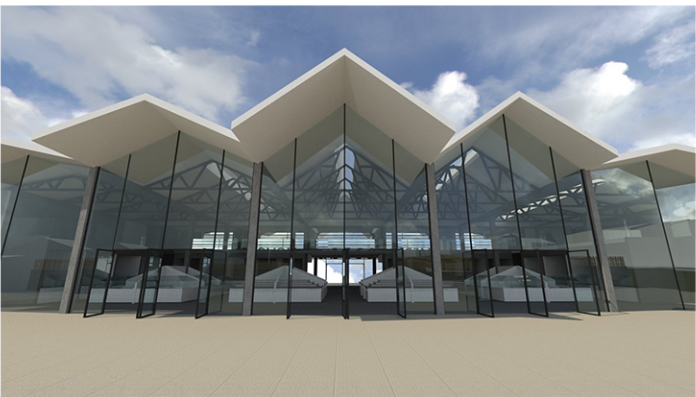
- BALNEÁRIOS FUNCIONÁRIOS
- COPA FUNCIONÁRIOS
- BANCAS FECHADAS
- BANCAS ABERTAS
- ÁREA ADMINISTRATIVA
- ENTRADA SERVIÇO
- ESCRITÓRIOS
- QUIOSQUE
- FLORISTA
- CAFETARIA
- PADARIA
- SALA REUNIÕES
- COZINHA
- ARMAZEM RESTAURANTE
- L.S. FUNCIONÁRIOS RESTAURANTE
- COPA FUNCIONÁRIOS RESTAURANTE
- SANITÁRIOS
- CIRCULAÇÃO VERTICAL
- CIRCULAÇÃO HORIZONTAL
- CARROS E DESCARGAS
- ESTACIONAMENTO

MERCADO

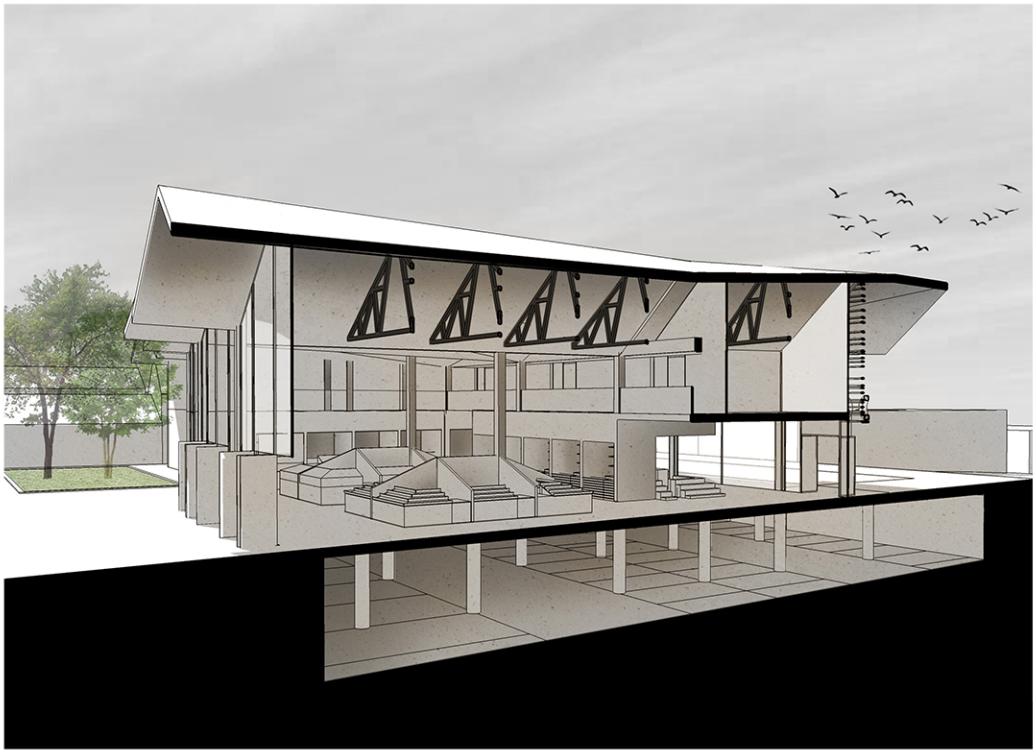


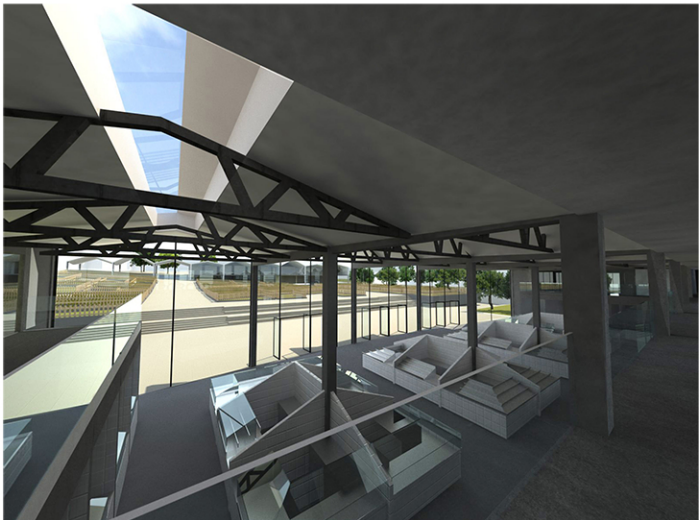
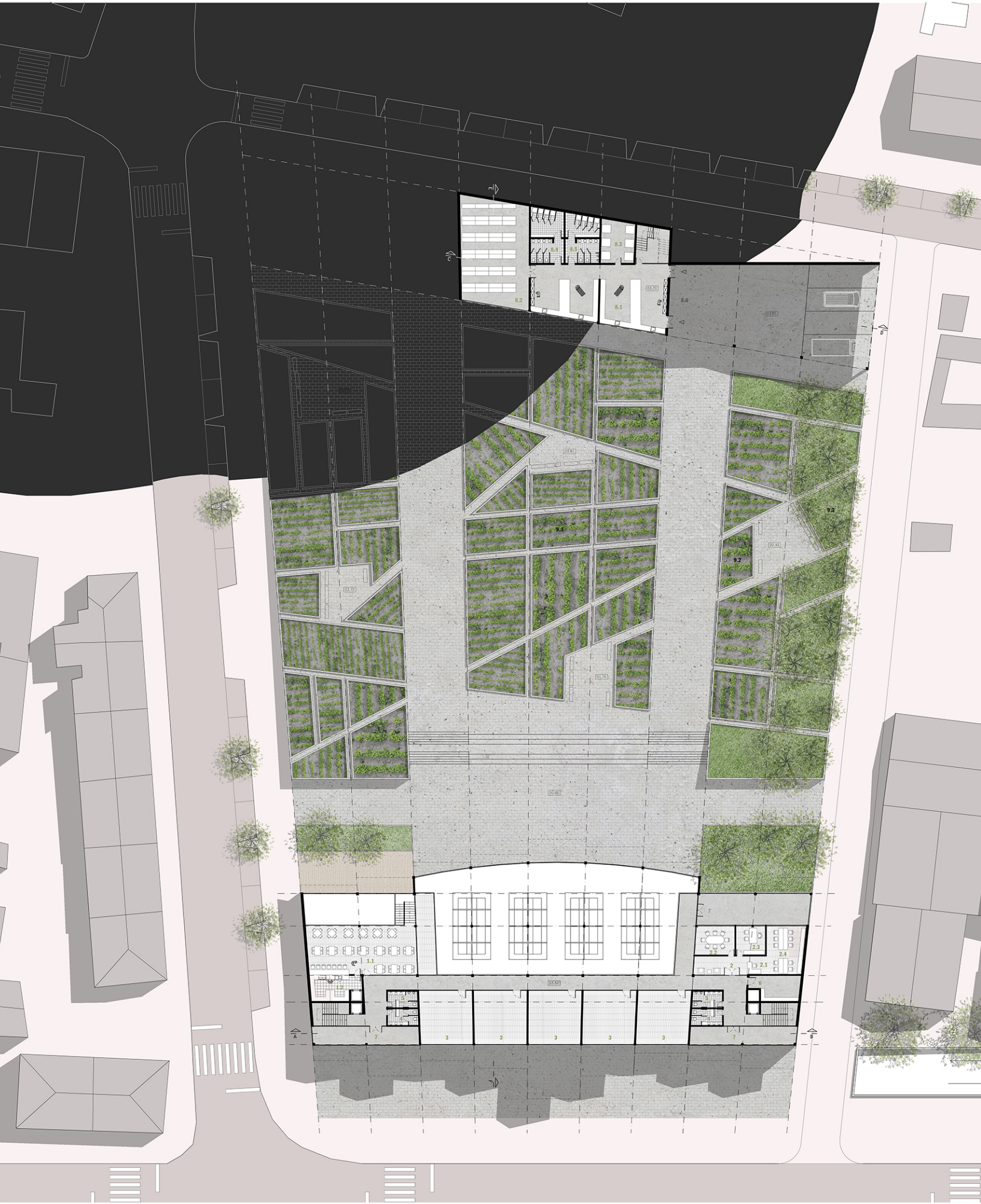
MAPA DE FLUXOS AO LONGO DO DIA



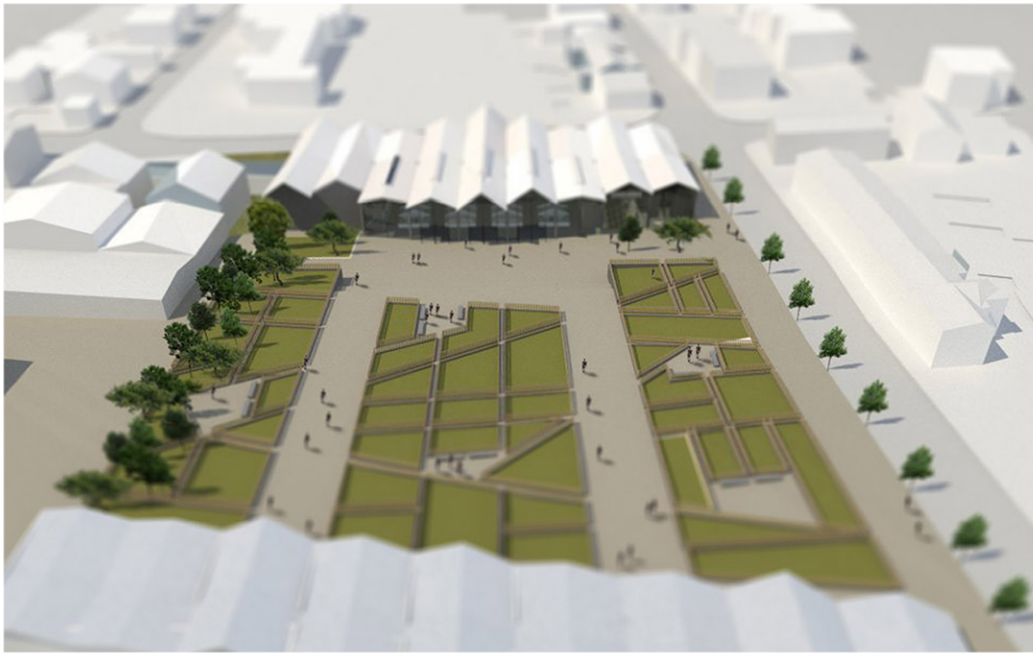


1 - RESTAURANTE	258,10 m²
1.1 COZINHA	26,40 m ²
1.2 COPA SUJA	08,50 m ²
1.3 ZONA LIXOS	04,30 m ²
1.4 ENTRADA SERVIÇO	05,50 m ²
1.5 BAR	09,50 m ²
1.6 LOUNGE	36,50 m ²
1.7 ENTRADA RESTAURANTE	13,60 m ²
1.8 I.S. MASC	08,20 m ²
1.9 I.S. FEM	06,70 m ²
1.10 SALA REFEIÇÕES	48,70 m ²
1.11 ESPLANADA CIRCULAÇÕES	81,20 m ²
	09,00 m ²
2 - MERCADO	384,20 m²
2.1 BANCAS CARNE	21,00 m ²
2.2 BANCAS CHARCUTARIA E LACTÍCIOS	92,20 m ²
2.3 BANCAS FRUTAS E LEGUMES	92,20 m ²
2.4 BANCAS PESCADOS	21,00 m ²
2.5 BANCAS ALIMENTOS NÃO FRESCOS	40,00 m ²
2.6 ZONA MANUTENÇÃO E LIMPEZA	08,90 m ²
2.7 ARRUMOS	03,60 m ²
2.8 I.S. / BANHEIROS FEM	25,00 m ²
2.9 I.S. / BANHEIROS MASC	30,10 m ²
2.10 COPA FUNCIONÁRIOS	22,90 m ²
2.11 ZONA TÉCNICA/ CONTROLO ENTRADA	03,70 m ²
2.12 ZONA LIXOS	11,30 m ²
2.13 ZONA LAVAGEM/ CONTENTORES	03,30 m ²
2.14 ENTRADA SERVIÇO CIRCULAÇÕES	09,00 m ²
	33,30 m ²
3 - FOYER MERCADO	273,70 m²
3.1 PADARIA	21,80 m ²
3.2 CAFETARIA	22,10 m ²
3.3 FLORISTA	22,10 m ²
3.4 QUIOSQUE	21,80 m ²
3.5 I.S. FEM	13,00 m ²
3.6 I.S. MASC	10,30 m ²
3.7 I.S. COND MOB	04,40 m ²





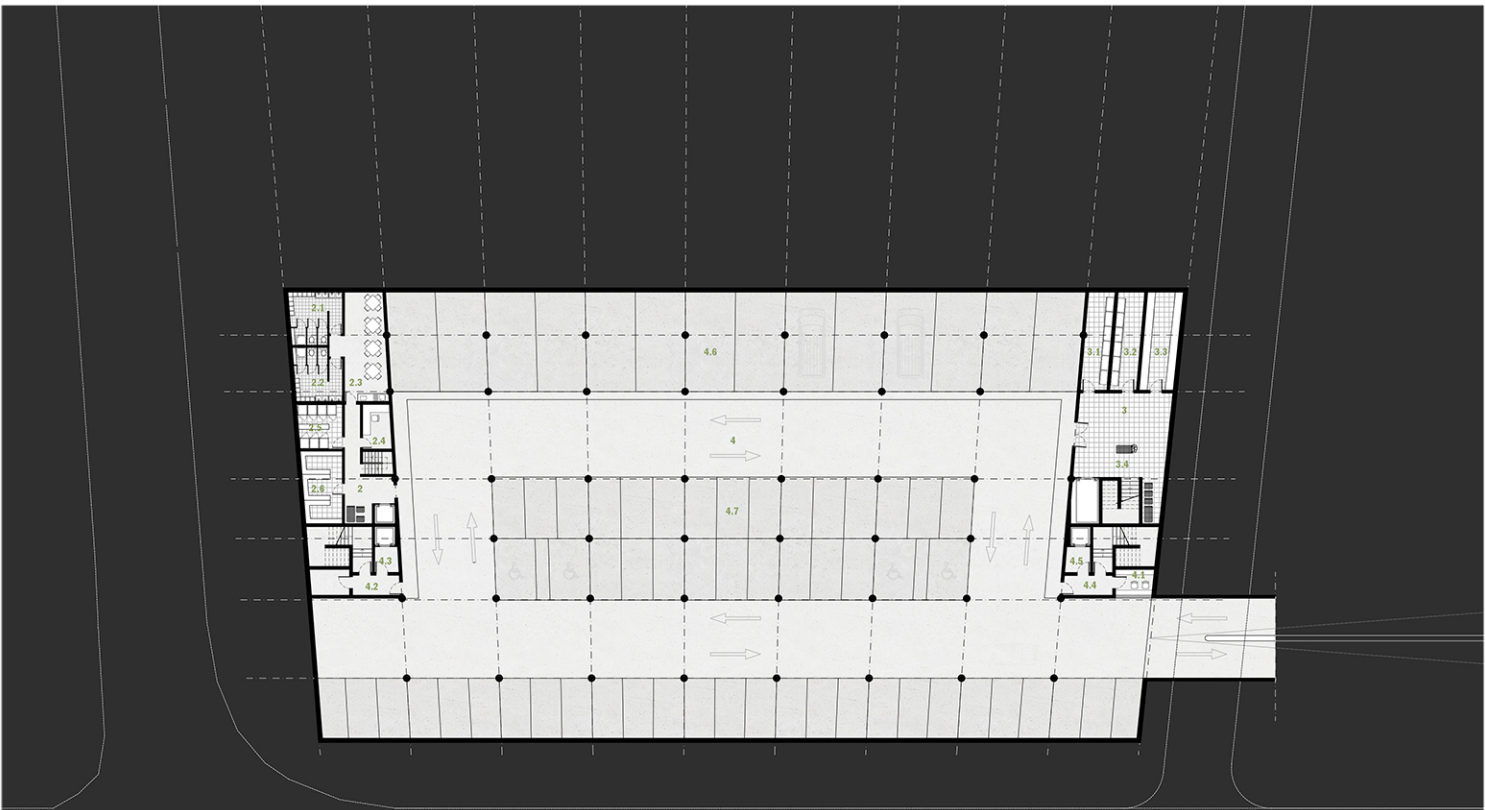
1- RESTAURANTE	110,80 m ²
1.1- SALA REFEIÇÕES PISO 1	90,40 m ²
1.2- COPA	20,40 m ²
2- ADMINISTRAÇÃO MERCADO	87,60 m ²
2.1- RECEPÇÃO	04,00 m ²
2.2- SALA REUNIÕES	19,60 m ²
2.3- GABINETE	14,50 m ²
2.4- OPEN SPACE	49,50 m ²
3- ESCRITÓRIO	48,40 m ²
4- I.S. FEM	08,70 m ²
5- I.S. MASC	08,40 m ²
6- ARRUMOS	19,80 m ²
7- COBERTO EXTERIOR	26,10 m ²
CIRCULAÇÕES	153,80 m ²
8- APOIO HORTAS URBANAS	384,20 m ²
8.1- ZONA TRABALHO	101,10 m ²
8.2- ARMAZÉM - ARRUMOS INDIVIDUAIS	122,80 m ²
8.3- DEPÓSITOS COMPOSTAGEM	24,20 m ²
8.4- I.S. / BALNEÁRIO FEM	29,80 m ²
8.5- I.S. / BALNEÁRIO MASC	27,30 m ²
8.6- COBERTO EXTERIOR	310,50 m ²
9- HORTA URBANA	3015,00 m ²
9.1- TALHÕES INDIVIDUAIS	2184,00 m ²
9.2- HORTA PEDAGÓGICA	420,00 m ²
9.3- POMAR PEDAGÓGICO	411,00 m ²





PLANTA PISO 2

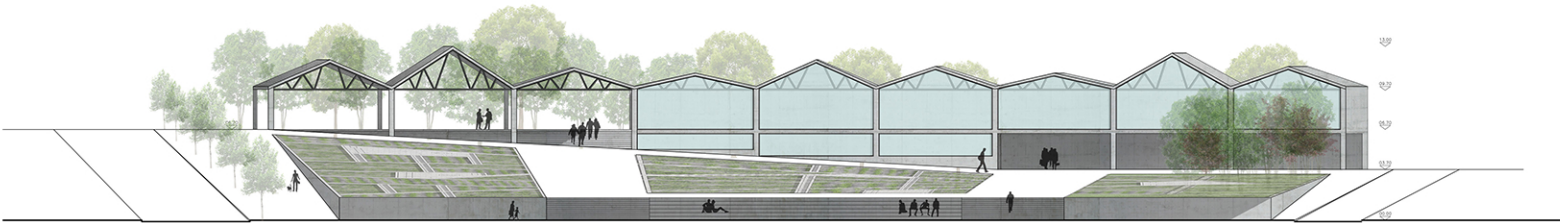
1 - CENTRO DE AGRICULTURA	638,50 m²	2 - RESTAURANTE - ÁREA SERVIÇO	105,10 m²	4 - ESTACIONAMENTO	384,20 m²
1.1 - RECEÇÃO	20,80 m²	2.1 - I.S. / BANHEIROS MASC	14,50 m²	4.1 - CONTROLO	05,80 m²
1.2 - FOYER	82,80 m²	2.2 - I.S. BANHEIROS FEM	13,50 m²	4.2 - ANTE-CÂMARA ESQ	05,40 m²
1.3 - GABINETE	19,10 m²	2.3 - COPA	25,40 m²	4.3 - ANTECÂMARA ELEVADOR ESQ	03,50 m²
1.4 - I.S. FEM	14,80 m²	2.4 - ESCRITÓRIO	07,10 m²	4.4 - ANTECÂMARA DIR	05,40 m²
1.5 - I.S. MASC	15,70 m²	2.5 - ARMAZÉM FRIGORÍFICO	16,50 m²	4.5 - ANTECÂMARA ELEVADOR DIR	03,50 m²
1.6 - I.S. COND MOB	03,90 m²	2.6 - ARMAZÉM SECOS	11,00 m²	4.6 - CARGAS E DESCARGAS (14 LUGARES)	08,90 m²
1.7 - SALA REUNIÕES	26,20 m²	- CIRCULAÇÕES	17,10 m²	4.7 - ESTACIONAMENTO (55 LUGARES)	1810,00 m²
1.8 - SALA TRABALHO/FORMAÇÕES	30,20 m²				
1.9 - LABORATÓRIO DE AGRICULTURA	130,20 m²	3 - MERCADO - ÁREA SERVIÇO	107,10 m²		
1.10 - AUDITÓRIO	215,60 m²	3.1 - ARMAZÉM CARNE	14,80 m²		
1.11 - ARRUMOS	19,00 m²	3.2 - ARMAZÉM PEIXE	14,80 m²		
1.12 - COBERTO EXTERIOR	396,20 m²	3.3 - ARMAZÉM FRUTAS E VEGETAIS	19,30 m²		
CIRCULAÇÕES	59,20 m²	3.4 - CARGAS E DESCARGAS	50,00 m²		



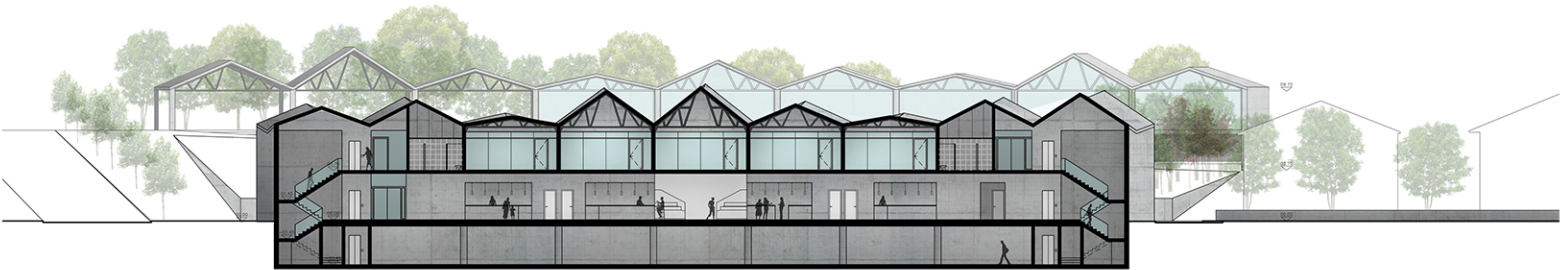
PLANTA ESTACIONAMENTO



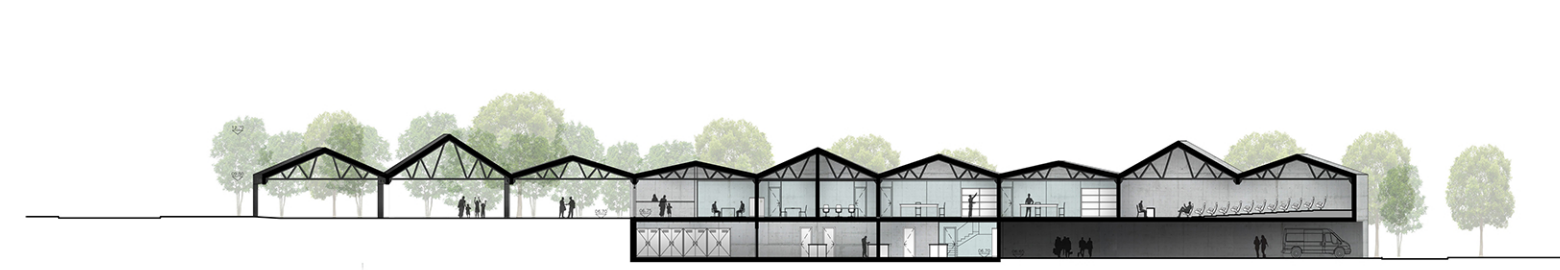
ALÇADO NORTE - MERCADO



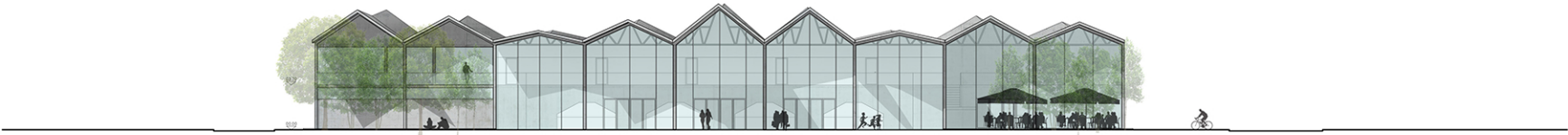
ALÇADO NORTE - CENTRO DE AGRICULTURA



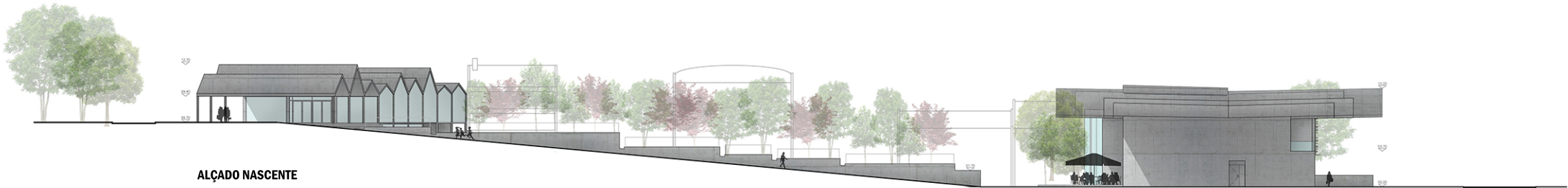
CORTE AB



CORTE CD



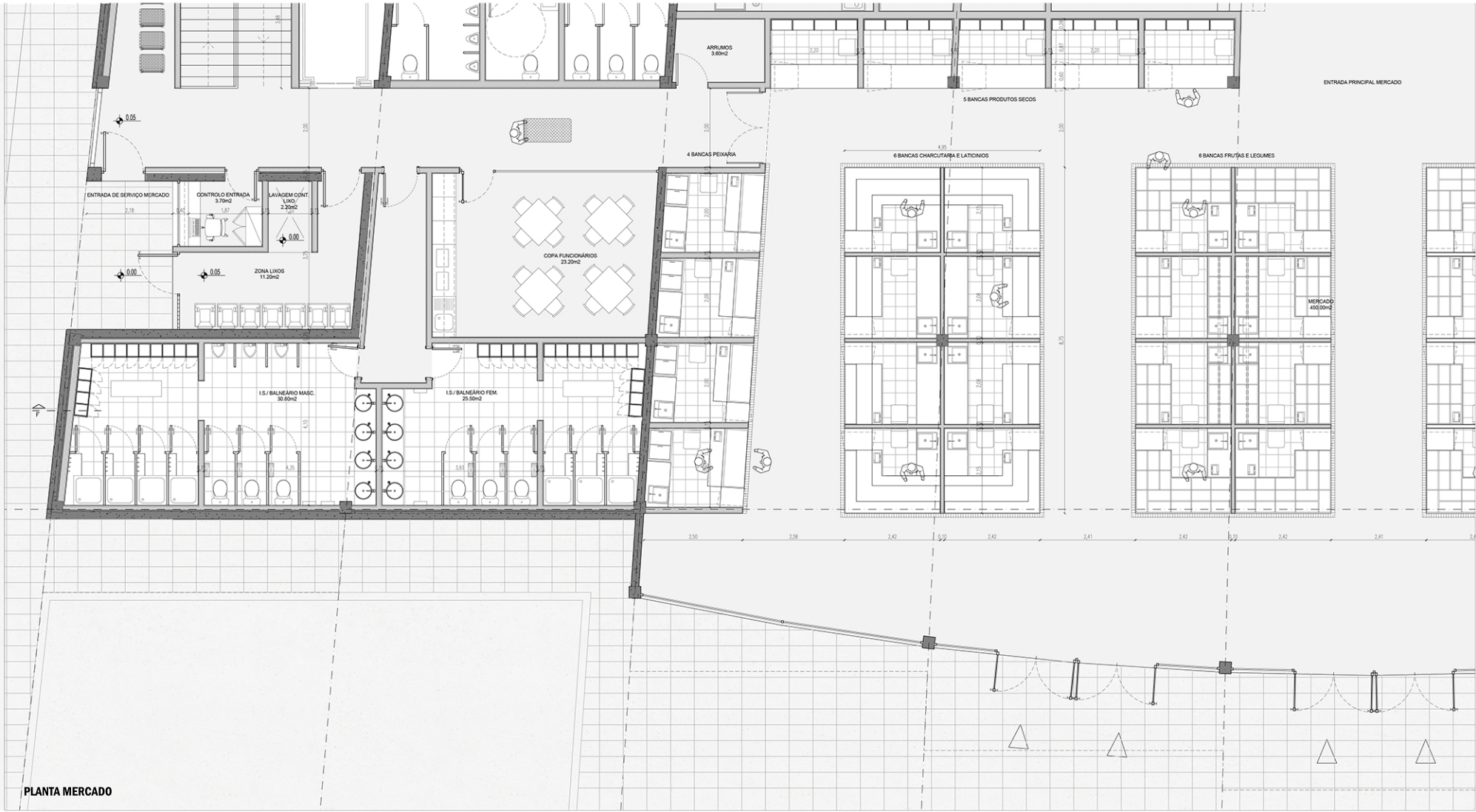
ALÇADO SUL



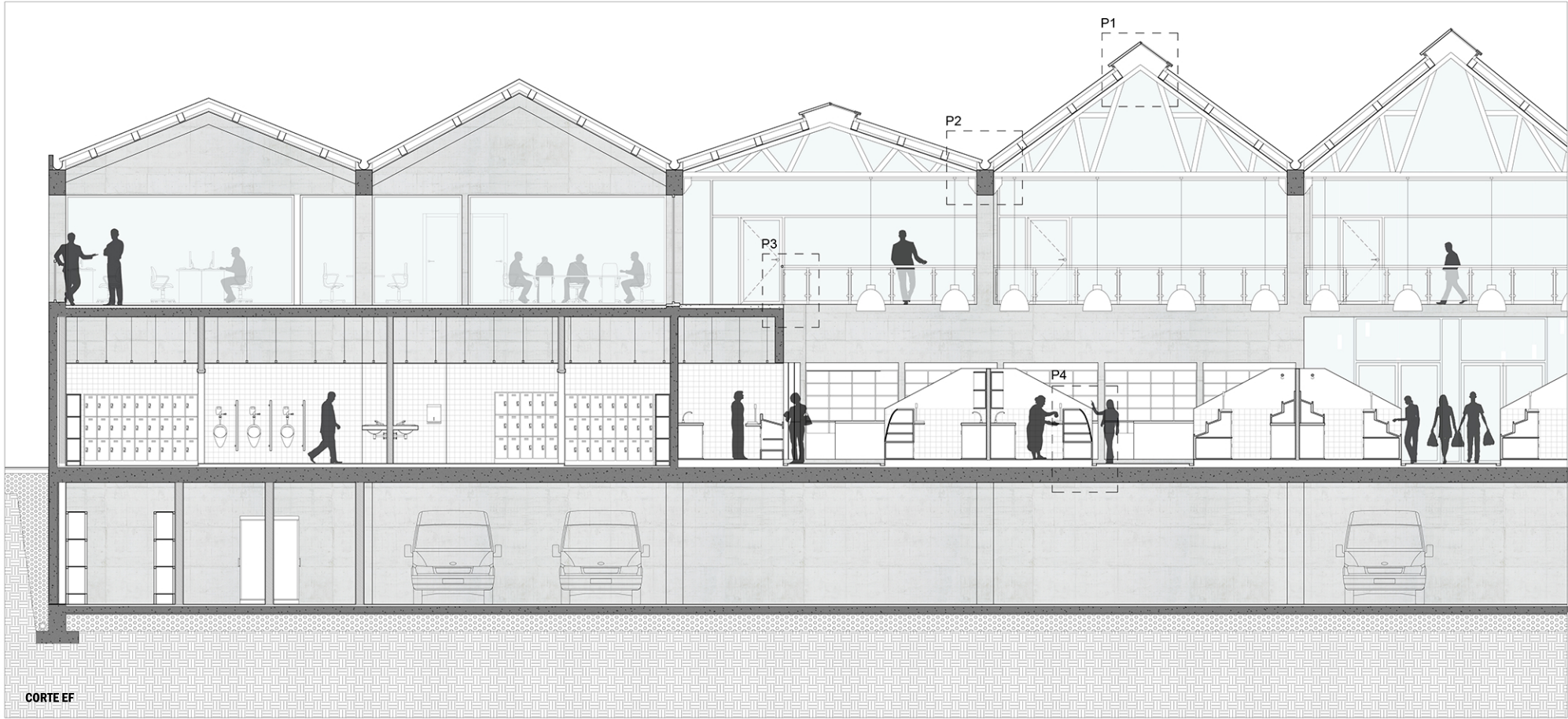
ALÇADO NASCENTE



CORTE GH



PLANTA MERCADO

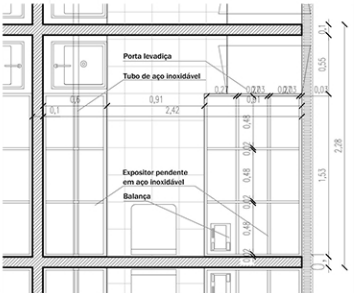


CORTE EF

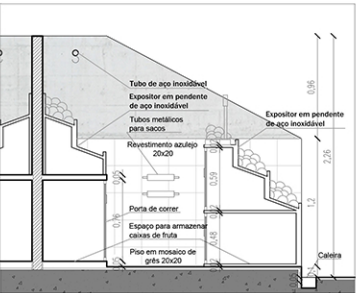
2 TIPOS DE BANCA ABERTA

BANCA DE FRUTAS E LEGUMES

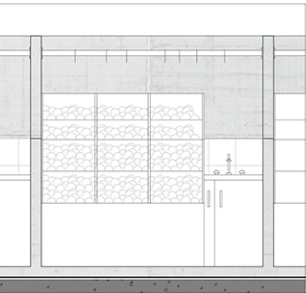
PLANTA



CORTE

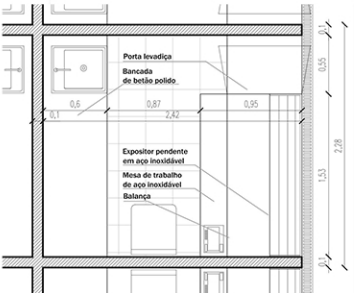


VISTA

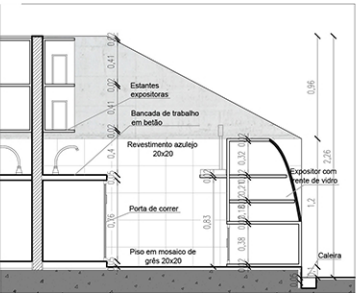


BANCA DE CHARCUTARIA E LACTICÍNIOS

PLANTA



CORTE



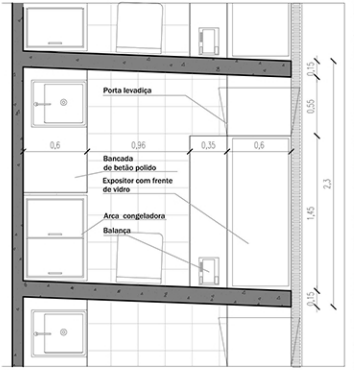
VISTA



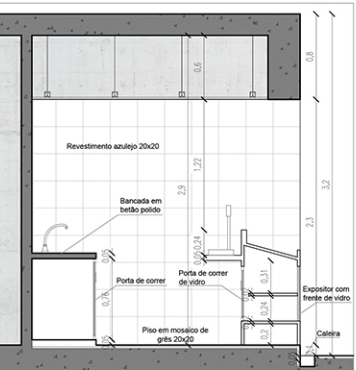
3 TIPOS DE BANCA FECHADA

BANCA DE PEIXE

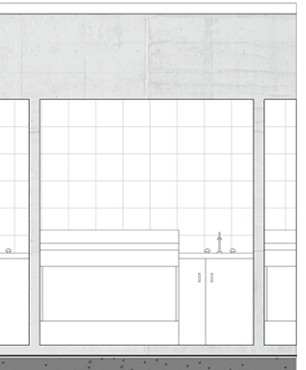
PLANTA



CORTE

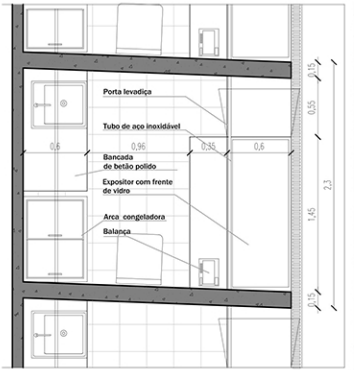


VISTA

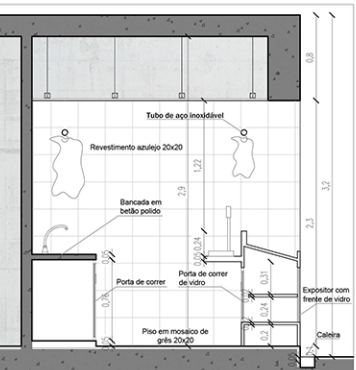


BANCA DE CARNE

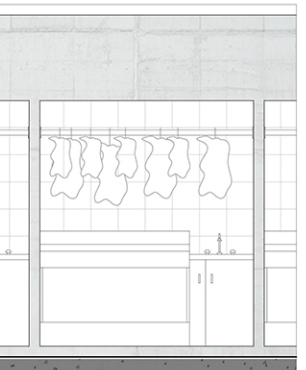
PLANTA



CORTE

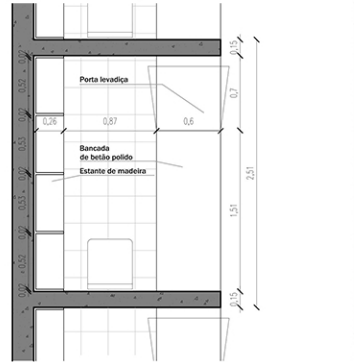


VISTA

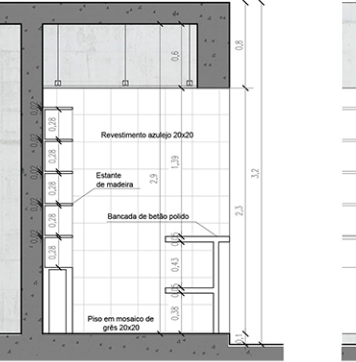


BANCA DE SECOS

PLANTA



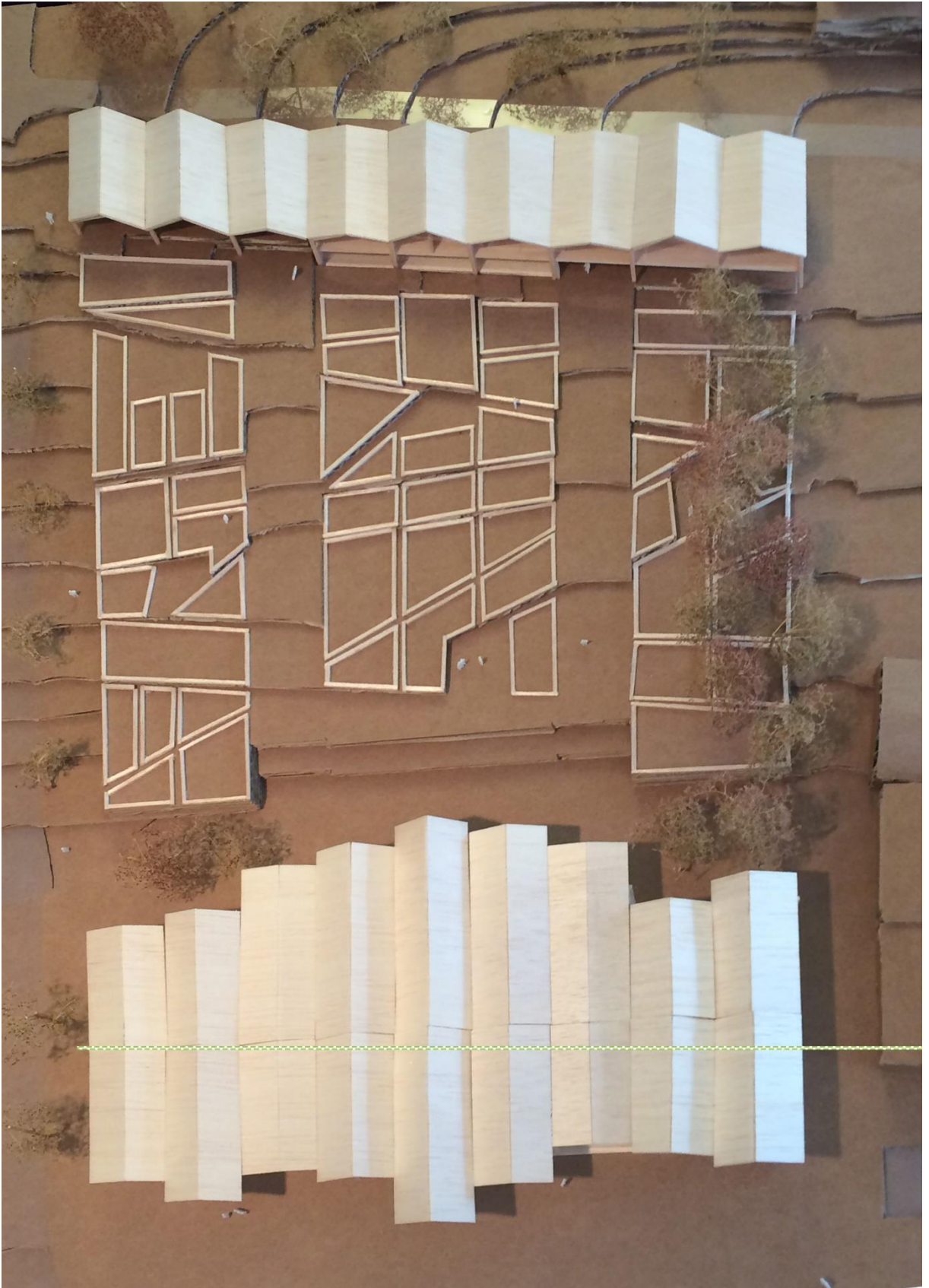
CORTE



VISTA



MAQUETE



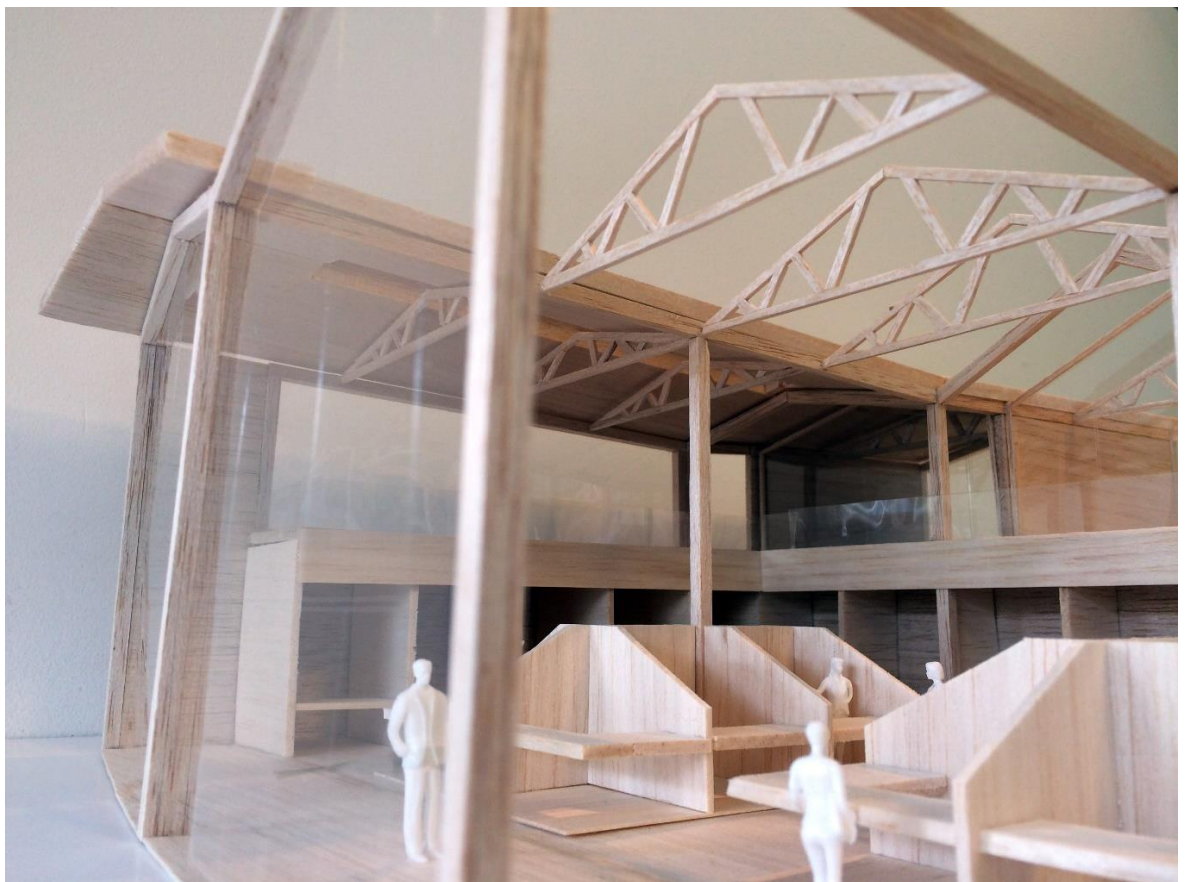




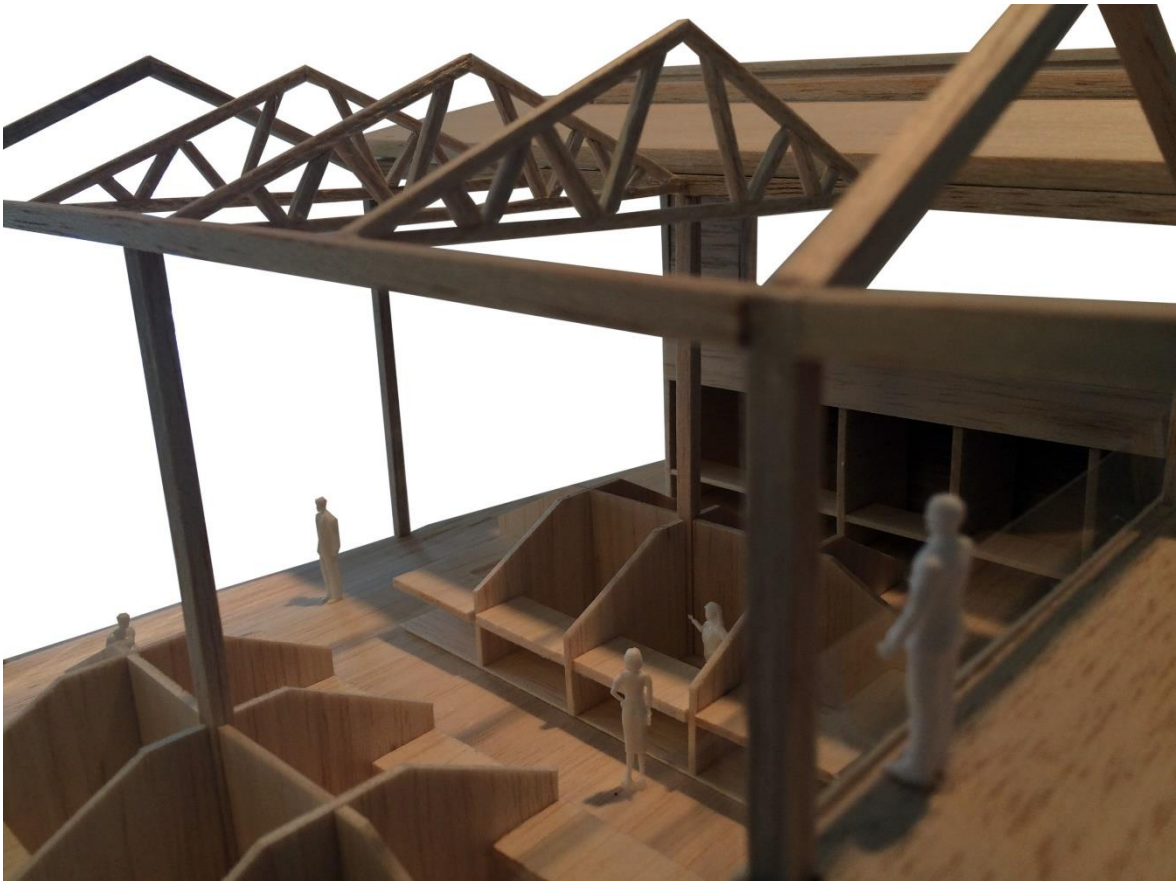




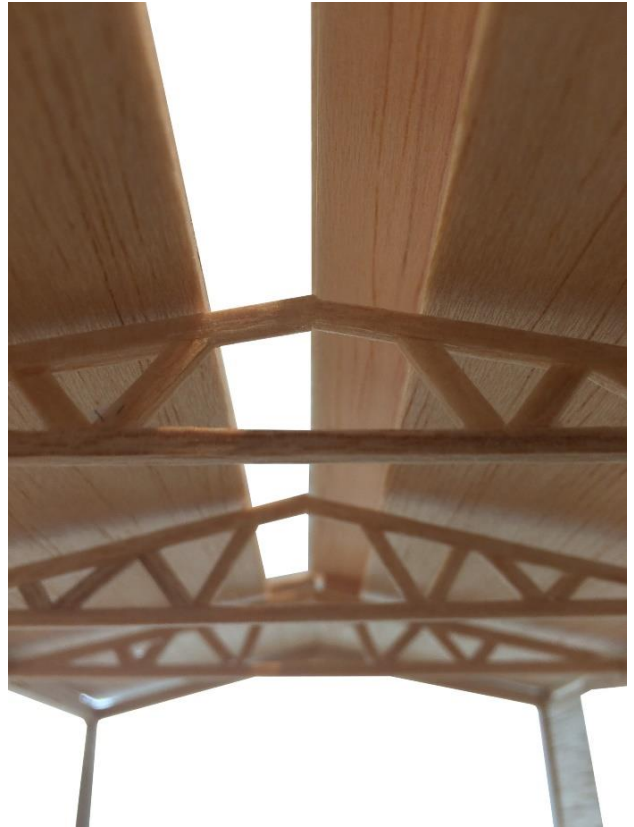












SLIDES DE APRESENTAÇÃO

REABILITAR O BAIRRO DO CASAL NOVO, ODIVELAS

1. ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL
2. ESPAÇO PÚBLICO
3. EQUIPAMENTO PÚBLICO – MERCADO
4. AGRICULTURA URBANA
5. PROPOSTA PROJECTUAL

ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL



AUGI do Bairro do Casal Novo



Terrenos baldios



Inexistência de passeios e falta de estacionamento



Construção dispersa

ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

- FALTA DE PLANEAMENTO URBANO**
- AUSÊNCIA DE ESPAÇOS VERDES**
- AUSÊNCIA DE ESPAÇOS PÚBLICO**
- AUSENCIA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICO ADEQUADOS**
- OFERTA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS INSUFICIENTE**
- ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DEFICIENTES**

ESPAÇO PÚBLICO



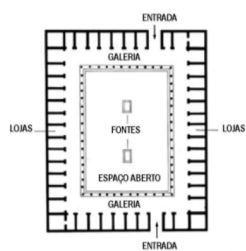
O espaço público enquanto fundador da forma urbana



O espaço público enquanto configurador do domínio da socialização

"o segredo é dar ao espaço público uma forma tal que a comunidade se sinta pessoalmente responsável por eles, fazendo com que cada membro da comunidade contribua à sua maneira para um ambiente com o qual se possa relacionar e identificar" (HERTZBERGER, 1999)

O MERCADO



Planta de um *macellum* típico



Primeiros mercados medievais



Os Town Halls – Ypres Town Hall, Bélgica.



Bazaar oriental, Marrocos.



Renascentia Italiana – Loggia do Mercado Novo, Florença.



O séc. XIX – Les Halles Centrales, Paris.

AGRICULTURA URBANA



Hortas existentes no Bairro do Casal Novo

PROPOSTA URBANA

- 1. ESTRUTURAR – ORDENAR, HIERARQUIZAR**
- 2. PROGRAMAR – EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

O EQUIPAMENTO



O EQUIPAMENTO

CICLO DO PRODUTO

